

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Amanda Carneiro Santos

Lute como uma mulher: Josina Machel e o movimento de libertação em Moçambique (1962-
1980)

São Paulo, 2018

AMANDA CARNEIRO SANTOS

Lute como uma mulher: Josina Machel e o movimento de libertação em Moçambique (1962-1980)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez.

São Paulo, 2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237 Santos, Amanda Carneiro
Lute como uma mulher: Josina Machel e o movimento de libertação em Moçambique (1962-1985) / Amanda Carneiro Santos ; orientadora Leila Maria Gonçalves Leilte Hernandez. - São Paulo, 2018.
f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. História das Mulheres. 2. Moçambique. 3. Luta de libertação. 4. Josina Machel.. I. Hernandez, Leila Maria Gonçalves Leilte, orient. II. Título.

SANTOS, Amanda Carneiro. Lute como uma mulher: Josina Machel e o movimento de libertação em Moçambique (1962-1985). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de mestre em História.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Para Maria do Socorro Carneiro, Leila Leite Hernandez e Josina Machel, grandes mulheres que, ao revolucionarem seu próprio mundo, revolucionaram o meu mundo e também o mundo de quem as cerca.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado que financiou parte desta pesquisa. Também sou grata aos meus interlocutores do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo e aos generosos colegas do grupo de pesquisa *A itinerância de atores, saberes e resistências e estratégias políticas na África (séculos XIX-XX)*, sob a coordenação da Profa. Dra. Leila Leite Hernandez.

As histórias contadas pelos participantes revelam suas experiências individuais, seus sonhos e pesadelos. Suas narrativas revelam as percepções e os modos como organizaram suas experiências. Suas histórias se articulam num marco de referência de uma linguagem ao mesmo tempo constituídas por suas experiências e por delas constitutivos.

- Emilia Viotti da Costa, Coroa de glórias, lágrimas de sangue

Desde o início, a ideia de progresso racial tinha gênero, mas de tal maneira que tornava as mulheres invisíveis enquanto agentes históricos

- Anne Maclintock, Couro Imperial

Resumo

A conquista da independência em Moçambique se deu através da luta armada. Iniciada em 1964, foi capitaneada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), um movimento de 1962 que contou com uma organização feminina, a Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO) e, posteriormente, com um Destacamento Feminino (DF) de caráter guerrilheiro. A entrada das mulheres no combate impôs a formulação de políticas específicas sobre emancipação e direitos que, em 1973, passaram a ser centralizadas pela Organização da Mulher Moçambicana. É também neste período que se construiu a figura heróica de Josina Muthemba Machel cuja data de morte, em 7 de abril de 1971, passou a marcar o calendário oficial como o dia da mulher moçambicana.

Esta pesquisa propõe identificar e compreender o processo de construção dessa personagem como símbolo do movimento de mulheres, tendo como foco sua trajetória no âmbito de sua atuação com a de outras combatentes e com a FRELIMO. Tem como balizas cronológicas os anos de 1962, de fundação do movimento e de gestação da luta armada que resultou na conquista da independência em 1975, até a década de 1980 quando teve lugar a Conferência Extraordinária da Organização de Mulheres Moçambicanas e o V Congresso da FRELIMO, quase duas décadas após a morte de Josina. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica sobre gênero na África com especial ênfase em Moçambique, foram considerados os dados biográficos de Josina Machel, obras relativas à participação das mulheres na luta de libertação, periódicos da imprensa de Moçambique (*Brado Africano*, *Revista Tempo* e *a Voz da Revolução*) e os documentos da OMM e da FRELIMO (1962 a 1983).

Palavras-chave: História das Mulheres, Moçambique, Luta de libertação, Josina Machel.

Abstract

The conquest of the independence in Mozambique took place through an armed struggle. Initiated in 1964, it was led by the Liberation Front of Mozambique (FRELIMO), founded in 1962. The movement had an organization of women, the Women's League of Mozambique (LIFEMO) and, later on, a Female Detachment (DF) of guerrilla characteristics. The entry of women imposed a call for emancipation and rights that, in 1973, came to be centralized by the Mozambican Women's Organization. At this moment, the heroic figure of Josina Muthemba Machel was created, whose death date, on April 7, 1971, became an official landmark for the day of the Mozambican woman.

This dissertation focuses in identify and comprehend the construction process of Josina Machel as a heroic symbol of the women's movement, concentrating on her trajectory in her scope of action with other combatants and also with FRELIMO. The chronological frame considers the years of 1962, when the movement was officially established as well the armed struggle that leads to the independence in 1975, until the 1980s, when the Especial Conference of the Organization of Mozambican Women occurred during the FRELIMO's government - almost twenty years after Josina's death. Besides the bibliographical research on gender in Africa with a special emphasis on Mozambique, the dissertation deals with biographical data of Josina Machel, with the research on women's participation in the struggle for independence, also with the press periodicals *O Brado Africano*, *Revista Tempo* and *A Voz da Revolução* and, finally, with the documents of OMM and FRELIMO (1962 to 1983).

Key-words: Women's History, Mozambique, Liberation Struggle, Josina Machel.

Sumário

Mapa de Moçambique.....	14
Introdução - Mulheres na história, histórias das mulheres africanas	15
Capítulo I – Josina Abiatar Muthemba: juventude e militância (1945-1962).....	43
Capítulo II – Josina Machel: a combatente (1962-1975).....	79
Capítulo III – Josina: uma heroína para o pós-independência (1971-1980).....	105
Considerações finais.....	119
Bibliografia.....	122
Fontes.....	131
Anexos.....	133

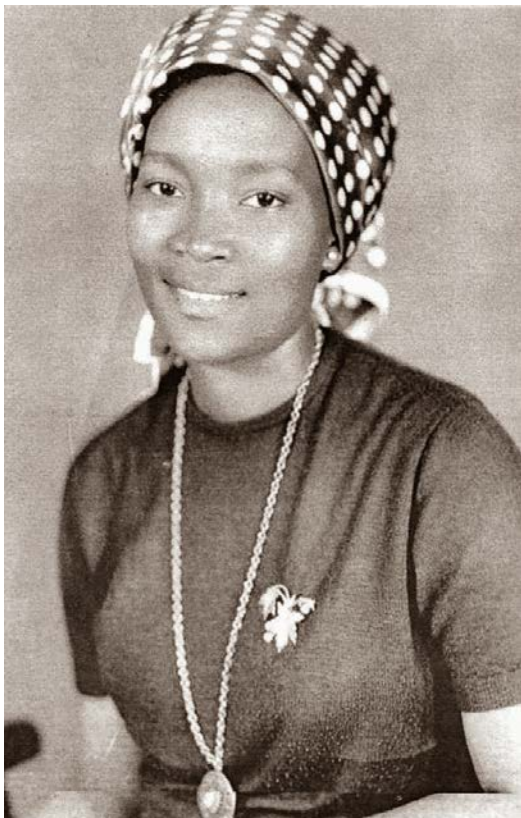
Mapa de Moçambique



André Koehne (2006)

I. Josina Machel: entre a ação e a circunstância

Desde a segunda metade do século XX, quando se intensificou a crise da situação colonial - sobretudo com o questionamento do argumento de tutela que alicerçava a existência dos territórios ultramarinos em fóruns de diplomacia e direitos internacionais -, as disputas e oposições em torno de retóricas hegemônicas do projeto “civilizatório” de Portugal em Moçambique tornaram públicos as lutas de diferentes grupos contestatórios, retirando a máscara de benevolência do lusotropicalismo. No âmbito desta dinâmica que atingiu este e outros países lusófonos, as mulheres encontraram espaço para denunciar uma pretensa harmonia, evidenciando não somente a brutalidade do sistema colonial, mas ainda a fragilidade dos laços e identidades e o silenciamento de seus desejos e expectativas. O registro da história dessas mulheres, das suas experiências e do modo como percebiam a conjuntura, revela parte fundamental das condições materiais, das relações de poder, dos sistemas simbólicos e seus significados na luta que travaram para alcançar sua emancipação e tentar



superar a exploração e a opressão às quais se viam atadas por sua condição legal de “indígenas” e por seu pertencimento social baseado em categorias discriminatórias de gênero e sexualidade. A história de Josina Machel é retomada por esta dissertação de mestrado, sob a perspectiva de uma mulher, para a compreensão das tensões e dos conflitos, individuais e coletivos, daquele período de mudança e dos projetos para a construção de uma nova sociedade. Assim, propõe-se identificar o processo de ideação dessa personagem como símbolo do movimento de mulheres, tendo como foco sua trajetória no âmbito de sua atuação ao lado de outras combatentes e com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

A conquista da independência em Moçambique ocorreu por meio da guerra de libertação, uma luta armada iniciada em 1964 e capitaneada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que contava com uma organização feminina, a Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO) e, posteriormente, com um Destacamento Feminino (DF), de caráter guerrilheiro. A entrada das mulheres no combate impôs a formulação de políticas específicas sobre emancipação e direitos que, em 1973, passou a ser centralizada pela Organização da Mulher Moçambicana (OMM). Neste período foi construída a figura heróica de Josina Muthemba Machel falecida em 7 de abril de 1971, data que passou a marcar o calendário oficial como o DIA DA MULHER MOÇAMBICANA.

Em 1975, depois de quase um século de situação colonial que se seguiu à ocupação efetiva¹, Moçambique conquistou sua independência do colonialismo português. O processo de contestação à situação colonial foi marcado por diferentes formas de resistência por parte das várias populações locais² e deu ensejo à organização de um conjunto de ações de grupos anticoloniais e independentistas que, na década de 1960, se articularam para a fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Foram eles: a União Democrática Moçambicana (UDENAMO), fundada em Salisbúria, Rodésia do Sul (atual Harare, Zimbábue) em 1960, formada a partir da junção de diversos grupos, sobretudo por nacionalistas exilados; a Mozambique African National Union (MANU), sediado em Mombaça, Quênia, fundada em 1961, agrupando, em particular, pessoas de origem Maconde e a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) fundada no Malauí, por líderes das províncias de Tete, Zambézia e Niassa, no norte de Moçambique.

No contexto do movimento de Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), no início da década de 1960, emergiu a busca pela emancipação das mulheres como:

“(...) uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia de sua continuidade, uma condição de seu triunfo. (...) Como fazer então a Revolução sem mobilizar a mulher? Se mais da metade do povo explorado e oprimido é constituído por mulheres, como deixá-las à

¹ Em 1890, Antonio Enes, então secretário de Estado para a Marinha e as Colônias no Governo de Lisboa, produz o relatório “Moçambique”, documento que marca o início da “conquista efetiva” do território moçambicano. Consultar: CABAÇO, José Luis. *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p.58.

² Sobre as resistências, consultar: HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005. No livro, a autora traça o panorama da resistência dos trabalhadores rurais aos regimes de trabalho compulsório com queimada de plantações e fuga para territórios vizinhos, dos trabalhadores urbanos em ritmo lento sabotando matérias-primas e maquinários, das associações coletivas promovendo greves, dos clubes negros, dos jornais, das equipes desportivas e cooperativas, núcleos estudantis e também o papel das igrejas na formação de um pensamento nacional em Moçambique. p. 595 a 602.

margem da luta? A Revolução para ser feita necessita mobilizar todos os explorados e oprimidos, por consequência, as mulheres também”³.

Este objetivo transcendeu a guerra de libertação se mantendo, após a independência, no governo da FRELIMO, quando o papel ativo das mulheres passou a constituir uma marca expressiva da organização política⁴. Atuar na linha de frente, junto aos soldados da FRELIMO, foi uma reivindicação das militantes que desejavam ampliar seu papel para além do suporte com alimentação, amparo aos desabrigados ou órfãos, transporte de armamentos e outros materiais⁵. Esta disposição interna encontrou eco regional, de tal sorte que a criação da Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO) no início da década de 1960 esteve conectada à Conferência de Mulheres Africanas. Tal reunião, por sua vez, fundou a organização Pan Africana de Mulheres da qual fizeram parte 14 Movimentos de Libertação Nacional⁶. Quatro anos depois, em 1967, surgiu o Destacamento Feminino, organização de caráter militar que também tinha uma preocupação crescente com a participação das mulheres na luta armada.

Nessa circunstância, a participação das mulheres frente à política colonial foi plural: tanto contra a opressão que sofria, principalmente, a maioria negra da população, como nos diferentes movimentos contestatórios e na criação de ligas femininas no interior dos

³ “A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia de sua continuidade, uma condição de seu triunfo. A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção de uma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher. Não se pode liquidar só uma parte da opressão (...) Como fazer então a Revolução sem mobilizar a mulher? Se mais da metade do povo explorado e oprimido é constituído por mulheres, como deixá-las à margem da luta? A Revolução para ser feita necessita mobilizar todos os explorados e oprimidos, por consequência, as mulheres também. Consultar: MACHEL, Samora. *A Libertação da mulher*. São Paulo: Parma, 1979. p. 18.

⁴ “o fato de aceitar mulheres nas suas fileiras, veio revolucionar a sua posição social. As mulheres desempenham agora um papel activo na direção das milícias populares, e existem também muitas unidades de guerrilha constituídas apenas por mulheres. Através do exercito, as mulheres começaram a assumir responsabilidades em muitas áreas, aprenderam a tomar posições e a falar em reuniões públicas, participando activamente na luta política. Na realidade, elas realizam um trabalho muito importante na mobilização da população. Quando uma unidade de mulheres visita pela primeira vez uma aldeia que não está ainda suficientemente enquadrada pela FRELIMO, só o facto de ver mulheres armadas levantarem-se e falarem diante de uma longa audiência suscita uma grande admiração, e até incredulidade. Quando os aldeões se convencem de que os soldados diante deles são realmente mulheres, o efeito sobre os homens é por vezes tão forte que a audiência de recrutas é superior ao que o exército pode comportar ou que a área pode dispensar”. Consultar: MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo: Coleção Nosso Chão, 1995, p. 119.

⁵ CASIMIRO, Isabel. *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2004.

⁶ A Conferência Pan Africana de Mulheres aconteceu em 1962, em Dar es Salaam, na Tanzânia. Consultar: ROY-CAMPBELL, Zaline Makini. “*Pan-african Women Organizing for the Future: The Formation of the Pan African Women’s Liberation Organization and Beyond*”. In: *African Journal of Political Science/Revue Africaine de Science Politique*, 1996. p. 45-57

movimentos de libertação. No seu conjunto, a entrada das mulheres em ações organizadas salientavam as diferenças e a discriminação nas relações sociais de poder com os homens, além de promover debates sobre questões relacionadas às suas práticas sexuais. A leitura da historiografia sobre a trajetória das mulheres em Moçambique revela uma tendência a associar suas reivindicações e organização à luta armada⁷, e se faz presente nos trabalhos a trajetória de Josina Muthemba (mais tarde, Josina Machel) combatente que iniciou sua militância política no Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM). Fundado em 1949 por Eduardo Mondlane, a organização se constituía por alunos moçambicanos da Escola Comercial de Maputo, um dos colégios oficiais que contavam com poucos estudantes não portugueses que eram, em sua maioria, filhos de assimilados⁸.

O NESAM ocupou um papel importante no processo de conscientização anticolonial para um grupo de jovens, inclusive mulheres, contrários ao indigenato e às políticas de assimilação. Tais jovens, anos mais tarde, se engajaram na luta por independência⁹. Como membro do NESAM e já próxima de Eduardo Mondlane, Josina Muthemba passou a buscar uma ampliação do seu espaço político na FRELIMO. Mas na sua primeira tentativa de se juntar à luta de libertação foi presa pela PIDE¹⁰. Quando solta, em 1965, trabalhou na administração do Instituto Moçambicano, ao lado da diretora Janet Mondlane e, em 1967, participou da fundação do Destacamento Feminino (DF). Sua atuação como combatente do DF marcou o surgimento de sua liderança política junto às instâncias partidárias, conquistando a chefia da seção dedicada às mulheres do Departamento de Relações Exteriores e Assuntos Sociais da FRELIMO¹¹. Nesta função, desempenhou atribuições semelhantes àquelas executadas pela LIFEMO, articulando o movimento de mulheres nas estruturas internas de Moçambique e às organizações regionais, em particular, na África Austral além do Quênia e da Tanzânia. O

⁷CASIMIRO, Isabel. *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2004. p. 80, ISAACMAM, Bárbara e STEFHAN, June. *A mulher moçambicana no processo de libertação*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1984. p. 22.

⁸ “Nos termos do Estatuto do Indigenato de 1929, os assimilados eram os antigos indígenas que haviam adquirido a cidadania portuguesa, após provarem satisfazer cumulativamente os requisitos culturais que marcavam um corte radical com a sua identidade étnica recente: falar corretamente a língua portuguesa; ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses, de entre outros (art. 56º).” MENESES, Maria Paula G. “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais.” E-cadernos CES 07 (2010).

⁹Sobre o NESAM, consultar: CASIMIRO, Isabel. “*O Movimento Associativo como Foco do Nacionalismo. Movimento Estudantil, NESAM e AMM*”. In: Revista do Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, 1979.

¹⁰MALIQUE, Josina e MATUSSE, Renato. *Josina Machel: ícone da emancipação da mulher moçambicana*. Maputo: ARPAC, 2008.

¹¹SANTANA, Jacimara. *Mulheres africanas de Moçambique na Revista Tempo (1975-1985)*. Rio de Janeiro: Casa Aberta, 2014.

reconhecimento da sua atuação resultou na indicação para participar, na condição de delegada, do II Congresso da FRELIMO, realizado em 1968, ocasião em que foram rediscutidas e definidas as diretrizes políticas do movimento e da luta por emancipação, passando a considerar o papel das mulheres no curso da contestação à situação colonial¹².

O protagonismo das mulheres nas instâncias da FRELIMO é uma questão que toca a atuação de Josina, símbolo da participação feminina na luta por independência. Casada com Samora Machel desde 1969, a relação com o político, ao mesmo tempo em que projetou sua imagem a uma posição de maior evidência, paradoxalmente, reduziu e naturalizou seu papel como sua cônjuge. Por outro lado deu ensejo também a uma reinterpretação da sua trajetória enquanto protagonista do movimento de mulheres.

O novo momento da FRELIMO sob a liderança de Samora, quando a organização adota o socialismo como bandeira política, leva a uma análise do contexto histórico e político da revolução neste período em que, em nome da unidade e da coesão, as organizações de massa (juventude, mulheres, trabalhadores, entre outras) passaram a ser atreladas e controladas pela FRELIMO¹³. Assim, com o término da luta armada, as lideranças do Destacamento Feminino foram direcionadas para a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), o que representou uma perda de autonomia como ficou registrado no discurso de abertura realizado por Samora Machel no I Conferência da OMM, em 1973¹⁴. O destaque a importância das mulheres como força de trabalho encobriu a posição subalterna que assumiram em termos da prática efetiva dos seus direitos civis. As associações desta natureza marcavam uma relação frágil do movimento de mulheres com o nacionalismo e com os políticos da FRELIMO, sobretudo depois da independência, uma vez que as lealdades forjadas durante os diversos momentos da luta armada não eram capazes de responder aos desafios da construção de novas identidades femininas e de diferentes relações com o Estado e com a sociedade¹⁵. Desvendar esse cenário, não raro conflituoso, da produção de pautas para uma luta por direitos das mulheres articulada a luta por independência, foi um dos intuitos desta pesquisa.

¹² BALANDIER, Georges. *A situação colonial: abordagem teórica*. Cadernos CERU, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 33-58, dec. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/89147/92023>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

¹³ Este aspecto de entrelaçamento entre a trajetória individual de Josina e o novo contexto político será explorado nesta pesquisa.

¹⁴ O discurso foi transformado em publicação. Ver: MACHEL, Samora. *A Libertação da mulher*. São Paulo: Parma, 1979.

¹⁵ CASIMIRO, Isabel. *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2004.

A luta por independência é tomada neste estudo como um momento de inflexão para a mudança, um momento de conflito e de crise em que as tensões e os antagonismos antes isolados se organizaram contra a ordem estabelecida em seus aspectos políticos, sociais, culturais, éticos e morais. Além de outras pesquisas importantes sobre nacionalismo em Moçambique, movimentos associativos, colonialismo, tais trabalhos constituíram a base fundamental para a elaboração da pergunta central que norteou esta pesquisa. A baliza temporal abrange desde 1962, ano de fundação do movimento e de gestação da luta armada que resultou na conquista da independência, até 1980, quando teve lugar a Conferência Extraordinária da Organização das Mulheres Moçambicanas. Após 1975, a capilaridade da organização alcançou níveis nacionais e, mais de uma década após a morte de Josina Machel, pareceu corroborar a construção de uma figura heróica sua. Este foi um período fundamental que se estendeu da crise do sistema colonial português à construção de um Estado-nação, deixando brechas nas quais as mulheres fizeram valer suas vozes, impuseram sua atuação e tentaram modelaram pautas nacionalistas e a garantia de seus direitos e emancipação. Tais pautas, associadas a trajetória de Josina Machel, podem revelar como as mulheres moçambicanas, no encontro com o desafio de mudar o mundo, puderam desafiar e transformar também a si mesmas.

A baliza temporal circunscreve, em diálogo, a profusão de documentos acumulados tanto pelos movimentos de libertação como pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), além de jornais e revistas que permitiram a ampliação dos pontos de vista para além do retrato de uma paisagem urbana masculina tão dominante como no período colonial. Tanto as histórias do colonizador como as do colonizado têm sido escritas do ponto de vista masculino – as mulheres estão na periferia ou nos silenciamentos dos discursos, o que acarreta o modo androcêntrico do uso das fontes e de como são analisados os documentos. Em razão disso, a pesquisa toma como tarefa a ampliação dos escopos e das narrativas sobre mulheres, sobretudo no diálogo com organizações regionais e internacionais, de um lado, e com as camadas subalternas e as populações rurais, onde a bibliografia e pesquisa sobre mulheres se desenvolve a passos mais lentos.

A tentativa de propor um novo olhar sobre Josina Machel, figura exaltada na História de Moçambique, implica em um questionamento do uso da memória dessa combatente por organizações como a OMM e a FRELIMO, produtoras e detentoras de um tipo de discurso de teor laudatório e de boa parte dos documentos escritos referentes ao período, deixando transparecer uma perspectiva evolucionista da história, o que exige um cuidadoso exame crítico de todos os escritos. Assim, parte fundamental desta pesquisa, são os documentos

produzidos por ambas as organizações, além de fontes secundárias cujos temas se relacionam à luta armada e ao nacionalismo anticolonial e independentista em Moçambique. Incluem-se entre as fontes coletadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, uma seleção de 766 documentos da PIDE, produzidos entre os anos de 1956 a 1989; os periódicos *O Brado Africano*, jornal redigido em Lourenço Marques (Maputo) de 1908 a 1919 e de 1954 até 1974, com circulação nacional embora mais expressiva no sul de Moçambique. Foi consultada, ainda, a *Revista Tempo*, publicação semanal iniciada por um grupo de jornalistas em Maputo a partir de 1970 e com circulação nacional. Quanto aos 400 números da *Revista Tempo* (1970-1980), parte deles foram acessados na Biblioteca Nacional de Portugal e parte na plataforma JStor e constituíram fundamentais fontes primárias desta pesquisa, uma vez que seus escritos se inserem no contexto nos quais foram produzidos¹⁶, tendo reflexos na vida política, social e cultural de Moçambique.

Também foram utilizadas bases de dados digitais, em especial, a plataforma *Struggle for Freedom*¹⁷, que reúne 76 coleções de diferentes países e contém 190 mil páginas de documentos. Depois de seleção prévia, foram aventados para investigação os arquivos dos pesquisadores Ronald Chilcote (com 230 documentos coletados entre 1959 a 1968 e que estão originalmente depositados na biblioteca da University of Southern California), Immanuel Wallerstein (134 documentos coletados entre 1958 e 1975 e depositados na Cooperative Africana Microform Project (CAMP), em Chicago) e Melville J Herskovits (214 documentos reunidos entre os anos 1954 a 1963, depositados na Northwestern University, em Illinois), além da coleção de panfletos do Liberation Support Movement fundado pelo antropólogo Donald Barnett (com 25 documentos coletados entre 1969 a 1981 e depositados na University of California). Tais coleções existem em razão da proximidade dos acadêmicos com a África Austral e com os eventos de contestação à situação colonial. Também foi consultada a biblioteca da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, posto que os líderes políticos africanos se engajaram na representação de ações contra Portugal nos fóruns deste organismo. No processo de alargamento das fontes documentais, as pesquisas na área dos estudos africanos passaram a incorporar as mídias impressas, como os jornais e revistas, os materiais publicitários e iconográficos além das artes visuais e os objetos de cultura material que, neste caso, constituem um profícuo matizador da documentação produzidas pelos governos coloniais.

¹⁶ CRUZ, Helena Farias e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa”. Projeto História. História e Imprensa. Revista do Programa de Pós-graduação em História – Departamento de Social, PUC-SP. n. 35, jul-dez, 2007. p.259.

¹⁷ STRUGGLE FOR FREEDOM. Estados Unidos: JStor, 2017. Disponível em: <https://www.aluka.org/struggles>

O foco na trajetória de indivíduos enquanto sujeitos da história pode levar a uma redução da escala de observação dos fenômenos que, por sua vez, estão articulados aos processos históricos e dinâmicos culturais dos anos 1962 a 1980. Neste sentido, fez-se necessário compreender a dimensão “das experiências pessoais com as expectativas e frustrações que cabem a um indivíduo quanto às articulações a um marco de referência e linguagem que ao mesmo tempo em que são constituídos por suas experiências se articulam e constituem a experiência social mais ampla”, como propôs Emília Viotti da Costa¹⁸.

De outra parte, entender o movimento de mulheres no quadro dos movimentos sociais passa por articular a “temporalidade, o discurso e a noção de sujeito: o que a emergência dos movimentos sociais faz compreender mais profundamente é que as relações sociais podem estar todas, em sua diversidade, prefiguradas no mundo, mas são indissociáveis da capacidade de estarem significadas nas ações dos sujeitos”¹⁹.

É possível afirmar a necessidade de atentar-se às minúcias que contingenciam as questões em torno da relação entre Josina Machel, a OMM e a FRELIMO, assim como da relação entre Josina e Mondlane e de Josina e Samora Machel. Neste sentido, o cuidado carece ser redobrado. Ainda que o mais recorrente seria afirmar Josina como heroína do nacionalismo, há de se ter prudência na utilização das fontes documentais como formas de acesso para se percorrer o caminho trilhado por ela. Além de evidências circunstanciais que possibilitam constituir uma vertente da líder nacionalista, torna-se necessário recuperar aspectos da sua vida e dar conta do desenvolvimento do movimento de mulheres na luta de libertação e no pós-independência.

Com efeito, os estudos tangenciada por questões de caráter biográfico deve enfatizar a construção de um olhar crítico em relação ao documento e ao processo de construção de uma identidade produzida pelo sujeito que narra e que busca credibilidade²⁰. Como foram utilizadas biografias, documentos da FRELIMO acerca do movimento de mulheres, os documentos acumulados pela PIDE e os escritos de imprensa, os acontecimentos têm de ser lidos considerando-se as marcas de interpretação e de acumulação de seus órgãos geradores.

¹⁸ COSTA, Emília Viotti. *Coroa de glória, lágrimas de sangue*. São Paulo: Cia das letras, 1994. p. 13

¹⁹ CRUZ, Helena Farias e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa”. Projeto História. História e Imprensa. Revista do Programa de Pós-graduação em História – Departamento de Social, PUC-SP. n. 35, jul-dez, 2007

²⁰ “(...) a existência de outra pessoa em nós mesmos, sob a forma do inconsciente, levanta o problema da relação entre a descrição tradicional, linear, e a ilusão de uma identidade específica, coerente, sem contradição, que não é senão o biombo ou a máscara, ou ainda o papel oficial, de uma miríade de fragmentos e estilhaços”. LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. Consultar: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

Em semelhante chave analítica Michael Pollak²¹, afirma a relevância de articular o “lugar social do indivíduo e sua relação com os outros” e destes com acontecimentos em contextos específicos passíveis de revelar interesses pessoais e coletivos em disputa, além das formas e manifestações de poder.

Em relação ao uso de fontes biográficas Giovanni Levi assinala que a própria complexidade da identidade, sua formação cumulativa, intersseccionada e não linear associadas as contradições que lhe são características se tornam difíceis problemas com que se deparam os historiadores, daí o especial cuidado na construção de um entendimento crítico do documento²². E adverte:

“(…) a existência de outra pessoa em nós mesmos, sob a forma do inconsciente, levanta o problema da relação entre a descrição tradicional, linear, e a ilusão de uma identidade específica, coerente, sem contradição, que não é senão o biombo ou a máscara, ou ainda o papel oficial, de uma miríade de fragmentos e estilhaços.”²³

II. Mulheres como protagonistas da história

Se é certo que as mulheres nunca estiveram fora da história, elas passaram ao largo da historiografia, como sujeitos da produção das pesquisas e como objetos de estudos, até a segunda metade do século XX. Agentes secundárias na historiografia, adentram o campo de estudos nos anos 1960, com força de denúncia, quando protagonizaram lutas por direitos e por emancipação em um processo complexo de associação entre militância política e investigação acadêmica. Apesar dos processos de silenciamento, as mulheres marcaram o destino das sociedades e seus traços ficaram indelévels nas formas de resistência aos diferentes sistemas de opressão patriarcal - definido como um conjunto de relações sociais de base material e simbólica em que as vinculações hierárquicas e solidárias entre os homens permitem o controle, sobretudo do corpo, das mulheres. A respeito deste conceito formulado por Heidi Hartmann, a socióloga Heleieth Saffioti adverte que deve-se somar a “presença de - na verdade, enovelado com - classes sociais e racismo” que não são, no entender da autora

²¹ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio, in: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

²²LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

²³LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*, op cit , p.

“variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim determinações, qualidades que tornam a situação da mulher muito mais complexa”²⁴.

A inserção formal no mercado de trabalho e a conseqüente participação política nas cidades promoveu um deslocamento que fez aspectos da esfera doméstica passarem a se fazer presentes em movimentos de reivindicação (por creches, por exemplo), se revestindo de uma dimensão pública. O avanço promovido por estudos cujo tema central se desenvolve em torno das agências femininas tem trazido a público, cada vez mais, documentos em que as mulheres se colocaram em primeira pessoa em relação as suas posições sociais e nas lutas que travavam nas sociedades onde viveram. Também as fontes já pesquisadas e consagradas foram reinterpretadas sob novas perspectivas teóricas como os escritos de mulheres russas reveladores de uma participação ativa na vida política desde meados do século XIX com a fundação, em 1872, de cursos superiores voltados para mulheres. Em 1908, por exemplo, realizou-se o “Congresso de Mulheres de toda a Rússia” com pautas progressistas à época e que ainda hoje provocam reflexões aos campos políticos²⁵.

O congresso acabou se constituindo em um modelo de organização e uma das principais referências para a luta política das mulheres na África austral onde, mais tarde, em 1962, se realizou a “Conferência de Mulheres de toda a África”, em Dar es Salaam, na Tanganica (atual Tanzânia) recém independente. Anunciada pela rádio moscou como fundamental para a organização das mulheres africanas na luta contra a situação colonial e a discriminação racial, o evento e os documentos acabaram sendo monitorados pela Polícia Internacional de Defesa do Estado português (PIDE). A documentação recolhida e arquivada registra a presença de mulheres, mencionadas a partir dos sobrenomes de seus maridos. Assim, foram apontadas como delegadas de Moçambique Priscila Gumane, cônjuge de Paulo

²⁴ Consultar: HARTMMAN, Heidi. "Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex." *Signs* 1, no. 3 (1976): 137-69. “Ainda que o conceito de patriarcado formulado por Hartmann, apresente inegáveis qualidades, é necessário se fazerem certos acréscimos. O patriarcado, em presença de – na verdade enovelado com – classes sociais e racismo (Safiotti, 1996), apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, trazendo também em seu bojo uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do status quo consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas. Não há, pois, possibilidade de se considerarem os interesses das suas categorias como apenas conflitantes. São, com efeito, contraditórios”. SAFFIOTTI, Heleieth. "Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres." *Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil* (2009), p. 13.

²⁵ Consultar: GOLDMAN, Wendy. "Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936." *São Paulo: Boitempo* (2014). E SCHNEIDER, Graziela. "A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética." *São Paulo: Boitempo* (2017). CLEMENTS, Barbara. *A History of Women in Russia: From Earliest Times to the Present*. Indiana University Press, 2012.

Gumane (citada como P. Gumane) e Selina Simango, esposa de Uria Simango (referida como S. Simango). Do mesmo modo foram registradas as representantes da Guiné Portuguesa, Tanganica, Quênia, Senegal, Gana, Libéria, entre outros países e Alba Brinan Nunes, uma observadora de Cuba.²⁶

O questionamento à prioridade conferida aos sobrenomes, por exemplo, e aos relatos dos homens sobre os acontecimentos têm tornado evidente a necessidade do reexame crítico e da compreensão das e sobre as mulheres na leitura de fontes documentais presentes, em especial, na produção da historiografia contemporânea. Esta área de estudos tem tomado como fundamental a identificação da agência das mulheres e o envolvimento com tal área se deve à organização e o crescimento do movimento de mulheres dentro e fora das universidades. Na década de 1960, a negligência dos estudos acadêmicos com as mulheres foi fartamente denunciada por feministas. Embaladas pelas bandeiras da segunda onda deste movimento²⁷, suas pautas ampliaram-se para além da questão do sufrágio e dos obstáculos legais entre homens e mulheres. Em contrapartida, as investigações sobre as mulheres passaram a ocupar as lacunas possibilitadas por mudanças do campo historiográfico. A revisão das histórias universais abriu espaço para a criação de um campo mais amplo, contemplando outras perspectivas, abarcando grupos sociais antes relegados a categorias secundárias e impulsionando a criação de um campo acadêmico e político que associasse história e mulheres. Tais perspectivas presumem que “não somente que as mulheres poderiam ser acomodadas nas histórias estabelecidas, mas sua presença era requerida para corrigir a história”²⁸. Desse modo, bem sucedidas, em poucas décadas foram: ampliadas as questões e os métodos de pesquisa; estabelecidos diálogos internos, com uma produção crítica exemplificada em inúmeros artigos, livros, dissertações de mestrado e teses de

²⁶ PT/TT/SCCIM/A/14/147 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 910.

²⁷ A história dos movimentos feministas foi compreendida em três ondas. A primeira, abrange dos séculos XVII ao XIX, com a luta das mulheres, em geral dentro dos limites legais, por igualdade de direitos e maior participação política. A segunda onda de feminismos, da década de 1960 até a década de 1980, produziu correntes intelectuais dedicadas a compreensão sobre a natureza da opressão contra as mulheres, além da formulação de pautas e das estratégias de luta para alcançá-las, expressas em quatro grandes correntes: o feminismo liberal, o feminismo cultural, o feminismo radical e o feminismo socialista. Sobreposta a esta, estiveram os feminismos da terceira onda, que incorporaram discussões sobre diferentes identidades de gênero e orientação sexual, além de críticas aos pressupostos universalizantes das ondas anteriores. Consultar: WORELL, Judith, ed. *Encyclopedia of women and gender: sex similarities and differences and the impact of society on gender*. Vol. 1. Harvard Academic Press, 2001; KRISTA Jacob, e Adela C. Licona. "Writing the Waves: A Dialogue on the Tools, Tactics, and Tensions of Feminisms and Feminist Practices over Time and Place." *NWSA Journal* 17, no. 1 (2005): 197-205

²⁸ SCOTT, Joan. "História das mulheres" *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP (1992): 63-95.

doutorado; e criadas disciplinas universitárias dedicadas ao tema, tendo a frente intelectuais renomadas.

Além disso, a profusão dos debates permitiu uma crítica ao essencialismo acerca das elaborações sobre a mulher que, quando compreendida como categoria histórica rígida e homogênea, não considerava comportamentos transgressores ligados a diferentes formas de sexualidade. Ganhou importância, igualmente, a necessidade de articulação com outras categorias como raça, classe, religião e nacionalidade. Com repertórios em constante exame, as novas abordagens de investigação acadêmica passaram a identificar as circunstâncias históricas nas quais os movimentos de mulheres, de uma complexidade ímpar, articulou a agência das mulheres, a escrita de novas narrativas, a oposição ao androcentrismo²⁹, as explicações sobre as múltiplas formas das instituições patriarcais e de como elas engendraram sistemas de opressão.

Na esteira da relação entre as ciências humanas e a história das mulheres – como um campo acadêmico – a história feminista e a história do movimento feminista se tornaram dois campos distintos embora compartilhem questões comuns. A primeira passou a promover uma articulação intencional entre o ativismo feminista e a produção de estudos acadêmicos, questionando o que nomeiam de “história das compensações” ou “história de contribuições” como uma estratégia de inclusão superficial ao domínio dos discursos e narrativas masculinas³⁰.

Desde a década de 1970 e de forma substancial nos anos de 1980, cresceu a crítica em torno da fixidez e da rigidez com que eram concebidas a natureza e o sentido das ações das mulheres, não levando em conta especificidades das relações de gênero em contextos históricos distintos daquele em que a categoria fora definida. Os estudos movidos pela celebração de mulheres independentes, suas contribuições e conquistas, do passado e do

²⁹ O termo *androcentrismo* foi cunhado por Lester F. Ward, em 1903, como a visão de que o homem é primário e a mulher secundária e que todas as coisas se centram no primeiro. A mulher, embora necessária ao trabalho de reprodução, seria apenas um meio para a perpetuação da humanidade. Em 1911, Charlotte Perkins Gilman observou que o que se nomeou como natureza humana foi, em geral, apenas a “natureza masculina”. Feministas tomaram a palavra como um termo que significa a suposição de superioridade dos homens sobre as mulheres, tornando-se a norma para o comportamento humano. A experiência das mulheres, quando considerada, seria uma exceção a experiência universal masculina. O andocentrismo se imprime nas teorias, na linguagem, na pesquisa, no mercado de trabalho e nas relações familiares e, por esta razão, se ajusta a estrutura de poder patriarcal, em que os homens e sua experiência são privilegiados. Se o patriarcado revela quem tem o poder, o androcentrismo evidencia a perpetuação psicológica e cultural do patriarcado. Consultar: TIERNEY, Helen, (org). *Women's studies encyclopedia*. Vol. 1. Greenwood Publishing Group, 1999 e WORELL, Judith, ed. *Encyclopedia of women and gender: sex similarities and differences and the impact of society on gender*. Vol. 1. Academic Press, 2001.

³⁰HARDING, Sandra. "The Instability of the Analytical Categories of Feminist Theory." *Signs* 11, no. 4 (1986): 645-64. Matthews, Jill. "Feminist History." *Labour History*, no. 50 (1986): 147-53.

presente, ainda se enfatizavam sobremaneira nas mulheres das elites intelectuais e/ou políticas, em geral cidadinas. Nota-se, ainda na década de 1980, uma inflexão da história das mulheres para a história de gênero, via de regra tratadas como sinônimos.

Gênero foi, com frequência, adotado como um termo de aparência neutra e passível de englobar discussões sobre identidades e sexualidades plurais. Os pesquisadores da história de gênero, tributários do pós-estruturalismo, argumentam que a ênfase no caráter relacional do conceito romperia com noções de fundamentação biologista, ampliando o escopo de análise. Deste modo, exploram como feminino e masculino tornam-se mulher e homem, ou seja, como as sociedades atribuem significados sociais as diferentes características biológicas. Os historiadores de gênero o vêem como uma construção cultural, que molda as experiências de vida com base em suas prescrições, enraizadas socialmente e passíveis de serem historicizadas - uma vez que foram criadas e modificadas ao longo do tempo. O enfoque, portanto, recai sobre como as ideologias relativas a gênero outorgam significações de masculinidade e feminilidade, dando ênfase à linguagem, à textualidade, aos discursos e às representações.

Não há consenso na literatura sobre as interlocuções entre história das mulheres e história de gênero. Para parte dos pesquisadores, a segunda é uma decorrência da primeira. Para outros, a história das mulheres, ao reafirmar a existência do patriarcado, participa da biologização das análises sobre a diferença. Outros ainda, consideram a história de gênero como campo relativizado do poder patriarcal, camuflando conflitos sociais que participam na exclusão das mulheres. Há também aqueles que apontam a história de gênero como campo da discussão de diferentes formas de orientação sexual e identidades, anteriormente abafada por estudos feministas. Por fim, para alguns, gênero é um termo que promove uma aceitação social maior que história das mulheres³¹.

Conquanto seja de reconhecida importância, a perspectiva dos historiadores de gênero não constituiu a ênfase da atual pesquisa, que esteve mais ocupada em explorar as ambiguidades e ambivalências da associação entre política e participação das mulheres em

³¹ De acordo com Saffioti, o primeiro pesquisador a mencionar e a conceituar gênero foi Robert STOLLER em 1968. O conceito, todavia, não prosperou logo em seguida. Só a partir de 1975, com a publicação do "artigo da antropóloga Gayle Rubin, frutificaram estudos de gênero". SAFFIOTI, Heleieth. "Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres." *Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil* (2009). A profícua discussão sobre gênero como categoria analítica foi enunciada por uma série de intelectuais, favoráveis e contrárias. Há mais três artigos que posicionam bem os termos dessa discussão. Consultar SCOTT, Joan W. "Uma categoria útil para análise histórica." *Cadernos de Historia UFPE* 11 (2016). CORFIELD, Penelope J. "History and the challenge of gender history." *Rethinking History* 1, no. 3 (1997): 241-258. PURVIS, June, and Amanda Weatherill. "Playing the gender history game: A reply to Penelope J. Corfield." (1999): 333-338.

processos sociais e históricos no âmbito de Moçambique. Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são tomadas aqui como mais que uma categoria biológica, reconhecendo que suas experiências se dão de acordo com as regras e costumes sociais específicos aos seus contextos e em que suas posições são também balizadas por outras variáveis como pertencimento familiar e comunitário, grupos etários, religiosidade, nacionalidade, classe e raça e que configuram as crenças e opiniões que seguem as estruturas de poder.

III. Dos estudos africanos sobre mulheres

Gênero, na África, em geral, se refere à história das mulheres. Em diferentes contextos ocidentais, gênero foi visto como uma categoria de relativa neutralidade e, portanto, não ameaçadora da ordem vigente. Com essa acepção, tornou-se institucionalizado nos governos, na atuação de organizações não-governamentais, no setor privado e em programas de assistência internacional, sobretudo impulsionado pelas agendas externas de apoio à políticas de inclusão das mulheres, a exemplo da proclamação, em 1975, do ano da Mulher pela ONU que, posteriormente, desembocou em uma década internacional de igualdade, desenvolvimento e paz para as mulheres (1976-1985)³². Com frequência, o interesse generalizado por este campo de estudos - bem além do circuito acadêmico - fez com que se aplicasse o vocábulo gênero de modo impreciso, expresso na relação direta de significação com mulheres em declarações, programas e metas. Apesar das controvérsias, gênero tem sido amplamente adotado e adaptado na África e constitui uma área de pesquisa crescente.

Nos estudos africanos e africanistas, as mulheres ainda carecem de visibilidade como agentes, em diferentes espaços de atuação e, neste caso, em especial, como formuladoras políticas na luta por independência. Conquanto exista uma bibliografia que conecte as ciências sociais e humanas à história das mulheres no continente africano, se faz necessário ampliar e contribuir com este campo de pesquisa e, no caso de Moçambique, debruçar-se sobre o que já foi produzido com o intuito de refletir as relações entre participação das mulheres no interior dos nacionalismos africanos.

³² United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace. [A/RES/2919 \(XXVII\)](#). Ver mais em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/3520%20\(XXX\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/3520%20(XXX))

Esta produção, de e sobre as mulheres na África é permeada por “lacunas abissais”³³ e revela certa normatização das relações de gênero e sexualidade aos moldes ocidentais. A expressiva ausência de fontes e de relatos sobre as mulheres, em especial, de documentos escritos, foi apontada como uma das maiores dificuldades para historiadores de mulheres na África. Além disso, parte significativa dos registros foram produzidos por estrangeiros e deixam entrever sua própria inobservância em relação aos papéis adotados pelas mulheres. No século XX, os registros tornam-se mais volumosos e sugerem como o destino e a função das mulheres mudaram, ora lenta e ora brutalmente, com o impacto e o trauma da colonização e de sua respectiva inserção na modernidade ocidental³⁴. A inclusão das mulheres cresceu de forma significativa a partir da metade da década de 1980 com pesquisas interdisciplinares e que abrangem um terreno cada vez mais amplo na produção de conhecimento sobre as mulheres como agentes históricos, presentes e ativas, ou ainda com abordagens matizadas em torno de gênero e suas normas como construção social. Com a interdisciplinaridade, têm sido dada mais atenção à imbricação das identidades associadas a outras dimensões de diferença³⁵.

As representações femininas na literatura sobre o tema evocam imagens opostas. De um lado, a insistência na imagem da mulher africana como vítima, que precisa de intervenções em seu nome. Por outro, mulheres africanas como resolutas, assertivas, heroínas autossuficientes³⁶. Ambas narrativas revelam não apenas paradigmas acadêmicos sobre os quais tais estudos foram desenvolvidos, mas também perspectivas políticas sobre as quais as vidas das mulheres africanas foram entendidas e escritas, em que “gênero” foi, frequentemente, um suporte para uma história das mulheres, revelando algumas incongruências do estabelecimento das pesquisas e disciplinas históricas em torno do tema.

Segundo Joan Scott, a definição de “gênero” surgiu nos estudos feministas, nos anos 1970, como categoria política que tornava visível as desigualdades construídas sobre a diferença entre homens e mulheres. Gênero serviu, ao mesmo tempo, para destacar a descontínua construção sociológica e histórica da desigualdade em relação a subordinação da mulher através de diferentes espaços e tempos bem como para identificar as possibilidades

³³ SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 78, p. 3-46, 2007.

³⁴ MAGALHÃES, Juliana Paiva. *Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português (Sul de Moçambique, XX)*. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016

³⁵ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *African women: A modern history*. Routledge, 2018.

³⁶ AMADIUNE, Ifi. *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society*. London/New Jersey: Zed Books, 1998. pp. 210.

de reconstrução de uma nova ordem social mais igualitária. Contudo, o uso desta categoria nos estudos africanos requer o entendimento das especificidades próprias das diversas sociedades locais pesquisadas, além da necessidade de compreender as múltiplas identidades sociais da mulher - como mães, como “maridos”, como irmãs, como líderes, como produtoras, como trabalhadoras agrícolas e como parte integrante da aparente dominação não apenas colonial como também masculina - doméstica ou não³⁷. Tomar múltiplas identidades e identificações como um ponto de partida para explorar gênero em Moçambique exige uma abordagem sensível à variedade de posições de sujeito ocupadas por mulheres e homens nos diferentes domínios do discurso coexistentes nos processos históricos.

Parte da historiografia, sobretudo a que localiza a história das mulheres como parte do campo da história social, considera a hierarquia de gênero e a subordinação feminina como manifestas em sociedades africanas locais ou que tornaram-se ainda mais rígidas com a regulação dos corpos no modelo de legislação e controle coloniais segundo os padrões ocidentais. As novas articulações das assimetrias e desigualdades ora foram apresentadas como costumeiras, ora como distorções de realidades africanas ou ainda como resultado da implementação de estruturas patriarcais durante o período colonial. Assim - como parte de uma história de integração de mulheres de sociedades de base agrária em sociedades coloniais - a luta para superar a hierarquia e as estruturas de opressão, deu ensejo às diferentes formas de organização de feminismos africanos³⁸. Josina Machel, em depoimento a Eduardo Mondlane, afirmou que “antes da luta, mesmo na nossa sociedade, as mulheres tinham uma posição inferior. Hoje [...] a mulher moçambicana tem voz e um papel importante a desempenhar”³⁹. Com as independências, o controle sobre os papéis sociais e políticos das mulheres não foi abolido de modo abrupto e tornou-se intrincado e envolvido com as estruturas desses novos projetos de sociedades que, por sua vez, passaram a ser dependentes economicamente de um sistema globalizado, baseado em marginalizações e que permitiriam sua reprodução.

As diferenças entre o feminismo ocidental e o africano foram abalizadas por certa fricção em torno de muitas questões e influenciaram a historiografia que tem as mulheres como tema e objeto. Enquanto o primeiro enfatizava, por exemplo, a autonomia das mulheres envolta em ideais de individualidade, as africanas reivindicavam formas de participação pública diretamente ligadas às culturas e realidades locais. A luta das mulheres africanas

³⁷ Idem.

³⁸ Sobre a vertente marxista, consultar: MIKELL, Gwendolyn (Ed.). *African feminism: The politics of survival in Sub-Saharan Africa*. University of Pennsylvania Press, 1997.

³⁹ MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Centro de Estudos Africanos, 1995. p. 143

contra as assimetrias e as desigualdades foi descrita, com frequência, em termos de uma relação dicotômica entre as esferas pública e privada. Com efeito, as reivindicações foram regularmente baseadas em uma preocupação com problemas concretos de estabilidade alimentar, acesso às fontes de renda, representação nas esferas de poder e liberdade de expressão de suas sexualidades, mesmo entre aquelas que geraram debates acalorados e que dizem respeito a tradições locais como a clitoridectomia e a prática dos dotes, chamado lobolo em Moçambique.

Para Catherine Coquery-Vidrovitch, em *African Women: a Modern History*, mesmo que de diferentes maneiras e em períodos distintos, as mulheres ao sul do Saara, levaram e continuam a levar vidas difíceis. Sejam mães, mulheres do campo, cidadinas, trabalhadoras, solteiras, casadas, viúvas ou divorciadas e considerando diversas formas de experienciar tais âmbitos, as africanas compartilham alguns fatores próprios da condição feminina frente a uma mudança dramática de suas formas de organização social no período de um século. A autora salienta que as circunstâncias de suas vidas divergem das experiências das mulheres ocidentais e que a maneira como essas vidas foram descritas por viajantes, exploradores e etnógrafos corroboraram a criação de imagens distorcidas e estereotipadas. Em contrapartida, as tradições orais foram, por vezes, mais eloquentes no reconhecimento das mulheres e recordam numerosas heroínas, como as anciãs iorubanas de Oyó, na atual Nigéria, cujo papel foi transmitido por orikis, legítimos textos literários e históricos.

Uma história das mulheres na África precisa apreender as múltiplas facetas das realidades nas quais elas estiveram inseridas, com a consideração de seus contextos, apreendendo suas diversas formas de participação e estabelecendo diálogos e conexões. Coquery assinala o risco de presumir, generalizar e sobrepesar a matriarcalidade como realidade apreensível durante todo o percurso de quase dois milênios da era pré-colonial, argumentando contra o que identifica como tendências de romantização de uma história pré-colonial das mulheres. O foco de Vidrovitch não está nas discussões de gênero e, por esta razão, a autora não se debruça sobre a compreensão da linguagem e dos discursos.

No livro *Male Daughter, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society*, de 1987, sobre os Igbo de Nnobi, no sudeste da Nigéria, Ifi Amadiume investiga formas de acesso ao poder e *status* das mulheres desde uma perspectiva crítica aos sistemas patriarcais, segundo a autora, impostos nas sociedades africanas por situações coloniais fundadas em projetos ocidentais de educação e religião. Amadiume, confrontando as noções universalistas desenvolvidas no ocidente, escreve com proposição política aos governos independentes e soberanos dos novos estados africanos e a feministas dos países do

“terceiro mundo”⁴⁰. Ao jogar luz nas diferenças dos contextos onde se produzia o conhecimento ocidental e sua aplicação nas sociedades africanas, a autora ressaltou a frequência com que seus resultados moldaram-se de modo a justificar argumentos eurocêntricos e de materialização dos processos de subjugação das populações locais⁴¹, como foi o caso de conceber a divisão do trabalho em esfera pública e privada e atribuir a esta última um lugar pejorativo em que a sexualidade, os papéis de reprodução e seu respectivo controle foram motores da opressão patriarcal. Se isso poderia ser válido para sociedades ocidentais, segundo a autora, não aconteceu o mesmo entre os Igbos de Nnobi já que o sistema “*dual-sex*” - compreendido com uma experiência de coexistência de poder e atividade política entre homens e mulheres - e a forma de organização em unidades familiar matrifocais, em que as relações de produção e consumo estão ideologicamente enraizadas no conceito de maternidade, valorizaram as mulheres e as permitiram obter posições políticas, econômicas e sociais importantes⁴². Para Amadiume, diferentes formas de acesso à poder aos homens e mulheres não precisa ser inventando, tampouco romantizado, foi o eurocentrismo que não permitiu que tal acesso fosse analisado considerando circunstâncias particulares, como seria o caso com as sociedades africanas⁴³. As análises de Ifi Amadiume

⁴⁰ Cito: “Any work by third world women must therefore be political, challenging the new and growing patriarchal system imposed on our societies through colonialism and western religions and educational influences. We cannot afford to be indifferent researchers, glossing over the local struggles in which women in our countries are involved”. (“Qualquer pesquisa produzida por mulheres do terceiro mundo devem ser políticas, desafiando o novo e crescente sistema patriarcal imposto em nossas sociedades através do colonialismo, de religiões ocidentais e das influências educacionais. Nós não podemos nos permitir ser pesquisadoras indiferentes, silenciando as lutas locais nas quais as mulheres de nossos países estão envolvidas”[tradução livre]). Consultar *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society*. London/New Jersey: Zed Books, 1998 p. 17.

⁴¹ Ifi Amadiume foi enfática, em particular, na crítica a antropologia social para quem “data were gathered selectively, and interpreted and applied according to the point of view and the politics of that period, which had to justify conquest and the subjection of indigenous peoples and their cultures to foreign rule, the material produced was inevitably racist” (a coleta de dados foi seletivamente interpretada e aplicada de acordo com as perspectivas e o contexto político daquele período, devendo justificar a conquista e a subjugação de povos indígenas e sua cultura à normas estrangeiras e, sendo assim, inevitavelmente racista [tradução livre]) e que o “ethnocentrism, racism and imperialism constitute a deep division between white women in the west and any women elsewhere” (...) the persistent intention has been to seek a false solidarity on the basis of what they see as ‘common roots of oppression.’(o etnocentrismo, o racismo e o imperialismo constituem a profunda divisão entre as mulheres brancas ocidentais e as mulheres de outros lugares [tradução livre]). AMADIUME, Ifi. *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society*. London/New Jersey: Zed Books, 1998, p 7-9

⁴² AMADIUME, Ifi. *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society*. London/New Jersey: Zed Books, 1998. p. 28

⁴³ Amadiume argumenta ainda que a rejeição das leituras essencialistas no feminismo ocidental pode não ser apropriada no caso africano. “O que as mulheres africanas construíram no matriarcado”, ela argumenta “era (...) essencialista, uma lógica baseada em fatos concretos gerados pelos papéis de produção da unidade de produção básica no sistema de parentesco”. AMADIUME, Ifi. *Reinventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture*. London: Zed Books, 1997 p. 115.

ecoam o pensamento de Cheikh Anta Diop que afirmou a existência de determinadas regiões patriarcais na África como resultado das remodelagens exógenas ao continente pela atuação de árabes e europeus como prejudiciais aos sistemas locais em que as mulheres exerciam mais autonomia a partir de sua centralidade para a existência das unidades familiares, permitindo maior equilíbrio na representação política⁴⁴. A autora nota, ainda, que os sistemas religiosos e políticos, masculinos e femininos, não coexistiram em equilíbrio pacífico, mas em tensões críticas em que o papel da mulher serviu para contrastar estruturas patriarcais. Entretanto, o resultado de sua pesquisa, por deter-se entre uma população específica, não é generalizável e não revela todas as posições que as mulheres africanas ocupavam nas estruturas familiares e de linhagem e as disputas, informais ou organizadas, das dissonâncias de poder.

Para vertentes ligadas ao pós-estruturalismo⁴⁵, ainda que a resistência das mulheres africanas possam ter sido moldada de acordo com hegemonias ocidentais, ela não decorre dos mesmos processos de controle e opressão característicos de sociedades industrializadas. Em razão da consciência das suas dinâmicas específicas, as abordagens africanas para uma compreensão dos papéis sociais das mulheres difere das formas ocidentais com as quais haviam tomado contato durante as independências, na década de 1960 e, no caso dos territórios sob a dominação portuguesa, na década de 1970. A atuação das historiadoras feministas e a revisão das pesquisas sobre a prática política das mulheres na África constituíram um processo de complexa e, por vezes, contraditória influência mútua entre os ativismos e os estudos acadêmicos. Em linhas gerais, tanto as historiadoras como os novos estudos buscaram refutar essencialismos, a predominância biologista do corpo como lugar das diferenças sociais e o universalismo das relações de gênero.

Este é o caso de Oyèrónké Oyěwùmí que, para questionar as formas de compreensão desenvolvidas por acadêmicos ocidentais, debruçou-se sobre a especificidade das noções de diferenças sexuais em sociedades locais, utilizando a etnografia como método de apreensão para sua análise. Seu livro, *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*, é resultado de um estudo entre os iorubás de Oyó da Nigéria⁴⁶ com foco nos processos sociais, administrativos e políticos engendrados durante a situação colonial. Sua pesquisa critica a perspectiva atemporal e universalizante segundo a qual o gênero seria um princípio organizador da vida social, com o corolário de uma subordinação absoluta das

⁴⁴ Ver mais em: AMADIUME, Ifi. "Cheikh Anta Diop's theory of matriarchal values as the basis for African cultural unity." *The cultural unity of black Africa: The domains of patriarchy and matriarchy in classical antiquity* (1989).

⁴⁵ Consultar: BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora Record, 2003.

⁴⁶ Consultar: Oyěwùmí, Oyèrónké. *The invention of women: Making an African sense of western gender discourses*. U of Minnesota Press, 1997.

mulheres. Para a autora, as explicações biologistas foram especialmente privilegiadas pelo ocidente em suas maneiras de sublinhar diferenças de gênero, raça e classe, sobretudo porque estiveram alicerçadas no corpo como um centro de seus discursos e categorias, seja ele “masculino” ou “feminino”, “negro” ou “ariano”. Mesmo com a pertinência da crítica desenvolvida por Oyěwùmí, muitos intelectuais que tentaram fugir de explicações biologizantes negaram a existência dos corpos apenas para mulheres, judeus, africanos e subalternos, corporificando o outro por meio de diferenças construídas socialmente, de fora dos contextos particulares.

Segundo Oyěwùmí, entre os iorubás não existia a categoria mulher como pré-cultural e atemporal, caracterizada por interesses, desejos ou posições sociais compartilhados, uma vez que não compreendem não se pode atribuir a todas as sociedade uma perspectiva anatômica, que agrupa e hierarquiza as pessoas em “femininas” e “masculinas”⁴⁷. Nesta sociedade, por exemplo, pesam as classificações por grupos etários em uma ordem social que exigiu um tipo diferente de classificação daquele baseado em gênero. Partindo do pressuposto de que gênero, concebido como uma noção rígida, não é inerente à todas as formas de organização humana e que tal categoria e suas formas de opressão podem operar como um problema importado, a autora utiliza este como sinônimo de sexo. Entretanto, a afirmação de que “mulher” como categoria social não existia nas comunidades iorubanas não deve ser lida como uma negação das dimensões biológicas, nem como uma espécie de desconstrução integral das estruturas físicas. Para a autora, o corpo entre os iorubás era de fato percebido e significado, mas sem carregar nele noções que encontraram na anatomia a base de papéis, pensamento e identidades sociais, includentes ou excludentes.

O papel desempenhado pela linguagem é central na análise da autora. Ademais o trabalho etnográfico, uma das evidências reforçadas em na argumentação de Oyěwùmí -

⁴⁷ A autora criou os termos “sexo anatômico”, “homem anatômico” e “mulher anatômica” para enfatizar a atitude não engajada dos iorubás na relação entre o corpo humano e os papéis sociais das quais derivariam posições e hierarquias. O objetivo da qualificação desses termos como “anatômico” foi mostrar que as distinções eram superficiais entre os iorubás e, por isso, não assumiram dimensões de discriminação, como ocorre no Ocidente em que “as categorias sociais derivam essencialmente de um dimorfismo sexual percebido do corpo humano”. Para a autora, as categorias sociais como “mulher” são baseadas no tipo de corpo. Deste modo, essa lógica cultural é realmente “biológica” e são geralmente elaboradas em relação e em oposição a outra categoria: a de “homem”. Cito: “a presença ou ausência de determinados órgãos determina a posição social. Não é surpreendente, então, que a socióloga feminista Dorothy Smith observa que, nas sociedades ocidentais, o corpo de um homem dá credibilidade ao seu enunciado, enquanto o corpo de uma mulher o afasta dos dela. Judith Lorber também observa a profundidade e a ubiqüidade das noções de biologia no domínio social quando escreve que o gênero é tão penetrante em nossa sociedade [ocidental] que assumimos que é criado em nossos genes”. In: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *The invention of women: Making an African sense of western gender discourses*. U of Minnesota Press, 1997.

utilizada para proclamar a inexistência de gênero como categoria de organização da vida social dos iorubás - , se assenta na ausência de pronomes, adjetivos e outros termos qualificativos que, em função do sexo, distingue homens de mulheres. No entanto, é possível questionar se a ausência de linguagem específica para gênero e sexualidade implica em não hierarquização, uma vez que outras sociedades, que reproduzem esse padrão de uma neutralidade do idioma e da linguagem, podem enfrentar a opressão e a desigualdade entre homens e mulheres. Ainda que entre os iorubás os papéis sociais sejam majoritariamente baseados em grupos etários e não necessariamente pela anatomia, sua forma de organização esteve alicerçada em diferentes noções de poder, propriedade e acesso a recursos de acordo com seus status.

IV. História das Mulheres em Moçambique

Em Moçambique, a pesquisa sobre mulheres se seguiu às lutas por independência. A participação contestatória da situação colonial por parte das mulheres trouxe à tona os processos de regulação e controle de seus corpos e a necessidade de compreender e denunciar seus mecanismos. Desde o primeiros anos de luta armada e logo após a independência, a produção das investigações esteve associada a um compromisso político de feministas que se engajaram na militância política. Produzido com essa perspectiva, o artigo de Stephanie Urdang, em *“Precondition for Victory: Women's Liberation in Mozambique and Guinea-Bissau”*, publicado em 1978, reflete sobre a participação das mulheres nas lutas de libertação de ambos os países⁴⁸. A autora, também na qualidade de militante, analisa a organização de frentes políticas, destacamentos guerrilheiros e associações de massas, as atuações e os embates das mulheres para fazerem valer o acesso à direitos individuais e a obtenção de igualdade nos nascentes estados africanos. Compartilhando de alguns ideais da época, Urdang proclama que a ideia de libertar as mulheres é possível nesses novos estados justamente porque neles adotou-se uma posição de apoio e de encorajamento, alicerçada em

⁴⁸ Há menções a um texto anterior ao produzido por Stephanie Urdang, escrito por Sherilynn Young para a Conferência de História das Mulheres, ocorrida em 21 de outubro de 1977, na faculdade St. Catherine, Minnesota. A comunicação foi utilizada como bibliografia do livro *“A mulher moçambicana no processo de libertação”*, de Barbara Isaacman e June Steffan.

uma base material, que considera a atuação feminina essencial para o sucesso da revolução nacional, de orientação política socialista.

Em 1982, foi publicado “*A mulher moçambicana no processo de libertação*”, trabalho de Barbara Isaacman e June Stephan que resultou de um estudo feito em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU). Seguindo, de modo similar, uma perspectiva de alinhamento político com a FRELIMO socialista na pesquisa, há um esforço evidente em dedicar atenção e produzir uma síntese sobre a luta das mulheres. Para alcançar tal objetivo, constrói-se uma compreensão baseada em uma a divisão cronológica. O primeiro capítulo trata das “mulheres na sociedade tradicional”, em que se argumenta que, apesar das distinções entre as sociedades matrilineares do norte e as patrilineares do sul, de maneira geral Moçambique experimentou organizações sociais que fizeram das mulheres “mercadorias valiosas”, diminuindo seu papel mesmo quando encontravam algum espaço de importância simbólica, como foi o caso do *piaumene*⁴⁹ - uma instituição dos povos macuas que envolvia as mulheres na vida pública. O extenso relato sobre a prática do lobolo, entendida como regulação e controle do potencial produtivo e reprodutivo das mulheres, revela a fragilidade social em que o ritual de pagamento de dote colocou as moçambicanas. Assim, durante a situação colonial, as mulheres sofreram com uma dupla opressão, resultado do acréscimo de novas responsabilidades sem, entretanto, encontrarem espaço de representação política, fazendo delas ainda mais oprimidas que os homens. Segundo Isaacman e Stephan, a situação teria mudado com a formação da FRELIMO e a sua consequente adesão ao objetivo de emancipar a mulher moçambicana, tendo após a independência criado políticas de inclusão para cargos políticos e administrativos. Os capítulos que se seguem, dedicam-se aos desafios para a efetiva garantia de acesso aos direitos civis e políticos relativos à família, à educação, à saúde, a economia, aos direitos trabalhistas das cidadinas e, igualmente, daquelas que viviam em zonas agrícolas. Não obstante as reconhecidas dificuldades para implementar as novas leis, o trabalho enfatiza, com teor positivo, as estruturas que coordenam a execução de novas práticas políticas, como é o caso da OMM, além dos avanços realizados pela FRELIMO.

Consultora da Organização de Mulheres Moçambicanas (OMM) entre 1981 e 1984, Signe Arnfred produziu a pesquisa que resultou no livro “*Gender and Sexuality in Mozambique*” a partir de um extenso trabalho de campo na província de Cabo Delgado, no norte do país. Nesta zona de guerra, entrevistou ex-combatentes e militantes da FRELIMO

ISAACMAN, Barbara; STEPHEN, June. *A mulher moçambicana no processo de libertação*. Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1984. p. 11.

que, segundo a autora, experimentaram relações mais igualitárias com os homens, não apenas porque tinham um importante papel durante a guerra de guerrilha mas porque puderam questionar a autoridade familiar com o apoio das estruturas do partido⁵⁰. Arnfred atesta a existência da divisão do trabalho e da estrutura patriarcal de opressão, trabalhando com categorias menos essencialistas do que as utilizadas pelos estudos de mulheres em Moçambique e dialogando com os postulados da história de gênero, o que a leva a destacar os papéis sociais assumidos por homens e mulheres, em correlação. Com efeito, as condições da guerra, a participação feminina e o apoio dado pela FRELIMO desafiaram as relações entre mulheres e homens e criaram possibilidades de novas relações de gênero e identidades femininas. Nota-se, com o fim da luta de libertação e com a conquista do poder pela FRELIMO, que o centro das decisões políticas do partido se moveu do norte para a capital. O foco na mobilização popular se voltou, então, a construção de estruturas de poder econômico e político em que as militantes que tiveram acesso à educação formal foram alocadas em posições de maior importância, em detrimento das que tiveram experiência em campo, na posição de combatentes. Para a autora, estas modificações fizeram parte da avaliação que transformou a FRELIMO em um partido de orientação marxista-leninista.

Assim, as circunstâncias históricas desafiaram a teoria, levando a reconsideração de vários pontos. A nova dinâmica dos quadros políticos do partido enquadrou a luta das mulheres moçambicanas e suas organizações em torno do paradigma marxistas de emancipação feminina que, por sua vez, foram percebidos pelas militantes como perda de

⁵⁰ Em depoimento a Signe Arnfred em Mueda, Habiba (50 anos), uma ex-combatente e ex-representante provincial de Cabo Delgado descreve que “During the war we held meetings, we mobilised women to transport war material, to grow food and to cook for the soldiers. Women volunteered but sometimes husbands tried to prevent them from participating in the tasks of war. When that happened, we called in Frelimo. I remember a case of one man who was beating his wife. We tied his arms behind his back and took him to Frelimo. Frelimo told him that he shouldn't fight his wife for it was better to fight the Portuguese together. The man became a soldier and the woman continued her war work. During the war women were respected because we were organised. Men and women were equal. There was no division, no resentment. One week the woman was away, another the man. When the woman was away, it was the husband who did the housework and looked after the children. Men and women worked together for the same goal. “durante a guerra realizamos reuniões, mobilizamos mulheres para transportar material de guerra, para cultivar alimentos e para cozinhar para os soldados. As mulheres se ofereceram, mas às vezes os maridos tentaram impedir que elas participassem das tarefas da guerra. Quando isso aconteceu, chamamos a Frelimo. Lembro-me do caso de um homem que estava batendo em sua esposa. Nós amarramos os braços atrás de suas costas e o levamos à Frelimo onde disseram-lhe que não devia lutar contra a esposa porque era melhor que juntos lutassem contra os portugueses. O homem tornou-se um soldado e a mulher continuou seu trabalho de guerra. Durante a guerra, as mulheres eram respeitadas porque estávamos organizadas. Homens e mulheres eram iguais. Não houve divisão, nem ressentimento. Se em uma semana a mulher estava ausente, na outra poderia ser o homem e quando a mulher estava ausente, era o marido que fazia o trabalho doméstico e cuidava das crianças. Homens e mulheres trabalharam juntos pelo mesmo objetivo” (tradução livre). in: ARNFRED, Signe. “Women in Mozambique: Gender Struggle and Gender Politics.” *Review of African Political Economy*, no. 41, 1988, pp. 6

poder no partido e na OMM. Sob o novo governo de orientação socialista, passaram a ser condenadas as práticas rituais de iniciação femininas e de dote, vistas como expressão do tribalismo. Mas para Arnfred, as considerações das mulheres sobre o tema nem sempre se alinhavam à concepção formulada pela direção do partido. Para parte delas, os ritos cumpriam a função de transmitir e amadurecer práticas sexuais, sem repressão do prazer e, deste modo, constituíam uma prática de celebração de uma identidade de gênero feminino compartilhada conferindo, ainda segundo a autora, um espaço de interlocução e base para a força dessas mulheres, razão pela qual era tão importante e indispensável.

Na tese de Signe Arnfred, trata-se da passagem e da transição promovida pelo rito, em que a transmissão de saberes entre as mulheres cumpre um importante valor simbólico, no entanto, não reflete sobre os acontecimentos posteriores em termos de prática sexual, ou seja, como tais mecanismos operam no desenvolvimento de papéis que questionam as estruturas do poder masculino. Porém, as reflexões sobre os embates que os ritos causaram no interior da FRELIMO constituíram uma contribuição importante da pesquisa de Arnfred, acrescida a ênfase da agência das mulheres africanas na construção de suas próprias pautas de atuação. A evidência da complexidade dos processos experimentados por população locais na sua interação com a situação colonial e com a luta por independência, levou a autora a refutar uma periodização linear, transitando entre os significados atribuídos as práticas rituais em diferentes percepções do tempo. Importa ressaltar que sem negar gênero como categoria analítica e percebendo suas singularidades de acordo com contextos locais, o estudo de Arnfred promoveu uma interlocução entre gênero e mulheres realçando a potência da organização das mulheres para lutar por suas pautas ou, como no caso dos ritos, para manterem suas agências e atuações.

Articulação, agência e participação política são temas abordados por Isabel Casimiro na fundamental obra *“Paz na Terra, Guerra em Casa: feminismos e organizações de mulheres em Moçambique.”* Nela, a autora reflete sobre as emergências, as influências e os desafios nas relações entre a FRELIMO e a OMM, sobre a emancipação e o trânsito de ideias feministas bem como sobre os papéis assumidos pelas mulheres organizadas em frentes de atuação endógenas e específicas. Deste ponto de vista, as mulheres, em suas sociedades, pautaram agendas próprias e atuaram de diferentes formas frente na resistência a opressão contra o regime português, as quais incluem-se os movimentos de libertação nacional e, mais recentemente, o papel das pesquisadoras acadêmicas ativistas. Ainda assim, o momento de contestação à situação colonial é central na argumentação da autora porque abriu um espaço para o questionamento das experiências ligadas ao gênero e a sexualidade dentro das

organizações políticas que operavam a contestação. No entanto, embora o governo da FRELIMO tenha resultado em maior representação institucional, perpetuaram-se as práticas discriminatórias e as contradições da situação das mulheres quando relativas a esfera privada, como é o caso da violência doméstica.

Consciente dos paradigmas ocidentais nos quais a história das mulheres africanas, não raro, foi enquadrada, Isabel Casimiro enfatiza o protagonismo feminino o que, alias, contrapõe-se ao imaginário fixo, rígido, pobre e vitimizado atribuído a elas. No que se referem as ideias de Signe Arnfred, a autora também refuta as práticas rituais como símbolos do atraso, exotismo ou erotismo das moçambicanas, apontando para uma complexidade na leitura e nas proposições em relação a esta questão, já que formas de solidariedade entre as mulheres em sociedades locais constituíram - e ainda constituem - estratégias fundamentais de resistência. Como Ifi Amadiume, a autora faz reflexões em diálogo com movimentos feministas do sul global⁵¹ e compreende a diferença de distribuição de poder associada a gênero em algumas sociedades africanas, como vetor de uma característica específica de coexistência de poder entre homens e mulheres (“*dual-sex*”), além de ser uma estrutura fundamental para o entendimento das relações familiares na África. A pesquisa de Isabel Casimiro fornece um levantamento detalhado das organizações de mulheres em Moçambique, em que é possível perceber como a agenda internacional se relaciona com as pautas locais e pode engendrar tanto o assistencialismo de parte da elite moçambicana, a exemplo do Gabinete da Esposa do Presidente da República, como o fortalecimento do feminismo e de sociedades civis dedicadas ao combate da violência contra a mulher⁵².

O período de transição do governo da FRELIMO de orientação socialista para a democracia neoliberal e multipartidária, acompanhando uma tendência que se fez presente em outros estados africanos na última década do século XX em diante, ampliou a candidatura de mulheres para cargos nacionais e para um atuação em organizações não-governamentais com o apoio de doadores internacionais. Assim, as mulheres, sobretudo das cidades, alcançaram novas possibilidades de governança na sociedade civil, influenciando políticas estatais e a opinião pública.

Em Moçambique, por exemplo, foi criada a organização não-governamental *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust* (WLSA), auto-proclamada feminista e que atua com foco na produção de pesquisas e formulação de políticas públicas para os

⁵¹ Ifi Amadiume utiliza a expressão “terceiro mundo”.

⁵² Para saber mais sobre feminismo em Moçambique, consultar: *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust*, Moçambique. In: <http://www.wlsa.org.mz/visao-e-missao-da-wlsa/>

direitos humanos das mulheres. A organização se constituiu, ao longo da década de 1990 em diante, em um espaço importante de produção do conhecimento. Com a presença de intelectuais notáveis, como Conceição Osório, Teresa Cruz e Silva e Ana Maria Loforte, além de Isabel Casimiro, a WLSA dedicou atenção às questões relativas à violência de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, acesso à educação, combate à transmissão do vírus HIV e reformulação das leis para a regulação dos casamentos prematuros. O boletim da organização, intitulado “Outras vozes”, tem publicado pesquisas recentes e promovido um diálogo interdisciplinar entre investigadores de diferentes países. Como resultado, intensificou-se a reflexão sobre papéis atribuídos aos homens (com número expressivo de artigos sobre masculinidade) e às mulheres nas esferas públicas e privadas e sobre as consequentes naturalizações que ainda servem para justificar práticas de dominação.

Embora a participação das mulheres tenha alterado o cenário político das primeiras décadas dos anos 2000, em especial por elas terem ingressado na vida pública, os resultados não foram uniformes. Em parte porque as promessas de uma democracia multipartidária e neoliberal não se cumpriram em um ambiente de fato acolhedor à participação feminina na política formal, em que as rédeas do poder ainda se encontram atreladas aos homens. Outrossim, ocupar um cargo político não significa atuar em favor de uma agenda progressista para as mulheres, menos ainda uma agenda de gênero que considere direitos da população LGBT. Com frequência e a despeito do avanço da história de gênero em diferentes parte do continente africano, observa-se na política uma constante inflexibilidade nos lugares tradicionais de gênero e sexualidade. Se em espaços públicos as mulheres ganharam postos de atuação, na vida privada as consequências de uma norma opressora ainda são significativas, a exemplo da violência doméstica que tanto testa as conquistas das africanas.

Do mesmo modo, importa ressaltar o movimento crítico⁵³ que analisa as políticas de produção do conhecimento sobre as mulheres africanas com enfoque na crítica das hierarquias estruturais que não promovem acesso paritário ao fóruns de investigação e centros de estudos acadêmicos nos quais questões de gênero e sexualidade são discutidas e o conhecimento é produzido. Retoma-se a discussão das mulheres das regiões rurais em oposição as mulheres citadinas que, sob os auspícios do letramento e da redação, controlam o significado e o conhecimento dos campos de investigação, marginalizando da produção mulheres que muitas vezes são o principal assunto dos estudos e análises.

⁵³ Consultar OKEKE, Philomina E. Postmodern feminism and knowledge production: The African context. *Africa Today*, v. 43, n. 3, 1996, p. 223-233.

As pesquisas acadêmicas e as questões que balizam a participação política das africanas, mencionadas nesta introdução, foram selecionadas com o intuito de traçar, ainda que em linhas gerais, o desenvolvimento dos campos de histórias das mulheres, de gênero, e do feminismo. Elas apontam parte do desenvolvimento que torna o debate amplo, considerando diferentes perspectivas de como as mulheres tem sido incluídas e tratadas pelos estudos historiográficos, com especial enfoque no contexto moçambicano. Apesar das lacunas e das questões que impõem novas reflexões sobre o tema, o diálogo entre os contextos locais, regionais e transcontinental têm fornecido pesquisas vigorosas e fundamentais que abalizaram o trabalho de pesquisa que se segue.

O primeiro capítulo, *Josina Abiatar Muthemba: juventude e militância (1945-1962)*, retoma a construção do aparato legislativo e administrativo português na colônia de Moçambique, com especial enfoque em como registraram e pretenderam controlar a atuação e o corpo das mulheres. Também aborda como a imprensa do começo do século XX trata os temas concernentes a ideias de um universo feminino. Os anos de 1945, data de nascimento de Josina Muthemba, até 1962, quando foi fundada a Frente de Libertação de Moçambique marcam a baliza histórica que consubstancia a formação de associações estudantis e outras formas de reunião da crescente população antagonista à situação colonial. O período aponta a formação política de jovens cidadãos em associações estudantis, contrários as políticas de discriminação e opressão engendradas pela presença lusitana sobre as moçambicanas e moçambicanos. Nesse contexto, será apresentada a trajetória de Josina até seu engajamento na FRELIMO e a sua produção de poesias enquanto expressão da conscientização política da juventude local. Além disso, debruça-se sobre os contatos e articulações dos movimentos que objetivavam independência em âmbitos internacionais, continentais e regionais, constituindo os espaços de debate e formulação política para a promoção da ruptura com o regime colonial.

No segundo capítulo, nuclear para esta pesquisa, *Josina: a combatente (1962-1975)*, serão apresentadas as organizações femininas – LIFEMO, DF e OMM – e o processo de formulação de pautas relativas a participação das mulheres no contexto do movimento de libertação, considerando as tensões, conflitos e continuidades entre as diferentes organizações e seus vínculos com a FRELIMO. Aponta-se também o percurso de Josina Machel até alcançar a posição de combatente e quadro dirigente do Destacamento Feminino, o casamento com Samora Machel e o seu falecimento, ocorrido antes da conquista da independência. O dia 25 de junho de 1975 assinala uma nova política do partido com as organizações de massa em que passa a ser questionada a autonomia das mulheres em relação aos seus próprios objetivos.

Para a compreensão crítica dos tópicos apresentados no capítulo serão utilizados como fontes os documentos da PIDE e da imprensa periódica, em especial a Revista Tempo.

Por fim, o terceiro capítulo, *Josina: uma heroína para o pós-independência (1971-1980)*, trata especificamente dos aspectos anunciados no título desta dissertação de mestrado, salientando o impacto que a orientação marxista-leninista da Frelimo gerou nas organizações de massa, sobretudo na OMM, e dos desafios da construção de um país soberano. Também se debruça sobre o processo de ideação de uma figura heróica para Josina Machel nas circunstâncias da necessidade de criação dos símbolos nacionais capazes de congregar as características de legitimação de um pertencimento a nação. Para tanto, foram utilizados os cartazes produzidos pelo departamento de informação e propaganda da FRELIMO.

O período abordado neste capítulo, do nascimento de Josina Machel em 1945 até a formação da Frente de Libertação de Moçambique no início dos anos 1960, foi marcado pelo recrudescimento da situação colonial em Moçambique em que as opressões se intensificaram e avançou a pressão econômica e política sobre o território moçambicano para atender as demandas da capital metropolitana. Alguns fatores influenciaram a nova política portuguesa para as colônias, entre eles, a perda da legitimidade internacional pós-segunda guerra e pós-independência da Índia e a crise que se instaurou diante do surgimento dos movimentos nacionalistas. Neste período contestava-se, cada vez com mais frequência, as estratégias retóricas do projeto pretensamente civilizatório de Portugal que combinava um conjunto de pressupostos de superioridade e que sustentou a implementação e a prática da regulação da vida social em um sistema legal, desigual e discriminatório, alicerçado na dicotômica relação entre apropriação e violência⁵⁴. Os “nativos das colônias” foram enquadrados em categorias essencialistas e representados como anacrônicos, destituídos da cognição da evolução do tempo no modelo linear europeu e, por isso, presos a um passado “tribal” e “atrasado”⁵⁵. Em uma projeção binária do tempo, o eixo temporal se sobrepôs ao eixo do espaço a ser domesticado, em um tempo da evolução que negava a existência das mulheres, enquadradas não apenas como seres atrasados, mas como indivíduos atávicos em regressão, afirmando discursos e práticas de conquista sexual e do trabalho das moçambicanas⁵⁶.

Com frequência omitidas na legislação (que assegurava um acesso desigual aos direitos e recursos do Estado) e nos atos coloniais, as mulheres foram marginalizadas ainda que necessárias ao poder colonial português, por exemplo, com o uso de sua mão de obra. Elas sentiram a opressão do lugar de subordinação em que foram situadas com a naturalização das posições sociais relacionadas ao gênero, como fato biológico e, portanto, inevitável, original e fixo em que o homem era o ente econômico e a mulher o doméstico. Para garantir a superioridade ideológica e a efetividade da prática administrativa, as mulheres foram representadas ora como inertes ora como indisciplinadas e passou a ser corrente o uso do

⁵⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 78, p. 3-46, 2007.p. 24

⁵⁵ MENESES, Maria Paula G. O ‘indígena’aficano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais. *e-cadernos CES*, n. 07, 2010. p. 68-69.

⁵⁶ Para Anne Macclintock “as múltiplas culturas do mundo são marcadas não positivamente pelo que as distingue, mas por uma relação retrospectiva subordinada em relação o tempo europeu”xd. quecompreendeu a conquista imperial como uma erótica da subjugação. Consultar: MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

controle legal e da força policial contra suas formas de manifestação e resistência. No entanto, as mudanças que passam a experimentar com a reconfiguração das suas vidas, a sua presença no espaço público e em diversos âmbitos de ocupação profissional, os diferentes papéis que desempenhavam na sociedade e suas atividades contrárias ao poder colonial desafiava constantemente a retórica portuguesa.

Foi nesse contexto de contestação e repressão que Josina Muthemba nasceu e atingiu sua maioridade. Como muitos outros de sua geração, ela acompanhou o desenrolar dos processos desencadeados pela nova conjuntura econômica, social e política do território moçambicano e advogou pela igualdade de oportunidades para as mulheres. Seu acesso a educação formal e o ambiente politizado de sua família contribuíram na construção da sua trajetória militante e podem revelar as circunstâncias históricas de como a situação colonial afetou as mulheres, em especial nas cidades, e como elas participaram da construção de um novo projeto de sociedade.

Assim, considerando o recorte proposto por esta investigação, neste primeiro capítulo será retomado parte do processo de edificação da presença portuguesa em Moçambique a partir de 1930, que se constituiu sob um princípio de discriminação, também alicerçado em instrumentos legais de controle do corpo e da diferenciação entre indígenas homens e indígenas mulheres e civilizados. O resultado deste complexo contexto, possibilitou as resistências e organização das mulheres cidadinas contrárias aos instrumentos de dominação e opressão colonial que, como anunciado na introdução, no desafio de transformar esta situação, se viram transformando-se também a si mesmas.

I. Legislação colonial e o controle do corpo da mulher

Moçambique, no começo do século XX, enfrentava a presença cada vez mais constante da administração colonial portuguesa e seus aparatos legais. Embora em 1910 Portugal tenha se tornado uma República, o novo projeto de Estado estabeleceu os limites jurídicos que distanciou a ideologia política da metrópole em relação àquela aplicada nos chamados domínios ultramarinos. O processo foi marcado por diferentes visões e planos dos grupos de interesses - públicos e privados - e seus agentes políticos e econômicos sobre como deveria ser a atuação lusitana nas colônias. Em termos econômicos, por um lado, tais grupos de interesses estiveram fundados no potencial da economia agrícola, no crescimento de postos de trabalho para colonos e nas oportunidades de capital e de bens que Moçambique poderia oferecer a metrópole. Por outro, estiveram apoiados no potencial dos recursos minerais e na proximidade

com o crescente mercado sul-africano ou, ainda, baseados na latente conversão de Moçambique em mercado de consumo de bens portugueses - compreendendo a colônia como um sustentáculo para o seu desenvolvimento. Ainda que os discursos das elites econômicas e políticas portuguesas sobre a atuação nas colônias apresentassem nuances liberais, de humanitarismo e de paternalismo, não ocultaram o racismo em relação aos “pretos” africanos, evidente principalmente no cotidiano dos indígenas e nas relações de trabalho. Aliás, o racismo e as violências física e simbólica aumentaram com a atuação de empresas de capital privado, que receberam do governo português vastas concessões de terras com direito de explorá-las, aumentando o número de trabalhadores recrutados para diversas formas de trabalho compulsório.

A despeito da esperança cultivada por parte da elite africana no fim da diferenciação e do privilégio baseado na discriminação racial e no local de nascimento, as novas tendências republicanas em Portugal tiveram efeitos contraditórios em Moçambique. Ocorreu uma intensificação da opressão, com a continuidade dos modelos de exploração do trabalho assentados na hierarquização de pessoas e grupos, sob a justificativa de que o homem, branco, europeu e letrado era superior. De forma simultânea, entendiam que tinham como missão civilizar os primitivos. A necessidade de justificar a colonização gerou uma argumentação moralizadora em nome de presumida ciência. Se os chamados indígenas africanos alcançassem a “evolução” poderiam pleitear cidadania que, entretanto, mais funcionava como elemento de controle que uma possibilidade real. A um moçambicano negro prevalecia a ideia de dever e não de direito, em um novo ajustamento interracial alicerçado em categorias discriminatórias que consagraram, ampliaram e legitimaram as distinções sociais.⁵⁷

Esta situação já anunciada em 1894 com a publicação do Regimento da Administração da Justiça, foi reforçada pelo Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, de 1926,⁵⁸ atualizado em 1929 com o Código de Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África, de 1928⁵⁹ e, finalmente com o Acto Colonial de 1930, promulgado sob os auspícios de Antonio Salazar, então ministro interino das Colônias. O ato reafirmava que era de Portugal a “função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos e de exercer a influência moral que lhe adstrita” além de “proteger e

⁵⁷ Consultar MENESES, Maria Paula G. “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais.” *e-cadernos CES 07* (2010) e ZAMPARONI, Valdemir. “Entre “narros” & “mulungos”: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890-c. 1940.” São Paulo: Universidade de São Paulo (1998).

⁵⁸ *Diário do Governo*, n.º 237, Decreto n.º 12.533, de 23 de outubro de 1926. Modificado pelo Decreto n.º 16.473, de 6 de fevereiro de 1929

⁵⁹ *Diário do Governo*, n.º 281, Decreto n.º 16.199, de 6 de dezembro de 1928.

defender os indígenas”⁶⁰. Com o decreto, Moçambique mudou, em termos formais, de colônia para província do estado português - mas os termos foram intercambiáveis durante o período da ocupação colonial - resultando em uma administração centralizada sob o controle de um general. Foi reiterada a obrigatoriedade da produção de matérias-primas a baixos custos, sobretudo do algodão e do arroz, de modo a contribuir para o equilíbrio da balança financeira da metrópole. Neste contexto, além da produção de culturas agrícolas compulsórias, aumentou o controle do recrutamento do trabalho emigrante (agora legalizado) para as minas de ouro e diamantes na África do Sul. Também por força da lei foi fiscalizada a prática dos regimes de trabalho forçado, o *chibalo*, que perdurou em Moçambique até a Independência.

A população de colonos portugueses vinha aumentando e gerou o crescimento da oferta de produtos e serviços nas cidades, tais como cinema, sapataria, restaurante, salão de beleza,

lojas de diferentes tipos, médicos, entre outros.

Estimativas censitárias de 1930 revelam que do total de aproximadamente 4 milhões de habitantes, cerca de 100 mil viviam em cidades, 18 mil eram europeus, dentre os quais 14 mil eram portugueses (9 mil eram homens e 5 mil mulheres⁶¹). Os colonos portugueses que se dispuseram a viver na colônia estavam à mercê das políticas arbitrárias do governo da metrópole, mas os incentivos para o cultivo das terras promovido pelo governo salazarista fez com que a produção agrícola nas colônias aumentassem de modo substancial. Todavia, a produção agrícola se mantinha cada vez mais limitada a população das zonas rurais que viu reduzida sua capacidade de assegurar o cultivo

4

Diário Africano - Luanda - Março, 7 de Junho de 1932

Banco Nacional Ultramarino
Fábrica de Salas e Lixeiras
F. DICKA
SEDE EM LISBOA
Operações bancárias de todas as espécies
ALMOGADORES
SALAO CHIC
CASA SPORT
A Sapataria Moderna
ANTONIO AUGUSTO FERREIRA & C^o L^{da}
LOURENÇO MARQUES
Emprego Liquidadora de Giza
Namahacha

F. GRUNWALD
LENHA E CARVAO
AFRO DIAS MORGADO
A. N. Borges Loureiro
Jose Albasin
Socios comerciais
Relino "Rita Alegre"
L. Alberto A. Martins
Cooperativa Popular
Companhia Nacional de Navegação
Imprensa Africana L^{da}
Relino "RITA ALEGRE"
L. Alberto A. Martins
Atividade Agrícola de E. HEDGES
"Emprego Progresso"

CONSOLIDATED EAST COAST ENGINEERS LIMITED
SUA ALEXANDRE HESOLANO
EMPRESITEIROS GERAES
Restaurante Floresta
HURWITZ, MOURA & C^o
F. BRIDLER & C^o L^{da}
O BRADG AFRICANO

Publicitas Publicas
Lisboa

de culturas agrícolas não compulsórias, em especial as alimentícias, provocando seu

⁶⁰ DIÁRIO DO GOVERNO, I série, 156, Lisboa, 8 de julho de 1930. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1930/07/15600.pdf>

⁶¹ Os dados não são precisos e possuem apenas valor indicativo. Consultar PÉLISSIER, René. História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918) pp. 195. HEDGES, David. História de Moçambique. vol. 03 p. 8. ZAMPARONI, Valdemir Donizette. De escravo a cozinheiro: o racismo em Moçambique. Edufba, 2012, p. 94.

empobrecimento. Também as elites moçambicanas foram gradativamente excluídas de postos e posições que ocupavam no aparato administrativo.

Nessa circunstância, a população de Moçambique se viu marcada por um forte caráter dual entre o colonizador e o colonizado⁶², entretanto, a visão binária promovida pelo impacto da situação colonial em Moçambique, não raro, encobriu a complexidade da sociedade, culturalmente dinâmica e plural, com interações abstrusas entre as duas camadas. As próprias características geográficas do país, com seu litoral banhado pelo oceano Índico, imprimiu à região um caráter movimentado, consequência dos contatos que, motivados por diversos interesses, demandaram a costa de Moçambique em um processo histórico sublinhado por múltiplas formas de relações junto às populações locais. Além dos portugueses, estiveram presentes britânicos responsáveis pela construção e administração de estradas de ferro e empresas concessionárias; alemães, ativos no comércio interno de bens; suíços, em missões religiosas e comerciais; árabes de Omã; indianos que foram pequenos comerciantes distribuídos ao longo da costa; goêses e chineses que, embora em pequeno grupo, já se faziam notar nas cidades, especialmente em Lourenço Marques. Aos três últimos, incidiam uma série de práticas segregacionistas ligadas à ocupação das cidades ainda que sua presença fosse tolerada porque necessária à oferta de serviços.

País de enorme pluralidade cultural, os grupos populacionais locais se influenciaram mutuamente. Suas divisões são intrincadas, razão de seus dinamismos internos e dos contatos exógenos que, amiúde, os classificou de modo arbitrário. Tais arbitrariedades contaminaram, com visões etnocêntricas, a bibliografia sobre o tema em que a nomeação, a localização e a distinção entre os agrupamentos humanos apresenta-se, por vezes, de forma contraditória. É certo que cada um dos potentados locais possuía características específicas, derivadas de suas singularidades históricas e sociológicas que não apenas os distinguiram uns em relação aos outros como também influenciaram sua distribuição pela região ao sul do Rio Zambeze. Em comum, derivam dos bantus e – ao contrário da região norte, cujo sistema predominante é matrilinear – se organizam patrilinearmente⁶³. As posições relativas aos homens e as mulheres em Moçambique foram, e ainda hoje são, influenciadas pelos mecanismos culturais que definem

⁶² Sobre a dualidade da situação colonial portuguesa, consultar: CABAÇO, José Luis. *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

⁶³ Os termos matrifocalidade (e patrifocalidade) também foram utilizados para a compreensão dos sistemas de linhagem e parentesco em Moçambique. Diferenciam-se de matrilinearidade (e patrilinearidade) no enfoque das relações domésticas, dos laços familiares e da estratificação social em que, em linhas gerais, a figura materna seria o membro estável e central no seio doméstico, catalizador dos contatos entre os parentes e com o poder de decidir sobre a gestão do lar e da vida das crianças. Consultar: Adesina, Jimi. "Práticas da Sociologia Africana: Lições da endogeneidade e gênero na academia." SILVA, T; COELHO, J; SOUTO, A. *Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: CODESRIA (2012). pp. 199

as relações de parentesco e suas simbologias bem como a distribuição dos bens econômicos e recursos produtivos. Nos sistemas de parentesco, os laços de consangüinidade condicionam o acesso à autoridade, à sucessão e a transmissão dos bens além das demais formas de inserção social. Em sociedades patrilineares, a descendência e os casamentos se dão pela conexão com o pai e, muitas vezes, adotam mecanismos de compensação nupcial, como é o caso do lobolo⁶⁴. A prática ritual foi tema constante da administração colonial, da população local e das organizações que participaram da luta por independência, interpretada ora como um costume tribal e incivilizado, ora como ritual que dá substância, realidade e tornava mais efetivas as relações matrimoniais, além de espaço de transmissão e diálogo sobre práticas sexuais⁶⁵. Apesar das diferenças, em ambos os sistemas de parentesco, as mulheres desempenhavam um lugar central na economia produtiva familiar, cultivando e comercializando alimentos. Igualmente, era delas a responsabilidade pelo cuidado e manutenção do espaço privado⁶⁶.

A institucionalização da regulação jurídica portuguesa enquadrava a diversidade populacional do território moçambicano sob a categoria de indígena, definida com base em um critério étnicorracial que os delimitavam como “indivíduos de raça negra e seus descendentes”, somado a um critério cultural etnocêntrico, fundado na “ausência de ilustração e de hábitos individuais e sociais” e, enfim, por critérios ligados a residência, nascimento e filiação. Por estas razões, os “nativos” encontravam-se em uma “posição especial perante a ordem jurídica geral”⁶⁷. A definição, que já havia sido proclamada nos diversos atos coloniais anteriores, foi afirmada pelo último Estatuto ⁶⁸, promulgado em 1954 (e abolido em 1961), onde se desenvolveu - a partir da pressão do cenário internacional em relação a existência dos territórios ultramarinos portugueses - com o uso da expressão “cidadão português”, as

⁶⁴ O lobolo (lovolo) é o termo utilizado em Moçambique para referir-se a compensação matrimonial ou “compra das capacidades reprodutivas da noiva” em que a família do noivo oferece presentes (os tecidos chamados capulanas, gado e outros) para a família da noiva. Embora ocorra nas cidades, é mais comum entre a população rural. Na literatura antropológica, a prática foi compreendida “como um dom, como a garantia da possibilidade de aquisição de outras mulheres pelo grupo social doador, como demonstração da interrelação entre o estatuto da mulher, a divisão social do trabalho, as formas de casamento e as formas de produção, como o controle dos mais idosos sobre as gerações mais jovens ou, ainda, como mecanismo de transferência de bens, tendo importância nos direitos, estatutos, honra e respeito no seio das organizações sociais” Consultar BAGNOL, Brigitte. “Lovolo e Espíritos No Sul De Moçambique.” *Análise Social*, vol. 43, no. 187, 2008, pp. 251–272. p. 252.

⁶⁵ ARNFRED, Signe. *Sexuality & gender politics in Mozambique: rethinking gender in Africa*. Boydell & Brewer Ltd, 2011. p.157

⁶⁶ Consultar FERREIRA, A. Rita. *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Vol. 142. Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982. Junod, Henri Alexandre. *Usos e costumes dos bantos: a vida numa tribo do sul de África*. Vol. 1. Imprensa Nacional de Moçambique, 1974 (Obra original publicada em 1912). Smith, Alan K. “The Peoples of Southern Mozambique: An Historical Survey.” *The Journal of African History*, vol. 14, no. 4, 1973, pp. 565–580.

⁶⁷ Consultar Código do trabalho dos indígenas das colónias portuguesas p. Boletim geral das colónias. - Ano V, nº 54 (Dezembro de 1929), p. 154-157. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGC-N054&p=149>

⁶⁸ *Diário do Governo*, n.º 110, Decreto-lei n.º 39.666, de 20 de maio de 1954.

fronteiras legais da vida privada, dos direitos políticos, do trabalho e da educação colonial com relação aos indígenas⁶⁹.

Os poucos indígenas que haviam atendido aos requisitos para a obtenção de cidadania passaram a ser nomeados como assimilados⁷⁰. Os requisitos para a obtenção de cidadania eram ser maior de 18 anos, falar corretamente o português, ter profissão com renda suficiente para o seu sustento e de sua família, ter bom comportamento e outros hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado, marcando uma ruptura com as identidades locais. Nesse decreto, as mulheres foram mencionadas quando o texto fazia referência às relações matrimoniais e familiares, quando são listadas as condições para a aquisição de cidadania, delas e de seus filhos, por meio da assimilação e para descrever as implicações e a imposição do abandono das práticas do lobolo, do levirato⁷¹ e da poligamia, consideradas contrárias aos valores cristãos e morais dos civilizados.

O arcabouço normativo dos códigos e dos estatutos pouco aludiam às mulheres e não diferenciavam as sociedades patrilineares das matrilineares, com especial incompreensão destas últimas, que se localizavam no norte de Moçambique. A existência de mulheres desempenhando atividades de ordem econômica fundamentais dificultava a aplicação do Estatuto do Indigenato na completa regulação de suas vidas. O fato das indígenas se dedicarem a outras atividades que não estavam exclusivamente centradas no espaço doméstico – como a agricultura e o comércio, além de praticarem os ritos de iniciação para o educação e desenvolvimento da sexualidade – rompia com o pressuposto de “rainha do lar”⁷² que reduzia o papel das mulheres enquanto mães e “donas de casa”. Contudo, ainda que a atuação das africanas em âmbitos da vida social tivesse essas outras dimensões, elas também encontraram problemas ligados ao espaço doméstico como agressões verbais, violência e coerção reprodutiva. Ao fim, por omissão ou porpressão, as situações as quais estiveram

⁶⁹ Consultar: FERREIRA, José Carlos Ney, e Vasco Soares da Veiga. "Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné." *Angola e Moçambique (anotado)*, Lisboa (1957).

⁷⁰ MENESES, Maria Paula. "Poderes, direitos e cidadania: o 'retorno' das autoridades tradicionais em Moçambique" in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2009. p. 19 HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula*. p. 513

⁷¹ Levirato, em linhas gerais, é uma prática que obriga um homem a casar-se com a viúva de seu irmão quando este não deixa descendência masculina.

⁷² "For women a heavy workload is an indication of subordination, the civilizing mission being to lift it off her shoulders, in order to enable her to devote herself to housework. Development goes in the direction of leaving the bulk of agricultural work to the man. Also in Africa the woman shall become the *queen of the home*" (grifo nosso). |Para as mulheres, uma carga de trabalho pesada é uma indicação de subordinação e a missão civilizadora pretendeu tirar esta carga para fora dos ombros delas, para que pudessem se dedicar ao trabalho doméstico. O desenvolvimento seguiu na direção de deixar a maior parte do trabalho agrícola para o homem. Também na África, a mulher se tornará a "rainha do lar" (tradução nossa). Consultar: ARNFRED, Signe. *Sexuality & gender politics in Mozambique: rethinking gender in Africa*. Boydell & Brewer Ltd, 2011. p.123

sujeitas levou as mulheres a serem objeto de uma construção social que reforçava-se nos constructos legais e que as afirmou como minoria, restringiu sua mobilidade e definiu seu trabalho como diferente daquele desempenhado pelos homens, reiterando as oposições de gênero segundo os modelos ocidentais eurocêntricos⁷³.

Entretanto, a colônia não foi tão binária como declarada no Estatuto do Indigenato e esses dualismos se mostravam parciais e contingentes, marcado por ambivalências. Nota-se, por exemplo, que o trabalho propulsor do crescimento das estruturas que formavam as cidades foi realizado a partir da expressiva presença de mulheres que ficaram em Moçambique com a saída em massa dos homens que foram trabalhar nas minas da África do Sul ou se deslocaram para os países vizinhos fugindo do trabalho forçado. Em 1939, reconhecendo esta enorme migração, um administrador português em Inhambane afirmou que seria difícil “aumentar a produção de algodão devido à falta de mão-de-obra masculina”⁷⁴.

As situações pessoais, os medos e os anseios decorrentes de problemas familiares e matrimoniais, com o expressivo deslocamento masculino, foram elementos de pauperização das zonas rurais. A evasão dos homens (incluindo os jovens) e, de outro lado, a própria liberdade despertada, além das difíceis condições ocasionadas pela monocultura forçada e por variações climáticas resultaram em uma difícil situação econômica para a população local. Essas circunstâncias acarretaram uma fratura dos vínculos comunitários e, em decorrência, na quebra da rede de proteção contra os abusos coloniais provocando, em larga escala, a migração das mulheres para as cidades⁷⁵. As oportunidades profissionais que as africanas encontraram no espaço urbano foram em geral bem restritas. Iam dos trabalhos assalariados como, por exemplo, nas indústrias de castanha de caju e nos baixos postos da administração pública⁷⁶, aos trabalhos domésticos, nas casas dos colonos e dos estrangeiros e nas cantinas (pequenos estabelecimentos comerciais que vendiam produtos diversos e que constituíam espaços de sociabilidade). Tais cantinas foram ainda fartamente relacionadas pelas autoridades coloniais ao consumo de bebida alcoólica e à prostituição.

As cidades eram espaços de coexistência do rural e do urbano e mostravam como a sociedade era fracionada e multifacetada. O centro era o lugar do planejamento e da infra-

⁷³ O’LAUGHLIN, Bridget. “Class and the Customary: The Ambiguous Legacy of the ‘Indigenato’ in Mozambique.” *African Affairs*, vol. 99, no. 394, 2000, pp. 13.

⁷⁴ ISAACMAN, Allen. “Peasants, Work and the Labor Process: Forced Cotton Cultivation in Colonial Mozambique 1938-1961.” *Journal of Social History*, vol. 25, no. 4, 1992, pp. 815-855.

⁷⁵ PENVENNE, Jeanne Marie. *Women, migration & the cashew economy in Southern Mozambique: 1945-1975*. Oxford: James Currey, 2015. p.32

⁷⁶ Os cargos na administração pública foram quase inexpressivos para as mulheres negras até a segunda metade do século XX. Depois, em decorrência da sua presença cada vez maior nas cidades e das oportunidades de acesso ao ensino técnico formal, algumas obtiveram diploma para o exercício da enfermagem e da docência.

estrutura, onde se concentravam os prédios da administração, do comércio e da indústria e onde residiam os colonos e um pequeno número de assimilados que constituíam o conjunto dos funcionários, dos comerciantes e dos primeiros industriais⁷⁷, além dos profissionais autônomos ligados a ofícios artesanais e manuais. Já as bordas, chamadas caniços, foram ocupadas de modo precário à medida que cresciam a demanda das cidades e onde residiam os trabalhadores africanos e africanas dos serviços domésticos, da construção civil, das fábricas e de obras



Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol.1, vol. 7, vol. 10 editado por José dos Santos Rufino.

públicas, como portos e caminhos de ferro. Também nos caniços viviam imigrantes indianos e chineses e, cada vez mais, mulheres moçambicanas que deixavam o campo e migravam para a cidade por conta da desestruturação das famílias. Gaza, Inhambane, Quelimane, Tete e Cabo Delgado e, sobretudo, Lourenço Marques foram, com frequência, retratadas segundo o imaginário europeu, como “avanços civilizatórios”. O material iconográfico

se constituiu como parte de uma estratégia de convencimento para que colonos brancos mudassem para Moçambique, além de reafirmação do poder colonial português junto aos estados ocidentais, sobretudo aos franceses e ingleses. Tal retrato também operou como suporte da reinvenção da diferença racial, ocupando um lugar limiar entre a cultura e a propaganda e confundindo as fronteiras entre estética e economia, poder e arte. Os registros, intencionalmente compostos e selecionados, transmitiam um pretenso realismo às imagens, cristalizando no imaginário europeu as zonas rurais moçambicanas como espaço controlado, classificado e hierarquizado e, de outro lado, as regiões urbanizadas como centros cosmopolitas que contavam com planejamento urbano, “um canto da Europa no sul da África”⁷⁸. Exemplo

⁷⁷ Nestes último caso, dos industriais, os africanos não desenvolveram atividade expressiva.

⁷⁸ RUFINO, José dos Santos (editor). Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume 1, [Lourenço Marques - Panoramas da Cidade]. p. 7.



Vendedores de Ananizes e Mangas.
Pine-apple and Mango sellers. Vendeuses de «Mangas» et d'Ananas.

Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol.10, p. 128.

disso é a da publicação, em 1929, da coleção em dez volumes dos *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique*⁷⁹, editado por José dos Santos Rufino⁸⁰ e publicado em português, inglês e francês. A partir de fotografias tanto recebidas⁸¹ como encomendadas, a representação visual procurava acobertar as diferenças e a heterogeneidade dos habitantes⁸².

Os *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique* não operavam apenas resultados visuais, espelhos objetivos da realidade. O seu contexto de produção, o seu uso e a sua recepção foram compreendidos como retratos das ações civilizacionais portuguesas. Esta publicação acompanha um

movimento corrente, na primeira metade do século XX, em que o nascimento de uma indústria visual no Ocidente produziu fartas edições fotográficas com o retrato das percepções europeias sobre os “outros”. Por esta razão, com freqüência, a iconografia serviu a comparação das raças

⁷⁹ RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique*. Volume 1, [Lourenço Marques - Panoramas da Cidade]. O volume 2 chama-se “Lourenço Marques - Panoramas da Cidade”, o vol. 3 “Lourenço Marques - Edifícios Públicos, Portos, Caminhos de Ferro, etc.”, o vol. 4 “Lourenço Marques: Indústrias e Agricultura, Aspectos da Circunscrições, etc.”, o vol. 5 “Gaza e Inhambane - Aspectos Gerais”, o vol. 6 “Distrito de Quelimane - Aspectos Gerais”, o vol. 7 “Distrito de Moçambique - Aspectos Gerais”, o vol. 8 “Tete e Cabo Delgado (Niassa) - Aspectos Gerais”, o vol. 09 “Companhia de Moçambique - A cidade da Beira. Aspectos do território” e, finalmente, o vol. 10 “Raças, Usos e Costumes Indígenas e alguns exemplares da Fauna Moçambicana”. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/AFDCM.aspx>

⁸⁰ José Rufino dos Santos foi funcionário português dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques e dono da livraria “A Portuguesa”, além de tipografia com seu próprio nome, em Lourenço Marques. Consultar Zamparoni, Valdemir D. “A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de “O Africano”-1908/1920.” *África* 11 (1988): 73-86. p. 80.

⁸¹ Em nota publicada na edição do dia 26 de agosto de 1928, pág. 03, o jornal *O Brado Africano*, convoca “a quem possua ou possa obter fotografias de quaisquer assuntos interessantes da província” a concessão “nem que seja por empréstimo” ao Joel Rufino dos Santos com o objetivo de “tornar conhecidas lá fora as belezas naturais de Moçambique, a sua riqueza e o nosso esforço colonizador”. in: O BRADO AFRICANO, Lourenço Marques, p.3, 26 ago. 1928.). Colaboraram com a concessão de fotografias, o tenente Mário Costa, autor dos textos introdutórios de cada volume, dois fotógrafos cujo nome é desconhecido e o padre Vicente do Sacramento. Consultar RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique*. Volume 1, [Lourenço Marques - Panoramas da Cidade].

⁸² Consultar GOMES, Inês Vieira. “A SOUVENIR OF LOURENÇO MARQUES”: álbuns fotográficos de C. S. Fowler, J. & M. Lazarus e José dos Santos Rufino (1887-1929) in: Revista Outros Tempos, v. 13, n. 22 (2016), pp. 163-176. Consultar ainda: PEREIRA, Matheus Serva. “Grandiosos batuques”: identidades e experiências dos trabalhadores urbanos africanos de Lourenço Marques (1890-1930).” Tese de doutorado defendida na Unicamp: 2016. pp. 59 - 70.

humanas em estudos antropométricos, como nos “retratos de tipos”, incorporando a função panóptica da coleção e categorização das populações nativas⁸³, a título da disciplina dos corpos expressa nas imagens. Depois de nove volumes dedicados à promoção das cidades e dos aspectos do desenvolvimento econômico, industrial e agrícola para o público europeu como láurea dos feitos coloniais, o décimo e último deles se intitula “Raças, Usos e Costumes Indígenas e alguns exemplares da Fauna Moçambicana”. Em um único número, associou-se a população local e os animais, em uma referencia aos zoológicos humanos e as exposições universais - tão caras ao processo de exotização das populações não-ocidentais. Das fotografias dos indígenas (sem nomes, sem menção de pertencimento social, sem auto-referências), entre aqueles que foram retratados como objetos de uma paisagem que ainda não havia alcançado a civilização, há um pequeno conjunto de fotografias de mulheres nas cidades. Por força da composição dos álbuns, as mulheres em ambiente rural retratadas desnudas, erotizadas e congeladas são distintas daquelas que vivem nas cidades, desempenhando ofícios e completamente trajadas. A diferenciação pretende afirmar os efeitos da missão civilizadora e enquadrar seus corpos no novo padrão que se impunha pela ideologia colonial, embora anunciem a permanência da inadequação dessas indígenas aos padrões culturais “sofisticados, ilustrados e domésticos” das mulheres européias.

O texto introdutório⁸⁴ do décimo volume, ao se referir às mulheres, trata da poligamia, do lobolo e do trabalho feminino em tom jocoso e acusatório em consonância com a legislação colonial, em que essas práticas eram reguladas ou reprimidas. Partindo da concepção de que as mulheres deveriam se dedicar ao lar, afirmava-se:

“é imoral o sistema indígena: a mulher trabalhando no campo, desbravando o terreno, cavando ao sol ardente (...) o homem apenas tem o encargo de fazer a palhota onde dorme, caçar e pescar” (...) por isso, a suprema inspiração do indígena é ter muitas mulheres que equivale a ter alguém trabalhando por ele e para ele”. (RUFINO, 1929)

A condenação ao trabalho da mulher e aos abusos de “homens indolentes” reafirma as posições esperadas para os papéis de gênero, em que estava pressuposto que eles deveriam trabalhar nos campos, no comércio e na indústria ao passo que elas deveriam se ocupar do

⁸³ MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, Editora da Unicamp, 2010. p. 188

⁸⁴ Segundo Inês Gomes, os textos impressos nos álbuns são de autoria do Tenente Mário Costa – Diretor de Estatística e Propaganda da Companhia de Moçambique. O oficial do exército teria sido também o promotor da presença da Companhia de Moçambique na Exposição de Sevilha, em 1929 e na I Exposição Colonial Portuguesa, no Porto, em 1934. Consultar: GOMES, Inês Vieira. “A SOUVENIR OF LOURENÇO MARQUES”: álbuns fotográficos de C. S. Fowler, J. & M. Lazarus e José dos Santos Rufino (1887-1929) in: *Revista Outros Tempos*, v. 13, n. 22 (2016), pp. 172.

trabalho doméstico e do cuidado com o lar. De acordo com o texto do álbum - em uma simplificação enviesada da migração masculina para a África do Sul - os homens precisavam adquirir dinheiro para o pagamento do lobolo, já que “a mulher indígena é cara, leitor, a quem a tua te custa os olhos da cara!”. Por esta razão, “atingindo a puberdade”, eles seguem para “as minas do Rand”. Ao retornar, no entendimento expresso no álbum, “[o homem] primeiro descansa, depois escolhe a mulher... E depois, tendo quem trabalhe para ele, descansa novamente até o dia do descanso eterno”.

A estrutura da narrativa construída pelos *Álbuns*, lançados no mesmo período do Ato Colonial e do Código do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África, afirma em suporte visual o mote “colonizar para civilizar” anunciado pela legislação, mas revela também a contradição entre o que se indica como atraso e as ações, não necessariamente efetivas, de construção de cidadania. Retratadas como personagens pitorescas, genéricas e adestradas que poderiam ser encontradas tanto nas ruas de Lourenço Marques como em um cartão postal a venda em bancas de jornal, essas mulheres, a quem o *Álbum* pretende despersonalizar, posicionam-se diante da câmara, na negação de terem seus rostos capturados, olhando resoluta e colericamente para a lente como quem anuncia discordância. No entanto, as fotografias acabam registrando de parte dos ofícios desenvolvidos por elas, como a venda de produtos agrícolas e alimentícios, o trabalho de amas e empregadas domésticas, como vendedoras de carvão e na produção de tecelagem.

Reitera-se que no processo de ampliação das fontes documentais, as investigações na área dos estudos africanos passaram a incorporar de forma crescente as mídias impressas, como os jornais e revistas, os materiais publicitários e iconográficos além das artes visuais e os objetos de cultura material que, neste caso, constituem um profícuo matizador da documentação produzidas pelos governos coloniais. Até a independência, a imprensa periódica foi um veículo de expressão interna - de colonos e assimilados - e podem fornecer um farto material de análise a partir de ainda suas diferentes seções, como os editoriais, as cartas de leitores, artigos assinados, anúncios comerciais, entre outros. Os jornais estiveram, é certo, conectados aos âmbitos históricos em que foram produzidos, com as dimensões ideológicas e interesses de proprietários e anunciantes. No entanto, a imprensa periódica foi resultado da conjugação entre o texto e o veículo, entre seu contexto histórico e político de sua produção. Em razão disso, são muito mais do que fontes de informação, que um mero registro dos acontecimentos, um acessório de verdade ou a única narrativa sobre como ocorreram ou foram

noticiam os eventos sociais no período, antes, são parte deles⁸⁵. A história da imprensa em Moçambique já mereceu a atenção dos pesquisadores⁸⁶ e revela o processo de constituição e construção de uma elite local letrada, parte de uma esfera civil pública que atuou na produção de relatos sobre os modos de vida, na criação e ampliação de perspectivas políticas e na produção de uma consciência histórica compartilhada.

Internamente, a circulação da mídia impressa esteve ligada aos movimentos associativos e literários que, àquela altura, advogaram pela inclusão de suas demandas na situação colonial. Dentre outros, circulou o jornal *O Brado Africano* que publicava artigos em português e em ronga⁸⁷. O semanário editado “em prol do processo da instrução e defesa dos naturais do ultramar” pelo Grêmio Africano de Lourenço Marques por iniciativa dos irmãos João e José Albasini, inicialmente entre 1918 e 1932, defendia a identidade portuguesa para os assimilados e para os indígenas, sobretudo os do sexo masculino, dando ênfase aos direitos civis que a constituição portuguesa republicana garantiu, teoricamente, sem discriminação de raça aos indivíduos que tivessem conquistado os requisitos para aquisição de cidadania. João e José Albasini eram filhos de Francisco Albasini e Joaquina Correa de Oliveira (descendente de uma elite local falante de ronga). O primeiro foi candidato a deputado no único cargo representativo das colônias junto ao governo português. Juntos, fundaram dois jornais, *O Africano* (1908-1918) e *O Brado Africano* (1918-1974), este último chegou a uma tiragem de 2 mil exemplares. Nas primeiras décadas do século XX foi um jornal crítico e ativo, mas da segunda metade em diante, visado pela comissão de censura portuguesa, se tornou mais brando. Talvez como resultado dessa coibição, entre o final dos anos 1960 até a independência em 1975, os movimentos nacionalistas e a luta armada não estiveram em pauta nos jornais da época. Além desses, circularam os semanários: *Missão Africana*, ligado à Missão de N. Sra. do Rosário, em Beira (1931-1940); *Voz africana* (1932-1979); *Notícias* (1926-1975), entre outros.

Os jornais dos irmãos Albasini dirigiam-se principalmente à população alfabetizada, ao diminuto contingente de africanos que soubessem ler e, ao ainda menos expressivo número de brancos interessados nas suas linhas editoriais⁸⁸. Reivindicou, por exemplo, a ampliação de

⁸⁵CRUZ, Helena Farias e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa”. Projeto História. História e Imprensa. Revista do Programa de Pós-graduação em História – Departamento de Social, PUC-SP. n. 35, jul-dez, 2007. p. 258

⁸⁶ ZAMPARONI, Valdemir D. “A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de “O Africano” (1908-1920).” *África* 11 (1988): 73-86. Capela, José. Moçambique pela sua História. Húmus, 2011.

⁸⁷ O ronga, também chamado landim, é um idioma falado no sul de Moçambique e referenciado como língua de uma elite local em Lourenço Marques, negra e miscigenada e que, portanto, atingia poucos leitores *indígenas*. Consultar: ⁸⁷ ZAMPARONI, Valdemir D. “A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de “O Africano” (1908-1920).” *África* 11 (1988): 73-86. Capela, José. Moçambique pela sua História. Húmus, 2011.

⁸⁸ idem. p. 202

postos de trabalho, a redução do imposto da palhota que recaía sobre as edificações residenciais e que, cada vez mais alto, impedia a população local de tornar-se proprietária de imóveis. Postulou também o fim do trabalho forçado, ou *chibalo*; a proibição da produção e venda das bebidas alcoólicas e a criação de escolas de artes, ofícios e ensino para as mulheres⁸⁹.

O “pouco ou nenhum caso que os governos tem feito da educação da mulher indígena”, foi tema tratado no artigo “*A civilização em Moçambique - Balanço*”, do jornal “O Africano” de 10 de setembro de 1913. Nele, o português Augusto Batista afirma:

“uma nação colonizadora que não visse que a educação da mulher é a questão basilar na civilização das raças inferiores, revelaria uma tão pavorosa incompetência que não seria demais privá-la de qualquer supremacia ou tutela sobre os povos bárbaros (...) Nós reconhecemos na verdade a necessidade de difundir a civilização na nossas colônias principiando educar a mulher pedra angular da família e portanto da sociedade”⁹⁰.

O preocupou que instituições de ensino para mulheres tenham sido negligenciados e, não ofertando vagas suficientes, gerando uma lacuna de formação em ensino de qualidade, não haveria professoras para lecionar em escolas femininas. Para o autor do artigo, decretos como esses atestam contra o caráter civilizatório português que ele defendia - como quem se pergunta como sem educação poderiam os indígenas serem europeizados. Mas há outra questão que importa ressaltar: nas palavras dele se verifica que a educação para as mulheres encontra justificção quando centradas na noção do papel maternal que sem instrução contaminaria o seio familiar com a ignorância que perpetua a incivilização.

O artigo “*A mulher*”, do jornal “O Brado Africano”, de 1921, evidencia o impacto do novo arranjo que atingia Moçambique no período em relação aos papéis esperados para os indígenas de acordo com seus respectivos sexos e identidades de gênero, o que ficou registrado nas posições contraditórias entre sua linha editorial e o discurso de seus jornalistas. Luiz V. Alvares escreveu, com base em argumentos biologistas, que “a conformação física, os órgãos com que são dotadas [as mulheres] (...) provam [sua] missão natural” e atestam a “vocaçao ordinária que consiste num conjunto e numa série de obrigações e deveres da **maternidade**” (negrito

⁸⁹Consultar: Hohlfeldt, Antonio, e Fernanda Grabauska. “Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão.” *Brazilian Journalism Research* 6.1 (2010): 195-214. pp. 199. Neves, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. “O movimento associativo africano em Moçambique. Tradição e luta (1926-1962).” (2009). PENVENNE, Jeanne Marie. “João Dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique.” *The Journal of African History*, vol. 37, no. 3, 1996, pp. 419-464. Sopa, António. *Catálogo dos periódicos moçambicanos, precedido de uma pequena notícia histórica, 1854-1984*. Dissertação de Licenciatura, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1985. Zamparoni, Valdemir D. “A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de “O Africano”-1908/1920.” *África* 11 (1988): 73-86.

⁹⁰ O AFRICANO, 10 de setembro de 1913, n. 144.

original). O autor retoma a primeira república francesa “em nome dos *direitos de homem*” (itálico do autor) que ainda eram “reivindicados aos colorados e negros!”. Pode-se acrescentar que este arranjo tenso e conflituoso vale também para a metropole, uma vez que a noção dos Direitos Humanos é universal – portanto transcontinental – tendo ressonâncias em todo o território português.

A preocupação com o caráter discriminatório que o governo colonial adotava em relação aos indígenas, não se refletia quando se referiam as mulheres. Em seus argumentos denunciava a posição “irriquieta das mulheres” que reclamavam então “perfeita igualdade de direito com os homens”. Segundo o Alvares, a antropologia ensinava que elas “tem os mesmo potencias, as mesmas faculdades que o homem possui, mas essas faculdades (...) desenvolvem-se mais no organismo fisico dele que no dela”, logo, devem “viver sob o *domínio do homem*” (itálico do autor). O intuito parece ser, como recorrente entre as publicações do período, afirmar o lugar doméstico das mulheres:

“se o varão se distingue trabalhando com a actividade, com as másculas energias e com a inteligência, no mundo, empregando seus esforços fora de casa, a mulher é arrastada pelas suas tendencias sentimentais para estar em casa, para ser dona da sociedade doméstica, para exercer a inata aptidão simpática e meiga que tem para crear os filhos, para trabalhar tranquilamente no retiro do lar, exforçando-se por agradar ao seu espozó, com suas boas obras, com a sua formosura e graça”.

Condenava os que querem “tal mulher ou rapariga educada à moderna”, uma vez que este perigo da “mulher incontinente, petulante (...) invade as esferas que não lhe pertencem” clamando por “emancipação”. Soma-se ao incômodo de Alvares, a presença de mulheres brancas exercendo ofício em repartições públicas: “quanto mais mulheres vão para o trabalho dos homens, tanto mais homens ficam privado dele”. Além disso, o exercício de uma profissão por:

“[essas] raparigas sem freio da regra da moralidade nos seus portes, nas suas vestes, nas suas audácias, nas suas intenções que se exteriorizam, de tendencia para se *socializarem* são amostras contagiosas para a educação dos indígenas que vão facilmente imitando a imoralidade que se alastra em toda parte e que os governos devem atalhar”. (*grifo do autor*)⁹¹

⁹¹ O BRADO AFRICANO, n. 114, 19 de março de 1921.

O autor questiona o que apreendem “as raparigas pretas com seu raciocínio rude e inculto, quando as mulheres brancas, civilizadas oferecem ao mundo o espetáculo de (...) abandono do lar doméstico”.

Na mesma edição, o tema da atuação feminina em atividades de trabalho foi retomado no artigo “Bebidas fermentadas”, assinado por Luarzior. Ao denunciar a produção e o comércio de bebidas alcoólicas por essa “gentinha” que as fabricavam extraídas da mandioca, o autor relatava uma cena em que “uma dúzia de mulheres mexiam-se de um lado para o outro”, revelando que o “negócio pertencia a mulher, era ela quem fermentava e vendia” enquanto os homens “à sombra espessa dos cajueiros tagarelavam estendidos de papo pro ar”. Luarzior, em tom perplexo anunciou que “algumas delas bebem brutalmente, mas trabalham, são fabricantes. Os homens bebem somente”.

Além do trabalho feminino e da “indolência dos homens”, o artigo denunciava uma questão cara ao contexto das cidades, qual seja o aumento da venda de bebidas alcoólicas e os problemas decorrentes dos vícios adotados por parte da sua população. Porém, acima daquelas fermentadas e produzidas pelos indígenas, o vinho colonial constituía um problema pelo alto teor alcoólico, que importado de Portugal e vendido a preços baixos tornava seu acesso perene, em particular com a proibição da produção das bebidas de manufatura local, fazendo aumentar de forma paulatina o seu consumo. Vê-se ainda que o autor se deslumbrava com o fato das mulheres trabalharem e que, embora essa fosse uma realidade cada vez mais corrente nas cidades também entre as africanas, havia implícita a noção anunciada no décimo volume dos *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique* e no artigo “A mulher”, que o trabalho fora do espaço doméstico era uma degradação do papel social atribuído ao sexo feminino.

Esses discursos de condenação foram concomitantes a presença cada vez mais constante das mulheres desenvolvendo ofícios nas cidades de Moçambique. Após 1945, aumentaram as oportunidades de trabalho nas indústrias de transformação agrícola e no crescente setor têxtil e de manufatura que forneciam empregos para mulheres qualificadas. Mesmo para aquelas que não haviam acessado o ensino formal, havia demanda nos serviços domésticos e nas indústrias de processamento, como nas fábricas de tabaco (onde elas trabalhavam classificando, enrolando e empacotando cigarros) e de caju (sobretudo na separação e no descasque das castanhas). Em 1958, 63,4% de todos os africanos empregados no setor industrial de Lourenço Marques eram mulheres⁹². Embora a maioria fosse absorvida pelo mercado de trabalho

⁹² PENVENNE, Jeanne-Marie, et al. “A Xikomo Xa Lomu, Iku Tira’. Citadines Africaines à Lourenço Marques (Mozambique), 1945-1975.” *Le Mouvement Social*, no. 204, 2003, pp. 81-92.

informal, havia aquelas que encontraram algum trabalho formal e, no geral, um grande número de mulheres se deparou com uma cidade excludente em que os serviços sociais, de saúde e de educação não as contemplavam. Além disso, o pagamento, com frequência, era muito abaixo daquele reservado aos homens, entretanto, sua regularidade permitia a construção de objetivos, como ter sua casa independentemente do marido⁹³.

Nesse sentido, o trabalho assalariado rompeu com a expectativa maternal e doméstica atribuída as mulheres, pela legislação portuguesa ou pelo rompimento com suas tarefas na produção agrícola a que muitas foram encarregadas com a divisão do trabalho. Nas cidades, as possibilidades de cultivo das *machambas*, pequenas porções de terra cultivadas, não se extinguíram mas foram reduzidas, ameaçando seus encargos de alimentar os filhos e o marido, razão que contribuiu sobremaneira para a troca da enxada pelo trabalho remunerado, mesmo diante de um cenário hostil.

É importante sublinhar que a distinção expressa na legislação colonial, entre europeus e africanos, civilizados e indígenas foi marcada por diversas formas de controle autoritário que em relação às mulheres não tiveram em todo o período contornos bem definidos. Se por um lado explorou o trabalho feminino quando lhe convinha, de outro, tentou enquadrar as mulheres no espaço doméstico.

Com efeito, a situação colonial e os desdobramentos provocaram mudanças importantes, destacando-se a migração feminina, em particular para as cidades. As novas ocupações transformaram a concepção dessas mulheres que passaram a serem sozinhas e independentes, mesmo quando isso não era necessariamente um resultado de seus desejos. A regulação do lobolo foi a mais significativa intromissão portuguesa no ordenamento familiar e os ecos dessas ingerências se fizeram sentir nos jornais. Importa notar ainda que as ações tomadas e os discursos criados sobre o lobolo estiveram quase sempre vinculados a narrativa masculina.

Em artigo intitulado “Os azares do lobolo das nossas filhas” do *O Brado Africano*, em 1921, Samsome Muthemba, denuncia a prática ritual como forma de “comercialização de meninas” como “galinhas ou gado se tratasse” e encerra o texto pedindo aos governantes para “revogarem as leis que defendem a venda de filhas do lobolo” de modo “a emancipar as

⁹³ Em entrevista a Jeanne-Marie Penvenne, a trabalhadora de uma fábrica de caju, em um elucidativo relato, afirma: “Eu tenho minha própria casa, quando um homem quer viver comigo, está bem, mas quando ele não me quer mais, ele vai embora” (tradução nossa). PENVENNE, Jeanne-Marie, et al. “A Xikomo Xa Lomu, Iku Tira”. *Citadines Africaines à Lourenço Marques (Mozambique), 1945-1975.* *Le Mouvement Social*, no. 204, 2003, pp. 81-92. p. 85

mulheres”⁹⁴. Embora fosse vista como bárbara, a prática foi regulada pelo governo colonial com o estabelecimento de um teto máximo de pagamento pela compensação matrimonial com o intuito de controlar a movimentação do gado bovino entre as populações locais. Todavia, no mesmo período, a Igreja Católica, agindo contra o lobolo, proibiu a prática entre aqueles que haviam sido batizados, de forma a estimular o casamento no modelo canônico⁹⁵. A formação cristã do autor justificaria a adoção de posição contrária ao ritual, mas o artigo não apresenta, com a necessária clareza, o que ele pressupunha como emancipação. Samsome era avô paterno de Josina Muthemba e um importante quadro da primeira geração de africanos letrados pela Missão Suíça que desenvolveu discursos contestatórios às práticas do regime colonial português. Além de escrever em ronga para o Jornal *O Brado Africano*⁹⁶, foi também pastor presbiteriano⁹⁷, recebendo como punição passar um período nas fileiras do exército português entre 1915 e 1916⁹⁸.

Além dos grêmios associativos que resultaram em jornais, cresceram em Moçambique as organizações sindicais (muitas apontadas como formas de incorporar os trabalhadores brancos e assimilados no aparelho do governo colonial e que registra, em suas histórias institucionais, a oposição à contratação de negros)⁹⁹, as associações profissionais para indígenas (a primeira delas, de 1946, chamava-se “Associação mútua dos engraxadores de Lourenço Marques”), partidos políticos (como o Partido Nacional Africano, de 1921, formado por africanos letrados em Lisboa¹⁰⁰) e as associações dos estudantes e de caráter religioso, estas duas últimas formas apontadas como fortes núcleos de gênese nacionalista, uma vez que os partidos encontravam com mais força a presença do controle e da repressão do governo colonial português¹⁰¹. As diferentes formas de contestação à situação colonial não foram somente operadas por confronto radical tampouco foram total conformação com as promessas de assimilação do sistema político. Mesmo quando foi excluída, marginalizada e explorada, a

⁹⁴ O Brado Africano, 24 de setembro de 1921. apud : MALIQUE, Josina e MATUSSE, Renato. *Josina Machel: ícone da emancipação da mulher moçambicana*. Maputo: ARPAC, 2008. p. 237.

⁹⁵ Consultar: BAGNOL, Brigitte. “Lovolo e Espíritos No Sul De Moçambique.” *Análise Social*, vol. 43, no. 187, 2008, pp. 251–272. p. 254

⁹⁶ Consultar: HOHLFELDT, Antonio. “Pioneiros da Imprensa em Moçambique” in **Brazilian Journalism Research**, v. 06, p 196, 2010. Ver o texto <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/255/254> p. 201 em diante

⁹⁷ Embora seus avós e pais sejam presbiterianos, Josina Machel e seus irmãos foram catequizados e batizados na Igreja Católica.

⁹⁸ Tradução do ronga em: MALIQUE, Josina e MATUSSE, Renato. *Josina Machel: ícone da emancipação da mulher moçambicana*. Maputo: ARPAC, 2008.

⁹⁹ HEDGES, David. “História de Moçambique. vol. 2: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961.” Maputo: Livraria Universitária Universidade Eduardo Mondlane (1999). p. 115

¹⁰⁰ CHILCOTE, Ronald (org.). *Emerging nationalism in África*, p. 585 Northwestern University Libraries, Melville J. Herskovits Library of African Studies, L 320.54096 C535e

¹⁰¹ HEDGES, David. “História de Moçambique. Volume Dois: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961.” Maputo: Livraria Universitária Universidade Eduardo Mondlane (1999). p. 115

população colonizada respondeu de acordo com suas subjetividades, produzidas por circunstâncias particulares, representando um conjunto diversificado de respostas sociais e políticas.

O papel das missões cristãs suíças na educação em Moçambique, de caráter protestante, prestou reconhecida contribuição para a formação de uma elite letrada e de lideranças tanto para a Igreja Presbiteriana de Moçambique (IPM) como, posteriormente, para os movimentos nacionalistas. Ao se opor às diretrizes estabelecidas por Portugal em relação à educação nas colônias, em que eram proibidas as línguas locais no ambiente escolar e cujo acesso era limitado aos indígenas de acordo com a idade, os missionários suíços forneceram ferramentas para a ampliação da apreensão e do domínio da realidade social e política evidenciando as barreiras discriminatórias do governo colonial.¹⁰² No âmbito das missões protestantes em Moçambique circularam jornais em línguas vernáculas que se dirigiam a grupos de falantes de um mesmo idioma em diferentes regiões, contribuindo para o estabelecimento de laços comunitários. Abordavam, em especial, temas de estudos bíblicos, mas havia algumas reportagens tratando de fatos políticos e de práticas sociais com considerações que seriam censuradas caso escritas em língua portuguesa.¹⁰³

II. Josina Muthemba e o ativismo político

O contexto da primeira metade do século ensejava mudanças cruciais e junto a elas uma série de conflitos e tensões que em nada sugerem uma fixação das posições e da agência de seus indivíduos. Esse era o caso da família de Josina Muthemba que não esteve alheia ou indiferente à situação colonial de Moçambique no período. A circulação de ideias, o trânsito de pessoas de diferentes origens, as imagens e visualidades novas em anúncios de jornais e outros meios de comunicação e o acesso a novos bens comerciais transformou a vida dos africanos, em especial nas cidades. Ainda que cerceados em suas manifestações públicas, indivíduos e organizações

¹⁰² SILVA, Teresa Cruz E. "Identity and political consciousness in Southern Mozambique, 1930–1974: two Presbyterian biographies contextualised." *Journal of southern African studies* 24.1 (1998): 223-236.

¹⁰³ Teresa Cruz e Silva aponta os jornais: Nyeleti Ya Miso, que “estabelecia entre os seus objectivos a necessidade de unir os clãs tsonga de Khosen Hlengwe, Gaza, Speloken, Nkuna, Mpfumu, Joanesburgo, Pretória, Shilubana e Maputo, considerados membros do mesmo corpo, portanto com necessidade de se conhecerem mutuamente e de estabelecerem relações de inter-ajuda cobrindo os falantes tsonga de Transvaal, Maputo e Gaza em Moçambique, era publicado na África do Sul (1921-1949) e distribuído em Moçambique”; Mahlalhe, resultado de “uma publicação conjunta feita entre presbiterianos e metodistas, e escrito em tshwa, tsonga e contendo também textos em português”. Consultar: SILVA, Teresa Cruz. "Educação, identidades e consciência política: a missão suíça no Sul de Moçambique (1930-1975)." *Lusotopie* 5.5 (1998): 397-406. pp. 400. Cruz e Silva, Tereza. "A missão suíça em Moçambique e a formação da juventude: a experiência de Eduardo Mondlane (1930-1961)." *Estudos moçambicanos* 16 (1999): 67-104.

antagonistas ao modelo vigente emergiam sob diferentes formas e discursos fazendo correr vozes contrárias ao poder colonial, a exemplo dos artigos de jornais e de poesias de cunho nacionalista ou dos movimentos grevistas e de boicote aos sistemas forçados de trabalho, entre outros.

No dia 10 agosto de 1945, em João Belo (atual Xai-Xai), na província de Gaza, Abiatar Sansão Muthemba e Alfina Hobyana comemoravam o nascimento de sua filha Josina e de seu irmão gêmeo Belmiro que se somavam a Esperança, Juvenália, Hermínia, Orlando, Balbina, Gracinda e Abiatar Junior. Seu pai, assim como o avô, era presbiteriano embora tenha realizado parte da sua formação em escolas católicas, como outros moçambicanos. Na década de 1940, Abiatar iniciou sua carreira profissional como professor na cidade de Lourenço Marques onde viveu e onde se casou com Alfina, entretanto, o aumento da família e as precárias condições salariais da atividade docente o fizeram voltar aos estudos na Escola de Habilitação de Enfermeiros, onde obteve diploma. Em razão da nova profissão, mudou-se inúmeras vezes, tendo vivido em Niassa, Cabo Delgado e Gaza, nas residências garantidas pelo estado. Em 1963, eclode uma série de protestos por parte da categoria trabalhista ligada à saúde em razão do corte a este direito. Abiatar Muthemba, engajado nas manifestações, foi perseguido pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) e transferido para Lichinga, onde esteve afastado da prática política embora ainda acompanhasse a movimentação em torno dos movimentos nacionalistas. Pego com “materiais subversivos”, foi preso em 1965 e transferido para a cadeia de Machava, em Lourenço Marques, tendo sido demitido do seu trabalho no mesmo ano¹⁰⁴.

Alfina Hobyana, filha de Ana Faro Macome e José da Conceição Hobyana, frequentou o ensino formal completando a 4ª série (depois da independência, em 1975, voltou aos estudos, concluindo sua educação formal) e dedicou-se a criação e a educação dos filhos, não exercendo uma atuação profissional no âmbito formal. Em virtude das atividades políticas, não apenas de seu marido, mas também de seus filhos, Alfina se viu longos períodos sem a presença do núcleo familiar embora não tenha perdido os laços afetivos e comunitários, tendo residido em Lourenço Marques com seus pais.

Josina Muthemba nasceu nesse período de intensificação da violência física e simbólica da situação colonial como resultado da consolidação da presença de colonos - com migrações oficialmente promovidas e organizadas pelo Estado, com o pagamento das passagens e dos custos de instalação, garantindo a fixação de mais de 13 mil colonos entre 1951 e 1960. Para garantir a efetividade da prática administrativa, passou a ser usual o emprego da força policial

¹⁰⁴ MALIQUE, Josina e MATUSSE, Renato. *Josina Machel: ícone da emancipação da mulher moçambicana*. Maputo: ARPAC, 2008. p. 193-195.

e das prisões arbitrárias contra as manifestações e resistências das populações locais. A política de assimilação e as ideias de civilizar os africanos já estavam em xeque. Postas à prova durante a primeira metade do século XX, tais ideais provaram que não passavam de uma retórica do projeto colonial já que, em 1955, de uma população total estimada em 5 milhões e 650 mil habitantes, apenas 4.500 conseguiram alcançar o *status* de assimilados. Neste período, as respostas a brutalidade do regime colonial português, com as resistências contra as culturas agrícolas obrigatórias e o trabalho forçado, contra a diferença salarial entre brancos pobres e negros e contra as péssimas condições que encontravam nos ambientes laborais, além da censura as manifestações culturais e recreativas, encontraram confluências para uma luta anticolonial, independentista e nacionalista.

O período influenciou Josina e os jovens da sua geração a se engajarem em movimentos organizados contras as mais diversas formas de opressão engendradas pelo desenvolvimento desigual entre a colônia e a metrópole, que afetou as normas, regras e convenções locais forçando africanas e africanos a redefinir suas identidades. Diferente da geração de seu avô Samsome Muthemba, ela não pareceu acreditar nas falsas promessas dos projetos de assimilação, o confronto crescente entre colonizadores e colonizados e a mudança das condições de vida ao longo do tempo culminaram na invenção de novas utopias, criando as condições para a formulação de discursos de independência.

A família Muthemba viveu em Lourenço Marques, João Belo, Niassa e Mocímboa da Praia em decorrência da profissão de seu pai Abiatar Muthemba, por esta razão conheciam diferentes realidades do território moçambicano. Alias, o ofício de Muthemba garantiu acesso a uma vida com relativo conforto financeiro, distinguindo-os em relação às possibilidades negadas para a maioria da população. Em Mocímboa da Praia, Josina frequentou a escola primária “Dom João de Castro” e, em Lourenço Marques, a Escola Comercial, ambas mistas (embora as classes fossem separadas por sexo), públicas e, geridas pela Igreja Católica. Os chamados colégios oficiais eram frequentados por europeus e africanos assimilados. A educação colonial esteve ligadas exclusivamente à missões católicas que reproduziam, em muitas dimensões, as estratégias de controle social baseadas na “missão civilizadora”. Contudo, mesmo sem o reconhecimento da sua autoridade, a atuação protestante se fez presente, direta ou indiretamente, até a independência.

O uso das línguas locais em espaços escolares foi proibido pelo decreto de 1921, regra que permaneceu vigente como lei e, mais tarde, como prática na educação em Moçambique. As escolas foram, em geral, divididas por sexo, com um número menor delas dedicadas à educação das meninas. A despeito da expansão das escolas em Moçambique após 1930, os resultados

educacionais foram muito lentos e quase ineficazes, em particular em relação à educação dos indígenas já que a atividade missionária no ensino formal permaneceu muito limitada, e o estado se preocupou de forma quase exclusiva com a educação dos colonos brancos. As instituições de ensino foram divididas em dois tipos, sendo o ensino primário oficial (cursado por Josina) destinado à população branca e deveras limitado aos negros; em 1944, do total de 4.019 alunos, somente 77 matriculados eram africanos¹⁰⁵. Para garantir uma educação sob as diretrizes oficiais portuguesas, os alunos passavam por uma série de controles por meio de provas e exames de admissão e a eles era garantido um auxílio financeiro, com bolsas para alimentação e subsídio ao transporte. No chamado rudimentar (nomeado ensino de adaptação após 1956), contava-se 2.646 matrículas de negros, do conjunto de 4.107, de acordo com as estatísticas oficiais. Era composto por um ciclo de 3 anos no qual se aprendia apenas o português, a matemática básica e a catequese. Sem possibilidades concretas e sem auxílio para continuar os estudos e realizar a escola secundária, parte significativa não concluía o 3º ano antes dos 14 anos de idade, sendo vetados por legislação a continuarem os estudos.¹⁰⁶

Contudo, no contexto de elite local da qual os Muthemba faziam parte, a educação era uma das bandeiras reivindicadas e, tanto os homens como as mulheres da família foram incentivados à acessaram o ensino formal. O primeiro ciclo (escola primária) de Josina foi realizado durante a década de 1950. Com 13 anos, concluída a 4ª série, Josina foi para a cidade de Lourenço Marques a fim de completar sua escolaridade formal. Foi estudando na Escola Comercial que a jovem se aproximou do Núcleo de Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM), organização fundada no seio do Centro Associativo dos Negros, por Eduardo Chivambo Mondlane¹⁰⁷, em 1949, formada por pouco mais de 20 estudantes do segundo ciclo das escolas de Lourenço Marques e por alguns outros que tinham ido terminar a formação na África do Sul.

Na primeira fase de sua existência, diante da forte vigilância e perseguição das autoridades coloniais, o NESAM voltou-se as atividades culturais não proclamando

¹⁰⁵ Anuário Estatístico de Moçambique (1945-1961) apud HEDGES, David. História de Moçambique Volume Dois: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961. Maputo: Livraria Universitária Universidade Eduardo Mondlane, 1999. p. 121, 180-181

¹⁰⁶ HEDGES, David. "História de Moçambique. Volume Dois: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961." Maputo: Livraria Universitária Universidade Eduardo Mondlane (1999). p. 180-181.

¹⁰⁷ Eduardo Mondlane, além de ter fundado o NESAM, foi também fundador e primeiro presidente da FRELIMO. Formado pela missão suíça, estudou na África do Sul - onde teve contato com a Liga da Juventude do Congresso Nacional Africano-, em Lisboa e finalmente nos Estados Unidos, onde obteve seu doutorado em Ciências Sociais. Trabalhou na Organização das Nações Unidas e foi um dos grandes formuladores do programa de luta por independência.

abertamente suas intenções políticas¹⁰⁸. A segunda geração - década de 1960 - foi presidida por Armando Emílio Guebuza que propôs a troca de nome de modo a ampliar as adesões com a participação de estudantes em outros níveis educacionais, esta mudança só seria efetivada anos depois quando antigos membro do NESAM fundam a União de Estudantes Moçambicanos (UNEMO). O núcleo contou com a atuação de Josina¹⁰⁹ e suas irmãs Esperança e Juvenália Muthemba, além de Lina Magaia, Cristina Elizabeth Tembe, Adelina Mocumbi, e outras. Nesta fase, formaram-se delegações em outras regiões. O comitê de Gaza, cuja inauguração data de 1963, contou com a apresentação musical de Juvenália Muthemba, acompanhada pela guitarra de seu pai Abiatar¹¹⁰.

A organização dos estudantes tinha como objetivos melhorar as oportunidades educacionais para os negros, a inclusão de temas ligados à história e cultura locais e o fim dos abusos coloniais, como a restrição da circulação na cidade e o impedimento do acesso aos circuitos de lazer tais como cinema e casas de espetáculo. Entretanto, para obter legalização junto às autoridades coloniais (nomeadamente do Diretório dos Serviços dos Negócios Indígenas) e fugir do controle da PIDE, proclamaram-se como um grupo de estudos. Em entrevista a Eduardo Mondlane, Josina disse sobre o NESAM “(...) queríamos nos organizar, mas não podíamos porque éramos perseguidos pela polícia secreta. Fazíamos atividades culturais e educativas, mas durante as discussões, conversas e debates tínhamos sempre que tomar cuidado com a polícia [que] perseguia-nos, chegaram até a interditar o NESAM”¹¹¹. Ainda assim, o núcleo constituiu um espaço importante de sociabilidade dos jovens estudantes com a promoção de saraus e atividades recreativas que encobriam a sua finalidade de acentuada marca política. A propósito, o NESAM esteve associado com a formação política dos jovens que, mais tarde, viriam a formar os quadros da FRELIMO.

Os movimentos de contestação internos encontraram eco nos rumores e nas notícias - que eventualmente ouviam em rádios ou acompanhavam em algum periódico que deixasse escapar uma notícias “subversiva” dos olhos dos censores - sobre a crescente conquista de independência de outras (ex-)colônias na África, nas resoluções de organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, no apoio de grupos nacionalistas na África, de progressistas

¹⁰⁸HEDGES, David. História de Moçambique Volume Dois: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961. Maputo: Livraria Universitária Universidade Eduardo Mondlane, 1999. p. 121.

¹⁰⁹. MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Centro de Estudos Africanos .Maputo: Coleção Nosso Chão, 1995, p. 114

¹¹⁰ MALIQUE, Josina e MATUSSE, Renato. *Josina Machel: ícone da emancipação da mulher moçambicana*. Maputo: ARPAC, 2008. p. 38-40

¹¹¹ MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Centro de Estudos Africanos .Maputo: Coleção Nosso Chão, 1995, p. 114 p. 96

militantes na Europa, em especial em Portugal e nos países nórdicos, e nos Estados Unidos. Por esta razão, se articularam aos espaços e conjunturas externas, intensificando os encontros para a denuncia e para o debate sobre formas de luta contra o colonialismo.

Desse modo, em 7 de julho de 1957, moçambicanos enviaram uma carta¹¹² as Nações Unidas (ONU) **(anexo X)** para rebater as declarações realizadas pelo delegado de Portugal ao Secretario Geral da Organização das Nações Unidas, em sessão do comitê dos territórios sem governo próprio¹¹³. A carta emitida da África do Sul expressava desaprovação e rebatia a posição de província atribuída à Moçambique pelo delegado português, destacando a desigualdade de oportunidades entre brancos e negros e as práticas discriminatórias do estado colonial português:

“Com respeito aos direitos humanos e civis os nativos aqui são escravos; os dois sexos são vendidos, como haviam sido nos tempos da escravidão (...). Nós não temos escolas oficiais para nativos, onde eles podem ser ensinados, quando existem, são para ensinar como se reza em escolas religiosas. Isso não acontece com a população branca que nasceu aqui, já que eles tem acesso a todos os níveis educacionais. Embora seja mantida em segredo, a discriminação racial é pior que nos países vizinhos. Um nativo não pode viajar de uma cidade para a outra sem carregar uma autorização administrativa. Ele não tem direitos. Podem ser expulsos de suas pequenas propriedades agrícola por colonialistas que vem de Portugal. Aqueles incapazes aos empreedimento do trabalho escravo são obrigados a fazer crescer algodão, arroz, trigo, etc. Esses produtos são vendidos por muito pouco, pelo preço do comprador e não do produtor. Esses fatos são os mesmos |em outras províncias|? Esses fatos não corroboram com que os representantes portugueses declararam politicamente quando questionado por outros países (...).”¹¹⁴

A carta anunciava parte das situações contra as quais os moçambicanos se levantaram contra: ausência de oportunidades educacionais e a subserviência econômica e revela que os organismos internacionais passaram a constituir espaços de denuncia e pressão contra Portugal.

¹¹² O documento anuncia que os moçambicanos enviaram a carta de modo anônimo via África do Sul, razão pela qual não é possível saber o nome do individuo ou da organização. O nome do delegado de Portugal também não é revelado pela carta, mas menciona-se o senador brasileiro Georgino A. Avelino, que se posicionou em favor de Portugal. CHILCOTE, Ronald (org.). *Emerging nationalism in África*, Northwestern University Libraries, Melville J. Herskovits Library of African Studies, L 320.54096 C535e. p. 400.

¹¹³ O capítulo “XI: DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS SEM GOVERNO PRÓPRIO”, da Carta das Nações Unidas de 1945, proclama em seu Artigo 74 que “os membros das Nações Unidas concordam também em que a sua política com relação aos territórios a que se aplica o presente Capítulo deve ser baseada, do mesmo modo que a política seguida nos respectivos territórios metropolitanos, no princípio geral de boa vizinhança, tendo na devida conta os interesses e o bem-estar do resto do mundo no que se refere às questões sociais, econômicas e comerciais.”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap11/>

¹¹⁴ CHILCOTE, Ronald (org.). *Emerging nationalism in África*, Northwestern University Libraries, Melville J. Herskovits Library of African Studies, L 320.54096 C535e. p. 400. (tradução nossa)

Em 14 de dezembro de 1960, a ONU publicou a *Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais*, em que declarava que “a sujeição dos povos a subjugação, dominação e exploração constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais” e que todos “tem o direito de livre determinação”. No mesmo período, a organização promoveu a viagens de investigação para países africanos sob domínio colonial, de tal sorte que Eduardo Mondlane, então pesquisador associado das Nações Unidas, retorna a Moçambique passando por Lourenço Marques, Inhambane e Gaza. Sua visita a João Belo foi organizada por Abiatar Muthemba, pai de Josina, com quem discutiu aspectos da situação política de Moçambique¹¹⁵. O relatório produzido por Eduardo Mondlane anuncia sua estadia de 4 meses em Lourenço Marques, em 1960, “viajando e visitando cidades e vilas no sudeste do território (...) conversando com africanos e europeus em relação a situação política do país”, e relata o “clima de tensão e medo que se vivia no país” com a presença da PIDE “em quase todas as instituições”, para vigiar e prender arbitrariamente os moçambicanos que manifestassem qualquer desacordo - interpretados como “subversão comunista” - com as práticas políticas e administrativas de Portugal.¹¹⁶

Em decorrência, em 1962, as Nações Unidas criou o “Comitê Especial dos Territórios sob a Administração Portuguesa” para investigar as condições dos africanos nas províncias. Moçambique foi representada por ativistas políticos de diferentes organizações, tais como Eduardo Mondlane (FRELIMO), Hlomulo Chitifo Gwambe (UDENAMO)¹¹⁷, Mathew Michinji Mmole e Lawrence Mallinga (MANU). As resoluções, regimentos e proclamações dos movimentos nacionalistas no período que se seguiu a Declaração reproduziam o modelo e o formato dos documentos da ONU remetendo, com frequência, a sua Carta de Princípios, a Declaração dos Direitos Humanos e a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos coloniais.

Na conjuntura internacional do final da década de 1950 em diante, as conexões se ampliavam e, em outubro de 1958, aconteceu em Taskent, URSS, a *Conferência Afro-Asiática de Escritores*, com a participação do angolano Mario Pinto de Andrade e do moçambicano Marcelino dos Santos, militantes de movimentos nacionalistas em seus respectivos países. Com a fundação da União Nacional Africana de Moçambique (MANU, antes *Mozambican-Makonde Union*) e da UDENAMO, a União Soviética passou a se interessar pelo desenvolvimento político

¹¹⁵ MALIQUE, Josina e MATUSSE, Renato. *Josina Machel: ícone da emancipação da mulher moçambicana*. Maputo: ARPAC, 2008. p. 40-41

¹¹⁶ "Present conditions in Mozambique": [Confidential Report of Mondlane to UNESCO.] 1º de maio de 1961, coleção de Emmanuel Walertein p. 1-15.

¹¹⁷ Também referido como Adelino Gwambe.

e a natureza dessas organizações. Por esta razão, convidou Adelino Gwambe, o secretário geral da União Democrática de Moçambique, para uma visita ao Comitê de Solidariedade (CPSU) do país em 1961 que resultou em financiamento para a organização que Gwambe representava¹¹⁸. Neste mesmo ano, Eduardo Mondlane em uma segunda visita a Moçambique como funcionário da ONU, fez uma breve escala em Moscou para encontro com diplomatas do país.

Em documento produzido pela PIDE, (anexo X), o cônsul O. Neto Valério informou o Diretor dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações, em Lourenço Marques que, em março de 1961, aconteceu a III Conferência de todos os Povos Africanos realizada em Cairo, no Egito¹¹⁹. Estiveram presentes “as mulheres de Paulo Gumane (Priscilla Gumane) e de Uria Simango (Selina Simango). A primeira parece ter sido a autora da criação de um corpo feminino de um exército de libertação com sede em Tanganica”¹²⁰. No evento ficou estabelecida a comissão encarregada de formar a Federação Pan Africana de Mulheres que deveria se reunir em junho de 1962 para a organização da Conferência de todas as Mulheres Africanas. O cônsul informou que no encerramento da conferência dez “raparigas” estudantes de Moçambique viajarão para o Mali afim de efetuar um treinamento em “organização social” e que a Rádio Moscou havia divulgado as resoluções da Conferência de todos os Povos Africanos.

Nota-se, ainda, que na atmosfera dos anos de 1960, as conferências intra-continentais na África foram espaços de debates sobre a natureza e o sentido da independência, de forma a construir as condições necessárias para a criação de uma rede com objetivo de promover a ruptura com as situações coloniais¹²¹. Embora em menor número, as mulheres se fizeram presentes e puderam estabelecer os laços de solidariedade com militantes de outros países que dava corpo e substância as suas pautas.

A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), formada entre os dias 18 a 20 de abril de 1961, em Casablanca, e organizada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), pelo Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) e pela Liga de Goa, foi resultado do esforço em associar os movimentos nacionalistas de todos os países sob dominação portuguesa. Com a presença de treze delegados de dez organizações, dos seis países representados (somam-se ao já citados, Moçambique e São

¹¹⁸ No livro, o autor se refere a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), afirmando ter sido neste evento que políticos soviéticos entraram em contato com a UDENAMO. Consultar: SHUBIN, Vladimir. “Moscow and FRELIMO.” *The Hot 'Cold War': The USSR in Southern Africa*, Pluto Press, London, 2008, pp. 119-121.

¹¹⁹ A mulher de Uria Simango aparece grafada ora como Celina Simango ora como Selina Simango.

¹²⁰ Torre do Tombo, PT/TT/SCCIM/A/14/201 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 964.

¹²¹ HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. *Os filhos da terra do sol: a formação do estado-nação em Cabo Verde*. Selo Negro, 2002. p. 159

Tomé e Príncipe), a abertura foi realizada por Mario Pinto de Andrade, presidente da CONCP, e Marcelino dos Santos, secretário geral da Organização e representante da União Democrática de Moçambique (UDENAMO)¹²². Em 1962, entre os dias 13 a 15 de junho, o conselho consultivo da CONCP volta a se reunir em Rabat, Marrocos e, em sessão extraordinária, “expressa sua profunda preocupação com a situação dos africanos de Moçambique em relação ao real desenvolvimento da luta de libertação”¹²³. O esforço de unificação se materializou apenas alguns dias depois, com o lançamento do *Regulamento Geral Interno*¹²⁴ da Frente de Libertação de Moçambique, datado de 25 de junho de 1962 e assinado por Mathew Michinji Mmola presidente da Mozambique African National Union (MANU), e Hlomulo Chitifo Gwambe, presidente da UDENAMO. O referido regulamento anunciava a formação de uma liga feminina - cujas delegadas, em número de 5, tinham voto no Comitê Central, o órgão deliberativo da organização -, renunciando a participação feminina neste movimento de libertação nacional.

Os dias 23 a 28 de setembro de 1962 marcaram o calendário oficial de fundação da FRELIMO como resultado da junção da MANU, da UDENAMO e da União Africana de Moçambique Independente (UNAMI), sob a presidência de Eduardo Mondlane. As resoluções do encontro conclamavam homens e mulheres de Moçambique a juntarem-se à FRELIMO e proclamava a união de todos os moçambicanos a despeito “do grupo étnico, dos meios financeiros, da crença religiosa ou filosófica, e do sexo, na luta usando qualquer meio necessário para a imediata e completa liquidação do colonialismo português para a vitória da independência nacional”. As organizações tinham distintos alcances regionais e étnicos, além de diferentes redes de relações políticas. Todas elas, entretanto, haviam se formado fora do território moçambicano: a UDENAMO na Rodésia do Sul, a MANU estava em parte no Quênia e em outra na Tanzânia e a UNAMI, o menor dos movimentos, no Malauí¹²⁵.

A despeito das divergências de posições e pautas políticas, uniram-se em favor da luta por independência. Não tardou que as disputas internas em torno do alinhamento ideológico - expresso, por um lado, em uma linha reformista de diálogo com o governo português na ONU e, por outro, que apostava em uma estratégia radical de ruptura com Portugal para a construção

¹²² CHILCOTE, Ronald (org.). *Emerging nationalism in África*, Northwestern University Libraries, Melville J. Herskovits Library of African Studies, L 320.54096 C535e p. 384. A CONCP realizou uma segunda conferência em 1965. Marcelino dos Santos se tornaria um importante quadro político da FRELIMO.

¹²³ BRAGANCA, Aquino, and Immanuel Maurice Wallerstein. *The African Liberation Reader: The strategy of liberation*. Vol. 2. Zed Books, 1982. p. 140

¹²⁴ REGULAMENTO GERAL INTERNO, 25.06.1962, FRELIMO, Coleção Wallerstein.

¹²⁵ ISAACMAN, Allen and ISAACMAN, Barbara. *Mozambique: From colonialism to revolution, 1900-1982*. Colorado: Westville, 1983. p. 80

de um estado soberano - gerasse dissidências¹²⁶. No primeiro ano de sua existência, os dirigentes mantiveram o dialogo com instâncias das Nações Unidas e receberam financiamento desta e outras organizações, seja por meio do Instituto Moçambicano ou diretamente direcionada ao movimento. Mas as disputas em relação ao alinhamento ideológico e aos recursos financeiros tornou-se acirrada em 1963, resultando na saída de membros da UDENAMO e da MANU. Na declaração de dissolução que marcou a saída das direções políticas de ambos movimentos há uma forte acusação ao Eduardo Mondlane como um “imperialista estadunidense” razão que justificaria sua “inaptidão em relação a gestão e liderança da Frente de Libertação de Moçambique”¹²⁷. Anunciam, como alternativa revolucionária, a formação de uma nova organização, a Frente Unida Anti-Imperialista Popular Africana de Moçambique (FUNIPAMO) sob a direção de Mathew Mamole e Hlomulo Gwambe.

Ainda que posto em questão, o compromisso com a independência e a liderança de Eduardo Mondlane se afirmaram, garantindo a coesão necessária para a luta armada em forma de guerrilha, adotada no dia 25 de setembro de 1964 como estratégia de luta contra o colonialismo português. O avanço e a conquista de territórios no norte de Moçambique, na fronteira com a Tanzânia, tornou possível a construção de bases, chamadas zonas libertas, em Niassa e Cabo Delgado, além do contato com a população camponesa. Neste contexto, é importante ressaltar que parte fundamental do funcionamento de uma guerrilha depende da assistência da população local em forma de engajamento ativo, prestando solidariedade a partir de uma rede de suporte. A FRELIMO sabia do potencial de apoio, em razão do interesse comum da população rural e urbana contra as crueldades práticas pelo governo colonial. O controle de grandes porções de terra ao norte foram os passos iniciais e fundamentais para a consolidação do movimento e estruturação de melhores, mais belicosos e equipados e também mais eficientes e efetivos, destacamentos armados com préstimo material da União Soviética. Ressalta-se que, no âmbito de uma guerra de guerrilha, seria difícil imaginar o sucesso da FRELIMO sem o suporte e a solidariedade das mulheres, significativa parte da população. A

¹²⁶ A bibliografia e os documentos consultados apontam a dissidência do Hlomulo Gwambe (presidente da UDENAMO) e, posteriormente, também de Uria Simango. O documento “A profile: Dr. Eduardo Mondlane” atribuído a COREMO, faz um perfil bastante crítico as conexões de Eduardo Mondlane, chegando a anunciá-lo como agente infiltrado dos Estados Unidos. Consultar: CHICOLTE, R. University of Southern California, Boeckmann Center for Iberian & Latin American Studies. Disponível em: http://www.aluka.org.libproxy.vassar.edu/stable/10.5555/al.sff.document.chilco249?searchUri=so%3Dps_collection_name_str%2Basc%26Query%3Dmondlane%2Bprofile. Na base digital também há um documento que registra a criação, em 1963, da Frente Unida Anti-imperialista Popular Africana de Moçambique FUNIPAMO, por Hlomulo Chitifo Gwambe, Mathew Mmole e Sigastene Sigauke, com fortes denúncias ao que atribuem como inabilidade política e má verbação das verbas da FRELIMO,

¹²⁷ Memoranda supporting declaration of dissolution of FRELIMO, 1963, University of Southern California, Boeckmann Center for Iberian & Latin American Studies.

própria pesquisa sobre o tema aponta que, no início, foram elas que transportaram materiais (como balas para as armas de fogo), produziram a comida para os combatentes e apoiaram as bases de atendimento em saúde e educação¹²⁸.

Em Moçambique as mulheres não foram só o apoio, mas também agentes no contexto da luta. A preparação de lideranças para a Liga Feminina estava em curso, visto a participação de moçambicanas em diferentes conferências nos âmbitos continental e transcontinental. Confirmando a informação do cônsul português, entre os dias 8 a 10 de junho de 1962, se reuniu o comitê de preparação para a Conferência Pan-africana de Mulheres (CPAW, sigla em inglês), em Bamako, no Mali, com delegadas de Gana, Guiné, Camarões, Nigéria, Tunísia, Quênia, Libéria. Não foram registradas representantes moçambicanas, mas estiveram presentes, entre os países de colonização lusitana, Angola e Guiné Portuguesa. Ficou decidido que a primeira conferência se realizaria em Dar es Salaam, entre os dias 27 de julho e 31 de agosto daquele mesmo ano¹²⁹. A conferência foi documentada pela PIDE a partir de um pequeno conjunto de reportagens de jornais, entre eles, o periódico Notícias, de Moçambique, em nota de 29 de julho de 1962. Sem maiores detalhes, a resenha produzida pelo oficial português sobre a imprensa e a rádio estrangeira relatava também a participação de representantes de Moçambique no Seminário Internacional de Mulheres Africanas, em Taskent, União Soviética, a pesquisa fornece indícios de que a recepção foi realizada pelo Comitê de Solidariedade (CPSU).

Entretanto, até a realização do I Congresso da Liga Feminina de Moçambique em Mbeya, na Tanzânia, entre os dias 31 de maio a 4 de junho de 1966, (anexo X), não há registros de que as mulheres haviam encontrado, nas instâncias da FRELIMO, o lugar adequado para, em diálogo com as outras militantes, formular e propor as estratégias para aplicação das suas pautas, tendo a organização constituído o primeiro espaço de auto-organização das moçambicanas. Talvez por isso as resoluções tenham sido redigidas de modo mais genérico e menos enfático em relação aos problemas ligados as próprias identidades e condições de gênero ou porque naquela circunstância, de fato, a pauta consensual era combater o colonialismo português. Assim, a ênfase recaiu sobre a relação da Liga Feminina com as diferentes instâncias da Frente de Libertação, com outras organizações internacionais e na África, nomeadamente Conferência

¹²⁸ Consultar: CASIMIRO, Isabel. " Paz na terra, guerra em casa": feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Vol. 27. Promédia, 2004. p.60. Isaacman, Allen F., and Barbara Isaacman. "Mozambique: from colonialism to revolution, 1900-1982 Boulder, Colo." (1983). p. 91

¹²⁹ Consultar: Torre do Tombo, PT/TT/SCCIM/A/6/4, ofício n. 882 c de 31 de agosto de 1962. Chilcote, Ronald (org.). Emerging nationalism in África, p. 585 Northwestern University Libraries, Melville J. Herskovits Library of African Studies, L 320.54096 C535e. p. 57. Segundo Isabel Casimiro, a Liga Feminina de Moçambique "era tributária das ligas femininas das colônias inglesas" e "o seu objetivo final era apoiar as famílias dos que se juntavam à causa e a explicar os propósitos da FRELIMO". CASIMIRO, Isabel. Paz na terra, Guerra em casa. p. 173.

Afro-Asiática, a conferência Tricontinental, a Federação Mundial Democrática das Mulheres e a Conferência de todas as Mulheres da África. A lista revela o interesse em uma rede de relações mais internacionalista e, infelizmente, não há menção aos nomes das mulheres participantes, embora os periódicos da FRELIMO que propagaram o discurso de abertura e, igualmente, os documentos da PIDE anunciem a Priscilla Gumane e a Selina Simango como presidente e vice-presidentes, respectivamente¹³⁰.

Constata-se que o começo da década de 1960 foi bastante agitada para nacionalistas africanas e africanos. Os planos de pôr em prática um movimento unido contra o colonialismo português ganhava cada vez mais força. Os avanços e conquistas da FRELIMO chegavam a cidade laurentina pelo programa de rádio *A Voz da Revolução*, transmitido diretamente da Tanzânia, mesmo com a censura cada vez mais presente da PIDE, já que os periódicos do período, impressos em maior número e com tiragens mais expressivas, muito raramente continham informações sobre as independências em curso no continente, tampouco sobre as articulações internas que forjaram os movimentos nacionalistas. Embora os jornais silenciassem manifestações políticas, eles passaram a contar com uma seção dedicada, com exclusividade, as mulheres. Em geral, publicavam-se receitas, dicas de maquiagem, pontos de bordado, entre outros temas frívolos, porém, ainda que com menor frequência, foram publicados artigos de opinião política e econômica, sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal e em relação ao acesso a escolaridade.

O *Brado Africano*”, de 18 de março de 1961, tratou do acesso ao ensino formal no artigo “A formação das mulheres e das mães de amanhã”:

“se a escola prepara para a vida (...) é preciso que ajude as pequenitas que a frequentam a serem boas donas de casa, mulheres dignas e mães exemplares. Não interessa se a aluna é pobre ou rica, se vive na cidade ou na aldeia, se pode ou não ter criada. Seja qual for o nível de vida que tenha ou aspire (...) dela e só dela será a responsabilidade de orientação do lar e da educação dos filhos. (...) que uteis não seriam uma breve noção acerca do arranjo da casa, da limpeza das roupas e dos moveis, acerca de labores, enfermagem, culinária, puericultura... Não se diga que é cedo demais para iniciar as miúdas na grandeza e nos deveres da maternidade.”

O texto não questiona a importância de todas as mulheres acessarem o ensino formal desde que seja para que aprendam a executar bem o papel que lhes fora designado pela natureza.

A “elevação da mulher africana” foi mote da campanha política de Custódia Lopes, professora e deputada da Assembléia Nacional por Moçambique que, para combater o atraso

¹³⁰ Consultar: Torre do Tombo, PT/TT/SCCIM/A/6/4

das indígenas, condenou a prática do lobolo. Custódia Lopes encontrou menos resistência a sua candidatura por ser mulher que por seu alinhamento político com a ideologia colonial portuguesa. Havia uma certa expectativa entre os setores mais combativos moçambicanos que seu pleito a um cargo político pudesse representar alguma crítica a situação de opressão que vivia a população local. Porém, sua ideia de elevação foi contestada por José Craveirinha em carta publicada no jornal notícias de 11 de novembro de 1961. O poeta, com ironia, diz que “embora seja africana também (...) aceitou o cargo [para ser] um ornamento ou uma sinecura de tão importante órgão da Nação Portuguesa” e atribui a sua distância com o país a incompreensão “das culturas tradicionais dos povos” para quem o lobolo não é sinônimo de atraso mas um “acto ancestral do pedido de noivado que cada povo celebra a sua maneira e que aqui a aceitação voluntária dos usos e costumes dos europeu entre os originários já vai se eliminando gradual e seguramente”.

Os discursos relacionados às mulheres parecem ter se tornado objeto de interesse político português haja visto o discurso promovido pelo Tenente-Coronel Hermes de Oliveira na conferência “A missão da mulher de Moçambique”. Voltado as mulheres brancas¹³¹, foi publicado pelo Jornal Notícias de 25 de novembro de 1961, em artigo nomeado “O sorriso é a melhor arma que a mulher pode empregar ao serviço da Pátria no Ultramar” em que afirma:

“temos que preparar as jovens em centros femininos para tomarem a direção do lar e, uma vez que sejam mães, para serem educadoras capazes de seus filhos. Cumpre-nos, pois, ensinar-lhes dentro dos limites do possível, tudo quanto se torne indispensável às suas funções de esposa e mãe: costurar, bordar, cozinhar, cuidar das crianças, adoptar normas de higiene e etc. (...) aos olhos da mulher nativa sereis uma força viva. Irradiareis a alegria a que um negro atribui certos poderes universais e o dom de bem viver”.

O jornal *Diário de Moçambique* contava uma mulher entre seus jornalistas. No artigo “A necessária emancipação da mulher nativa e a sua elevação social”, de 26 de fevereiro de 1962, Adelina de Deus Boavida criticou os padres missionários pela sua falha em “elevar a mulher nativa a sua verdadeira missão de esposa e de mãe”. Embora a autora tenha afirmado o papel maternal e doméstico da mulher, postula a necessidade de “emancipá-la perante o homem”, anunciando seu constrangimento em verificar que “a pobre mulher africana continua a viver numa absoluta condição de escrava: (...) de si própria, (...) da sociedade, mas principalmente

¹³¹ Data do início da década de 1960 a criação do Movimento de Promoção Social da Mulher Nativa que, segundo Isabel Casimiro, foi dirigido por mulheres dos governantes portugueses e pelo Movimento Nacional Feminino que contava com o apoio da Igreja Católica. Consultar: CASIMIRO, Isabel. “Paz na terra, guerra em casa”: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Promédia, 2004. p. 170

(...) do homem...”. Em tom de indignação, denunciou o proveito que os homens faziam do trabalho da mulher, uma vez que, segundo a autora, “[da] falta de iniciativa de trabalho [que] vem a miséria (...). Bastaria o homem nativo compenetrar-se em absoluto dos seus deveres (...) para que a elevação da mulher, ao seu lugar autenticamente feminino, ficasse assegurado”.

Custódia Lopes e Adelina de Deus Boavida compunham o pequeno mas presente número de mulheres ocupando espaços de visibilidade em setores da sociedade e, embora estivessem alinhadas com o discurso hegemônico de culto da domesticidade, por vezes, deixavam entrever novas nuances em suas expressões. Nota-se, ainda, que as moçambicanas haviam se tornado tema recorrente nas publicações do período com a proliferação de discursos e a realização de campanhas de “elevação da mulher africana”, “promoção social da mulher nativa”, “salvação da dignidade da mulher destribalizada” e de “preparação das indígenas africanas”. Também foram registrados o apoio de mulheres européias com doação de roupas, livros e dinheiro. Com efeito, o lobolo continuava a ser a síntese do que se atribuía como “o problema da mulher indígena” e o ensino formal foi considerado o único espaço que poderia “tornas as mulheres livres das suas servidões ancestrais”, já que uma “mulher educada não aceita o lobolo”¹³², importa sublinhar que a prática ritual foi utilizada para ressaltar o atraso com o qual nasciam os novos estados independentes que apoiavam esse “costume retrógrado e próxima da escravatura”¹³³.

Às jovens moçambicanas que haviam completado o ensino formal estariam preparadas para assumir o lar e não parecia haver muitas alternativas de continuar os estudos superiores. À época, o país contava com apenas uma faculdade de *Estudos Gerais Universitários de Moçambique* que operava sob a supervisão da Universidade de Coimbra. Os horizontes profissionais, com as barreiras legais de um Estado mantido por um apartheid racial, econômico, político, social e cultural, também não era muito incentivador mas, diante da conjuntura de objeção, tais condições foram também desafiadoras.

Assim, em março de 1964, Josina Muthemba, então com 19 anos, e seus companheiros do NESAM deixaram Moçambique com os seus sonhos e com a expectativa de chegar até a Tanzânia e lá poder viver uma liberdade impossível em Moçambique. Sem sucesso, foram presos pela PIDE, sobre o período Josina, citada por Eduardo Mondlane, afirma:

“Fui presa quando tentava fugir de Moçambique. Fui presa em Victoria Falls na fronteira entre a Rodésia e a Zâmbia. A polícia rodesiana prendeu-me e enviou-me de novo para Lourenço Marques. A polícia rodesiana trabalhava em estreita colaboração com a polícia portuguesa. Éramos oito no

¹³² O BRADO AFRICANO, 7 de janeiro de 1961p. 17

¹³³ O BRADO AFRICANO, de 15 de outubro de 1966, “Posição social da mulher africana”, p. 12

nosso grupo, tanto rapazes como raparigas. A polícia portuguesa ameaçou-nos, interrogou-nos e bateu nos rapazes”¹³⁴

A recorrência da fuga de jovens estudantes e situação desse tipo foi relatada por Janet Rae Mondlane, diretora do Instituto Moçambicano, em Dar es Salaam:

“Ao longo dos últimos seis meses (...) tem crescido o numero de estudantes refugiados. Não existem dúvidas que a urgente necessidade de educação e o acirramento da tensão política tem contribuído significativamente para o fluxo migratório. Até o momento estão aqui aproximadamente 50 estudantes refugiados sozinhos em Dar es Salaam. Deste número, aqueles preparados para começar os estudos universitários quase podem ser contados nos dedos de uma mão”¹³⁵

O Instituto foi fundado com o objetivo de estabelecer um programa de preparação acadêmica para que os jovens pudessem frequentar o ensino superior. Após a doação de bolsas universitárias por diferentes instituições na Europa e nos Estados Unidos e diante do fato que boa parte dos estudantes que chegavam a Dar es Salaam não estavam de fato habilitados a cursá-las, Janet implementou, com o apoio do governo da Tanzânia, cursos e disciplinas ao refugiados de Moçambique. O IM ocupou um lugar central de formação educacional e também política dos quadros da FRELIMO.

Livre da prisão, Josina foi interpelada pelas políticas de atração que o governo colonial produzia à época, como forma de afastar os jovens de movimentações nacionalistas. Com a recusa a bolsa de estudos que lhe fora ofertada, parecia certo que o destino era tentar mais uma vez sair do país. Nos primeiros meses de 1965, Josina Muthemba, levando na bagagem suas poesias, atravessou enormes distâncias a pé ao longo dos 4 mil quilômetros que percorreu para finalmente alcançar a Frente de Libertação de Moçambique. Recebida por Janet Mondlane, encontrou o espaço que deu inicio ao seu engajamento como combatente da FRELIMO.

III. A poesia de Josina Muthemba

¹³⁴ MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Centro de Estudos Africanos, 1995. p. 96

¹³⁵ CHILCOTE, Ronald (org.). *Emerging nationalism in África*. Northwestern University Libraries, Melville J. Herskovits Library of African Studies, L 320.54096 C535e. p.409 (tradução nossa)



Jornal Voz Africana, 1^a de agosto de 1964

A página do jornal *Voz Africana*, de 1^a de agosto de 1964, anunciava a realização de um sarau de poesia, importante espaço de sociabilização e lazer do período. Josina Muthemba, como outras e outros contemporâneos, escreveu poemas como processo de “consciencialização política” enquanto expressão poética inspirada no contexto histórico e político de Moçambique nos anos de 1960. Apresentados nas atividades

recreativas promovidas pelo NESAM e, mais tarde, publicados em panfletos da luta por emancipação como, por exemplo, no periódico da FRELIMO *A Voz da Revolução*. A escrita de poemas no período constituiu um modo de expressão anticolonial em Moçambique para uma elite de assimilados que conquistaram o letramento, da qual Josina fez parte. Este dado revela uma assimetria no interior da condição social das mulheres por um lado e, por outro, cria um grupo de “escritoras porta-vozes”¹³⁶ da insatisfação, dos sonhos, das reivindicações, das frustrações e da indignação de si próprias e do coletivo das mulheres da cidade. A literatura de poesia produzida entre as décadas de 1950 e 1960 revelou a trajetória literária de mulheres cuja produção questionou o poder colonial além de ter um papel fundamental na construção de uma imagem de resistência fundacional das nacionalidades africanas, ainda quando a escrita literária era subsidiária da construção da nação política e cultural.

Nesta chave, o primeiro trata da violência e da opressão sob a situação colonial: o segundo clama a revolução e o terceiro é dedicado a luta armada. No arcabouço dos movimentos nacionalistas, as poesias evocavam noções coletivas e se relacionavam diretamente com a luta anticolonial, em uma espécie de “concentração metafórica da mulher no sonho de libertação”¹³⁷. A literatura de poesia funcionou, diante desta condição, como

¹³⁶ Consultar: MATA, Inocência. *Mulheres de África no espaço da escrita: a inscrição da mulher na sua diferença*. In: MATA, Inocência e PADILHA, Laura Cavalcante. *A Mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri, 2007. p. 421 - 440

¹³⁷ Idem. p. 432

construção e expressão de temas relativos às resistências anticoloniais. No poema *Sem título (s/d)*, escrito por Josina:

Tantos anos de opressão aturo
Torturas e maus tratos vejo
E sem nada por fazer, me calo.

De toda maneira sou explorado
Escravizado e oprimido também
Apesar de tudo isto me ensinas
A ouvir, ver e dizer: Obrigado!

Sou de há séculos teu servidor
Sofro, satisfaço teus desejos, em fim
Fazes de mim um cordeiro manso
E eu paciente este horror.

Sou preso, algemado
Meu sacrifício é doloroso
E nem te arrepias sequer
Do teu cinismo maldoso

Procuras sempre acorrentar-me
Na minha palhota de capim
Mas o dia não tardará a chegar
Em que este pesadelo terá fim.

É possível apreender, nos versos que se assemelham a prosa, a tensão (presente no primeiro parágrafo do poema a partir do som violento promovido pela aliteração da letra t) entre a resignação cristã do eu-lírico masculino, “um cordeiro manso”, e a luta de Josina Muthemba. Como quem está enfadado com o controle e a repressão impostos pela situação colonial que, por sua vez, pressupunha uma atitude resignada diante das falsas promessas de cidadania, o eu-lírico anuncia ao colonizador o fim do pesadelo. Há aqui um elemento de esperança projetado em um horizonte de expectativa de quem ainda não elaborou como terá fim a subjugação, mas que a partir da ameaça ao opressor reconforta os oprimidos.

No segundo poema de Josina, entretanto, a resignação transforma-se em projeto político e o eu-lírico já não fala mais para o colonizador e sim para o povo, conclamando-os à agência em um forte chamado para a revolta:

É neste momento
que devemos preparar
p’ra enfrentar dificuldades.

É neste momento
que devemos decidir
unir, lutar, avançar.

É neste momento
que devemos estar firmes

labutar e defender a nossa Pátria.

É neste momento
que devemos estar conscientes
mais corajosos
p´ra lutar sem vacilar.

É neste momento
que devemos ter em mente
e compreender a causa da nossa luta.

É neste momento
que devemos voluntariamente
entregarmo-nos à Revolução.

Da resignação consciente do primeiro poema ao chamado para a ação deste segundo, a menção da palavra Pátria no poema parece projetar uma consciência nacionalista, em que “unidos”, “firmes” e “voluntários” o povo construiria a revolução. E em explícita referência à luta armada, no terceiro poema:

Sangue moçambicano, derramado,
e vidas combatentes se perdem
Sangue moçambicano estruma a terra
nova geração revolucionária nasce.

Qual o motivo desta perda de sangue?
É a opressão e o massacre deste Povo humilde.

Este sangue é perdido pela justeza;
Do oprimido e massacrado povo
seus filhos lutam pela liberdade e dignidade humana.

O chamado à luta anunciado no segundo poema é materializado. Aqui, na figura do sangue do combatente, a luta armada se justificaria com a fertilização da terra para novas gerações revolucionárias. Os poemas escritos por Josina Muthemba, com forte ênfase na sonoridade, parecem operar tal como as palavras de ordem, de uma poesia construída como uma conclamação.

Os temas abordados por Josina em seu poemas não se ligam aos discursos anunciados pelos periódicos do período, de modo que a expressão da subjetividade de jovens moçambicanas na poesia permite alcançar a sensibilidade de uma escrita em forma de desabafo, de um suporte poético para a construção de novos sonhos. Nesta ordem em que foram apresentados, parecem também revelar os períodos abordados neste primeiro capítulo, da situação colonial em Moçambique, do contexto de formação do nacionalismo moçambicano e da construção da luta armada como única alternativa de combate possível ao jugo colonial.

2º Capítulo | Josina Muthemba: combatente (1962-1975)

Os movimentos por independência em Moçambique emergiram do descontentamento de mulheres e homens diante das situações as quais foram atrelados e oprimidos durante o domínio colonial português. Tais movimentos também expressaram as utopias e aspirações para a construção de uma nova sociedade. As décadas de 1960 e de 1970 constituíram um período em que a esperança dava lugar aos projetos de auto-determinação que há anos vinham sendo idealizados. Neste contexto, as mulheres constituíram o alicerce da guerra de guerrilha que levou o país a independência, tendo participado da persuasão das populações locais em favor do movimento, no transporte de materiais de guerra, no fornecimento da alimentação dos combatentes, na segurança interna combatendo práticas de espionagem, no apoio às atividades clandestinas e na coesão comunitária diante da difícil situação de ameaça e ataques nas zonas em combate¹³⁸. Mas elas comprometeram-se ainda mais. Mulheres de diferentes contextos, do campo e da cidade, do norte ao sul, se juntaram às tarefas revolucionárias e participaram nos combates. Neste capítulo, será apresentada a construção das pautas relativas às mulheres no âmbito dos movimentos organizados e os processos que as levaram a associarem-se em favor de uma nova política. Por isso, será traçado o percurso de fundação da Liga Feminina de Moçambique e, posteriormente, do Destacamento Feminino. Estas instâncias operavam como um espaço de contato, articulação e formulação de reivindicações onde “as mulheres partilhavam as suas experiências e aprendiam que sua opressão individual não era única”¹³⁹. Será trilhado ainda, o percurso de Josina Machel até alcançar o posto de chefe do DF além de enunciar as tarefas e atribuições que desempenhou no cargo. Para tanto, foram utilizados, as resoluções de congresso da FRELIMO e das organizações de mulheres (LIFEMO, DF e OMM), os boletins de informação dos movimentos nacionalistas¹⁴⁰, os documentos da PIDE e periódicos da imprensa moçambicana, em especial a Revista Tempo.

Os documentos informativos gerados durante a atuação da Frente de Libertação na luta por emancipação constituíam-se, em geral, de periódicos para propagação das diretrizes políticas, das informações sobre diferentes departamentos e seções da organização, para a

¹³⁸ CASIMIRO, Isabel. " Paz na terra, guerra em casa": feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Promédia, 2004.

¹³⁹ Entrevista de Amélia Matos Sumbana, professora e chefe do Departamento de Cooperação Internacional no Ministério da Educação. Consultar: Revista Tempo, nº 236, p. 16

¹⁴⁰ Ademais aqueles publicados pela FRELIMO, foram consultados os boletins do Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO) e da União Democrática de Moçambique (UDENAMO).

comunicação interna e externa das estratégias de combate e para a publicização dos avanços e conquistas da luta. Ainda serão abordadas a construção da OMM no contexto da diretriz política de incentivo e apoio partidário as organizações de massa.

O fundo documental da Polícia Internacional de Defesa do Estado, acessados no arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, registra as ações de vigilância e perseguição política exercidas pelo órgão, então vinculado ao Ministério do Interior, entre os anos de 1933 até 1974. À PIDE competia regular as fronteiras - vigiando a entrada e saída de moçambicanos e também estrangeiros do país, sobretudo daqueles considerados indesejados, além de reportar ações de espionagem -, reprimir atuações de natureza política e social contra o estado português, a exemplo da diretriz explícita de combate ao comunismo, entre outras¹⁴¹. Inicialmente, os documentos gerados pelas atividades da PIDE serviam à coleta, organização e transmissão de informações de ordens políticas, correspondendo a conjuntos informacionais decorrentes do funcionamento de uma entidade pública que, redigidos de acordo com observância a certas formas estabelecidas, doavam-lhe força probatória. Em tais documentos, alguns dados que são fixos como, por exemplo, serem encerrados com os dizeres “a bem da nação”. Atualmente, servem como testemunho da orientação política do órgãos e dos empregados que o produziam e como fontes de informação não apenas sobre a atuação da PIDE, mas ainda daqueles que foram seu objeto de investigação. Nota-se que aos funcionários cabia o levantamento de dados avaliados como pertinentes de serem notificados às autoridades de Portugal, tais como informações provenientes da interceptação de cartas, a comunicação dos principais temas abordados pela imprensa e o registro das conferências, congressos e demais reuniões de articulação política da população local que, em seguida, serviriam para balizar as deliberações e atitudes tomadas pelo Ministério do Interior. Pode-se identificar, ainda, que a atuação dos funcionários da PIDE, não raro, falhava no registro preciso da informação, Josina Machel foi nomeada como Joselina, também era recorrente referir-se as mulheres espionadas não pelos seus próprios nomes, mas pelos sobrenomes de seus cônjuges. Parte dos periódicos utilizados na realização desta pesquisa foram coletados pela PIDE, sobretudo as notas da imprensa estrangeira.

No entanto, a maior parte dos materiais de comunicação da FRELIMO circulou secretamente e conseguiu vencer a espionagem do órgão. Por meio de bases digitais, esta

¹⁴¹ Consultar a descrição do fundo documental da PIDE, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4279956>

pesquisa obteve acesso ao Boletim de Informação ¹⁴², publicado em português pelo Departamento de Cultura e Informação com a “necessidade de dar a conhecer o estado actual da nossa justa luta não só ao militante mas também ao exterior as nossas actividades e a orientação da nossa justa luta”¹⁴³. A primeira impressão consultada data de agosto de 1963, até o numero 21, de junho de 1965, quando parece ter sido publicada a última edição. Considerando as impressões acessadas, o Boletim de Informação parece ter sido substituído pelo periódico *A Voz da Revolução*, uma publicação da FRELIMO dirigida a audiência pertencente a Moçambique, com ênfase nas dimensões internas da luta. Para esta pesquisa não foi obtido acesso as primeiras edições, tendo sido consultadas 28 edições a partir do número 27, datada de janeiro de 1972 até a de número 73, de junho de 1981¹⁴⁴.

Publicado em paralelo ao Boletim de Informação entre os anos de 1963 e 1965, o periódico *Mozambique Revolution* cumpriu a função de circular internacionalmente e estabelecer diálogo com instâncias e organizações internacionais. A primeira impressão consultada data de dezembro de 1963 e última, de número 65, em junho de 1975¹⁴⁵. O editorial da primeira edição afirma:

Hoje marca a ocasião da primeira publicação em inglês de "MOZAMBICAN REVOLUTION". Para nós, é um dia de boas vindas. Os apelos de nossos amigos por notícias de e sobre Moçambique têm sido tremendos. Antecede esta nova edição em inglês, publicações em português e quatro idiomas africanos. Todos os esforços foram concentrados na disseminação de notícias e na organização das pessoas. Até agora tem sido impossível financiar uma edição em língua estrangeira, mas com a crescente força da Frente de Libertação de Moçambique e as exigências de notícias da revolução, sentimos agora que não temos alternativa senão trazer uma edição em inglês. O boletim "MOZAMBICAN REVOLUTION" versará sobre a luta contra o regime colonial português, sobre os nossos triunfos e as nossas dificuldades em combater os fascistas. Alguns dos artigos que aparecem serão traduções daqueles usados em nosso boletim nacional, mas, talvez, o mais importante de todos seja explicar às outras nações a posição da FRELIMO em relação aos problemas concretos que diariamente assolam a nossa luta pela independência. Então aqui estamos nós. Para aqueles que nos inspiraram a começar esta publicação, esperamos que ela cumpra a necessidade que vocês sempre expressaram. Para aqueles que estão "apenas observando", esperamos que vocês compreendam nossa necessidade de liberdade e a determinação de conquistá-la tão profundamente quanto nós mesmos a sentimos (tradução livre)¹⁴⁶.

¹⁴² Foram consultados os números de 1 a 21 na coleção da University of California, Riverside Library. Ronald H. Chilcote, disponível na base de dados digital *Aluka*.

¹⁴³ BOLETIM DE INFORMAÇÃO, n. 1, Dar es Salaam, agosto de 1963. p. 10

¹⁴⁴ Os números do periódico *A Voz da Revolução* por vezes se sobrepõem, razão pela qual, a partir do acesso aos arquivos, não foi possível datar com precisão a publicação do primeiro número.

¹⁴⁵ Para esta pesquisa foram encontradas 44 edições (das 65 registradas em arquivos) do periódico *Mozambique Revolution*. Ainda sob o mesmo título foram publicadas 5 edições de Nova Iorque entre 1963 e 1965. Consultar: University of California, Riverside Library. Ronald H. Chilcote, disponível na base de dados digital *Aluka*.

¹⁴⁶No original: "Today marks the occasion of the first English publication of 'MOZAMBICAN REVOLUTION'. For us, it is a welcome day. Appeals from our friends for news from and about Mozambique has been tremendous. Preceding this new English edition are publications in Portuguese and four African National languages. All efforts

A Tempo, por sua vez, foi uma publicação semanal fundada setembro de 1970 por um grupo de jornalistas moçambicanos¹⁴⁷. A revista foi o primeiro periódico ilustrado de notícias em Moçambique e desempenhou um importante papel como meio de veiculação de novas ideias, no registro de eventos políticos e sociais, e como espaço para a expressão de poetas, artistas visuais e fotógrafos. Nela havia seções especializadas sobre esporte, cultura, entre outras, sendo uma feminina, nomeada Tempo da Mulher e assinada por Maria de Lurdes Ferreira em que, na edição de número 2, as reportagens trataram de temas como educação das crianças, cuidado com a pele, moda e culinária. A revista circulou não só em Lourenço Marques (atual Maputo), mas também em todo o território nacional, além de Portugal e outros países de língua portuguesa. Ainda que sujeita à censura do regime colonial português e, portanto, restrita até os acordos de Lusaka em 1974, a Tempo refletiu uma nova perspectiva jornalística, a exemplo da produção de reportagens investigativas. A revista também desempenhou papel relevante como veículo de notícias durante a transição da situação colonial para a independência, dando um forte apoio à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) com a qual foi bastante alinhada em termos de orientação política.

I. Da Liga Feminina de Moçambique ao Destacamento Feminino

A Liga Feminina de Moçambique, organização fundada em 1962 e conectada à FRELIMO, foi a primeira instância registrada como organismo de atuação e deliberação das mulheres

have been concentrated on news dissemination and the organization of the people. Until now it has been impossible to finance an edition in a foreign language, but with the growing strength of the Mozambique Liberation Front and the increased demands for news of the revolution, we now feel that we have no alternative but bring out an English edition. The bulletin "MOZAMBICAN REVOLUTION" will tell of the struggle against Portuguese colonial regime - of our triumphs and of our difficulties in fighting the fascists. Some of the articles appearing will be translations of those used in our national bulletin. But perhaps most important of all will be to explain to other nations the position of FRELIMO in relation to the concrete problems that daily beset our struggle for independence. So here we are. For those who have inspired us to begin this publication, we hope it will fulfill the need you have so often expressed. For those who are "just watching", we hope that you will our need for freedom and the determination to win it as deeply as we feel it ourselves". Consultar: MOZAMBIQUE REVOLUTION, n. 01, dezembro de 1963. p. 2.

¹⁴⁷ Em editorial do número 1 foram nomeados como diretor e diretor-adjunto, respectivamente, Rogério F. De Moura e Rui Cartaxana, o chefe da redação era Mota Lopes. Entre os jornalistas, José Craveirinha era o responsável pela seção de desporto. A fotografia estava a cargo de Ricardo Rangel. Revista Tempo, n. 01, Setembro de 1970. Lourenço Marques: Tempográfica.

nacionalistas e foi dirigida por Selina Simango, ocupando a presidência, e Priscila Gumane, como vice-presidente. Além da participação no Congresso Pan-africano de Mulheres, tais dirigentes viajavam com certa frequência, estabelecendo uma rede de apoio com países ou organizações que colaboraram com as lutas por independência na África. Em 3 de dezembro de 1963, por exemplo, um grupo de mulheres moçambicanas estiveram em Cairo, no Egito, como foi relatado uma semana depois pela agência estadunidense de informações estrangeiras *Foreign Broadcast Information Service* (FBIS). A nota, intitulada “Mulheres moçambicanas são instadas para participar na guerra”¹⁴⁸, comunicava a presença de Priscila Gumane que, em seu discurso, manifestou: “as mulheres não devem esperar pelos homens para que se alcance a libertação, elas também devem pegar em armas para lutar e morrer juntas, ao invés de serem escravas para sempre.”¹⁴⁹ A agência noticiava ainda a publicação de um artigo da sra. Gumane em número da revista *African Association Review*. Segundo os documentos da PIDE, Priscilla Gumane havia sido a proponente da formação de um Destacamento Feminino¹⁵⁰.

Outrossim, no oitavo número do *Boletim de Informação* da FRELIMO, de maio de 1964, foi descrita a viagem de Selina Simango para a China, a convite da Federação das Mulheres Chinesas. De acordo com o boletim, a sra. Simango teve “a oportunidade de ver e compreender os problemas das mulheres chinesas, sua organização e a maneira como elas participam na revolução e como hoje trabalham ao lado dos seus maridos na construção de seu país (...) [considerando-as] um bom exemplo para a mulher moçambicana”. Ainda segundo o *Boletim*, Selina declarou na ocasião que “a mulher moçambicana devia, ao lado do homem, dar também sua contribuição directa na luta contra o inimigo comum pela independência total e completa de Moçambique”. O Boletim encerrava a nota afirmando:

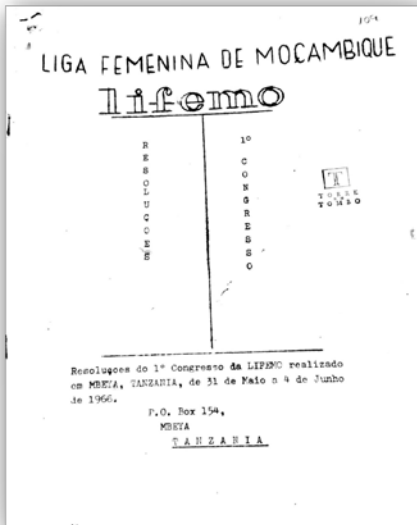
“É com muito prazer que anotamos esta experiência da irmã Selina que constitui mais um estímulo para todas as mulheres Moçambicanas que, desde o início da nossa luta, estiveram sempre prontas a participar directamente nela. Efectivamente os colonialistas portugueses oprimem cegamente mulheres e crianças, e temos vários exemplos de mulheres Moçambicanas que pela sua coragem e determinação conseguiram salvar os seus maridos das mãos da policia fascista portuguesa. Hoje no exílio temos entre nós mulheres que com os seus filhos quiseram seguir os seus maridos para poderem também receber a preparação necessária para o desenvolvimento da nossa luta. mulher

Consultar: MOZAMBIQUE WOMEN URGED TO ASSIST WAR, 12 de dezembro de 1963. in: DAILY REPORT, Foreign Radio Broadcasts (FBIS). p. 110

¹⁴⁹ No original: “Women must not look upon their menfolk for liberation; they also must take up armas to fight and die together rather than be slaves forever”. Consultar: idem, p. 110

¹⁵⁰ PT/TT/SCCIM/A/14/81 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 832

Moçambicana sabe hoje em dia que ela também tem o seu lugar na luta geral do Povo Moçambicano pela Liberdade (grifo do autor)”¹⁵¹



Tais articulações ocorridas no âmbito dos congressos, conferências e outras formas de reunião com movimentos e organizações internacionais antecederam o I Congresso da LIFEMO, sucedido entre maio e junho de 1966, em Mbeya, na Tanzania. O encontro deixou poucos registros escritos e foi retomado de maneiras díspares pela história de Moçambique. A FRELIMO afirma que a esta altura a LIFEMO era uma organização ociosa, segundo Samora, “um fruto podre (...) [que] decompôs-se por si própria (...) Por consequência, para a LIFEMO, falar de emancipação da mulher era apenas um exercício verbal, vazio, uma imitação

do que se fazia no mundo, uma moda superficial”¹⁵². Já os registros da PIDE associam a data de realização do congresso da Liga com a data de fundação do Destacamento Feminino, também tratadas pela polícia portuguesa como uma mesma organização¹⁵³.

No período, Josina Muthemba já havia alcançado a FRELIMO e trabalhava ao lado de Janet Mondlane no Instituto Moçambicano, também já havia entrado em contato com outras militantes, como Deolinda Guezimane¹⁵⁴, importante dirigente nascida em Sofala. Por força das circunstâncias, é provável que estivesse se somado as mulheres na ocasião ou que conhecia bem os termos da discussão e as resoluções aprovadas.

¹⁵¹ BOLETIM DE INFORMAÇÃO, n.8, maio de 1964. Publicado pelo Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO. DAR ES SALAAM, Tanganica

¹⁵² MACHEL, Samora. A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade condição do seu triunfo. Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO. Maputo, Julho de 1979. p. 03

¹⁵³ Sobre o Destacamento Feminino, Isabel Casimiro aponta que foi “constituído por mulheres guerrilheiras, nasceu, ao contrário do que refere a informação oficial, por solicitação das mulheres, confrontadas com a necessidade de defesa e mobilização das populações das zonas libertadas, ou então nas zonas ainda controladas pelo colonialismo”, segundo a autora “foi em 1965, um ano após o início da luta armada, que um grupo de mulheres solicitou treino militar à direcção do movimento, para poder garantir a defesa das populações à sua responsabilidade, e que o primeiro grupo se preparou e constituiu o DF. Todavia, a documentação oficial reporta sua criação durante a sessão do Comité Central, em outubro de 1966”. Consultar: CASIMIRO, Isabel. "Paz na terra, guerra em casa": feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Promédia, 2004.p. 173. Sobre a reunião do Comitê Central de 1966, Consultar: MONDLANE, Eduardo. Lutar por Moçambique. p. 122-123, 130; ZIMBA, Benigna. A mulher moçambicana na luta de libertação nacional: memórias do destacamento feminino. p. 27. Os documentos da PIDE tratam a LIFEMO e o Destacamento Feminino como mesma organização até a fundação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM). Consultar: PIDE DGS SC CI(2) 18114 NT 7811

¹⁵⁴ MALIQUE, Josina e Matusse, Renato. Josina Machel: ícone da mulher moçambicana. p. 77.

Como mencionado no primeiro capítulo, o congresso parece ter sido o primeiro espaço decisório das moçambicanas para, em diálogo com as outras militantes, formular e propôr as estratégias para aplicação das suas pautas de forma auto-organizada. Nas resoluções se fez um chamado “a todas as mulheres de Moçambique (...) para que se organizem ou se unam dentro da LIFEMO”. Assim, a Liga anunciava a instância onde elas poderiam encontrar apoio ao seu próprio engajamento na luta por independência, mas “sob a direção do nosso movimento de Libertação Nacional, a FRELIMO”¹⁵⁵. Salientando a preocupação com a formação das militantes e na busca por incentivar a preparação necessária para “elevar cada vez mais o nível de consciência política e social”, o congresso recomendou “reuniões políticas em toda a parte onde existem mulheres” e pediu para que a FRELIMO tomasse a “responsabilidade da preparação de seus quadros usando as facilidades concedidas pela organização de mulheres de outros países”¹⁵⁶.

A não diferenciação qualitativa entre o trabalho intelectual e o manual foi outro tópico abordado no congresso. Na reunião, solicitou-se o engajamento das mulheres para fomentar ambas competências por meio de “encorajar os filhos a participar nos trabalhos manuais, em casa e na agricultura”; igualmente “na aprendizagem das artes”; e na promoção dos estudos, construindo “nas zonas semi-libertas muitas escolas técnicas”¹⁵⁷. Identifica-se a predisposição das militantes em incentivar as moçambicanas a “marchar lado a lado com os combatentes da liberdade”, apoiando a “luta heróica do povo moçambicano que, de armas na mão, defronta corajosamente as forças do colonialismo português e do imperialismo” e a incorporarem-se “activamente nas tarefas de reconstrução nacional nas zonas semi-libertas, aderindo em massa nas fileiras dos combatentes de liberdade, e a assumirem plenamente aos cargos que lhe forem incumbidos pela Revolução, com firmeza e espírito de sacrifício”¹⁵⁸. Há também uma página que define e delimita a relação entre a LIFEMO e a FRELIMO, proclamando-as como complementares, em que os “objetivos que ambas organizações querem atingir são idênticos”, reconhecendo na frente de libertação um “movimento verdadeiramente revolucionário e vanguarda da luta (...) único movimento com quem deve cooperar em Moçambique”.

Na publicação *A Voz da Revolução*, n. 06, de setembro de 1966, (anexo X) anunciava o Congresso da LIFEMO como de “pleno sucesso” em que o “objetivo principal havia sido alcançado: a adoção de uma nova constituição e o estabelecimento de um vasto programa de

¹⁵⁵ ver anexo X

¹⁵⁶ nota do documento anexo X, RESOLUÇÃO DO 1º CONGRESSO DO DESTACAMENTO FEMININO.

¹⁵⁷ ota do documento anexo X, RESOLUÇÃO DO 1º CONGRESSO DO DESTACAMENTO FEMININO.

¹⁵⁸ ota do documento anexo X, RESOLUÇÃO DO 1º CONGRESSO DO DESTACAMENTO FEMININO.

acção para o interior de Moçambique”¹⁵⁹. O relato do periódico sobre a reunião descreveu Selina Simango como responsável pela realização do discurso de abertura em que, referindo-se a participação das mulheres na luta armada, afirmou:

“Neste mesmo momento em que estou a falar, centenas de mulheres em Moçambique enfrentam com armas na mão o inimigo ou defendem as populações. Algumas delas já deram as suas vidas em batalhas violentas. Muitas mais farão o mesmo. Por isto, nos podemos ver que a mulher moçambicana está a dar a sua completa participação na luta de libertação de Moçambique”¹⁶⁰

Foi anunciada ainda a presença de Eduardo Mondlane, referido como responsável pela “análise das tarefas da mulher moçambicana na revolução, nas áreas semi-libertas, assim como nas regiões ainda sob a administração portuguesa”. Na ocasião, Mondlane teria reforçado como essencial a:

“integração das mulheres na luta armada (...) nas milícias populares (...) nos grupos que transportam material de guerra de uma zona para outra, ou comida ou roupas para combatentes nacionalistas (...) no sistema de comunicação do país para servirem de mensageiros e elementos de contacto entre os guerrilheiros e o povo, fornecendo informações sobre o inimigo. Nos trabalhos de produção (grifo do autor) (...), na produção económica, na agricultura, nas indústrias ligeiras, como fazer roupa, etc. (...) na vida administrativa (...) não só como enfermeira, ou professora, mas também nos importantes trabalhos de planificação e execução dos projetos de desenvolvimento nacional |e| nas zonas ainda não libertadas, a mulher (...) deve receber preparação adequada para trabalhar em condições clandestinas e para desenvolver seus talentos naturais na acção política”¹⁶¹

No entanto, Samora Machel (presidente da FRELIMO após a morte de Mondlane, em 1969) avaliou a LIFEMO como uma organização que “os reaccionários utilizaram |para| as suas esposas” e por isso dela “estavam excluídas as verdadeiras militantes”, revelando-se “um obstáculo à emancipação da mulher, um meio para a manter afastada da participação activa na luta”¹⁶². A referência a LIFEMO como um “clube de esposas” aparece na edição n. 236 da *Revista Tempo*, dedicada ao 7 de abril (Dia da Mulher Moçambicana) e cuja chamada é “Quem foi Josina Machel?”. No artigo sobre a criação da Organização da Mulher Moçambicana, há um trecho intitulado “Porque morreu a LIFEMO e qual o papel da OMM”, em que se afirma:

¹⁵⁹ A VOZ DA REVOLUÇÃO, N. 6, AGOSTO DE 1966, p. 9

¹⁶⁰ *idem* p. 9

¹⁶¹ *ibidem*. p. 9

¹⁶² MACHEL, Samora. O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular: Relatório do Comité Central ao III Congresso da FRELIMO. Avante! 1978. p. 19

“No passado por insuficiências nossas, tivemos experiências que fracassaram e das quais importa tirar lições úteis. A Liga Feminina de Moçambique constituída no exterior do país em 1966 sofria de limitações básicas que a impediram (sic) de desempenhar um papel positivo. Em primeiro lugar, a LIFEMO era uma organização autônoma, independente da FRELIMO. Segundo seus estatutos, a LIFEMO apoiava a FRELIMO mas não estava organicamente ligada a ela e por conseguinte era livre de seguir a linha política que lhe conviesse. Esta situação provocou conflitos que pela forma como se situavam não permitiam uma solução correcta dos problemas. Tratava-se afinal de relações entre duas organizações autónomas ambas de Moçambique”¹⁶³.

A autonomia proclamada pela reportagem parece não corroborar, de modo integral, o que as resoluções do congresso afirmavam, uma vez que a LIFEMO se posicionou com veemência como parte da FRELIMO e também em favor da participação armada das mulheres. Mas, segundo a reportagem da *Tempo*, haveria outro problema com a organização:

“a LIFEMO porque nasceu no exterior não assentou suas bases nas realidades concretas do nosso país. As suas estruturas exportadas do exterior não correspondiam às exigências da nossa luta. Por isso, o divórcio com a realidade foi se acentuando, a LIFEMO foi se estagnando até que na prática acabou por desaparecer”¹⁶⁴.

O final da década de 1960 também foi marcada pela dissidência de Uria Simango, a quem Samora descrevia como “elemento devorado pela ambição de grande cobardia moral e física, [que] era para o inimigo um recruta de grande importância”¹⁶⁵ e Paulo Gumane com a FRELIMO. Os dirigentes, importantes quadros políticos da organização, haviam rompido com o movimento, Paulo em 1965¹⁶⁶ e Uria Simango em 1969¹⁶⁷ e, junto com eles, Celina Simango e Priscila Gumane, o que pode ter influenciado as descrições posteriores sobre a LIFEMO.

¹⁶³ *Tempo*, No. 236. 06 de abril de 1975, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 60

¹⁶⁴ *idem*.

¹⁶⁵ MACHEL, Samora. O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular: Relatório do Comité Central ao III Congresso da FRELIMO. *Avante!* 1978. p. 23

¹⁶⁶ Em documento produzido para a imprensa, em fevereiro de 1965, Paulo Gumane anuncia que a tentativa de unidade da UDENAMO com a FRELIMO havia falhado em razão de uma distribuição injusta de cargos, resultado da centralização de poder promovida por Eduardo Mondlane. Consultar: *Failure of Unity Talks*, 15 de fevereiro de 1965. CHILCOTE, Ronald H. *Emerging nationalism in Portuguese Africa: documents*. Hoover Institution Press, Stanford University, 1972. p. 479.

¹⁶⁷ Uria Simango foi vice-presidente da FRELIMO e membro do Comité Central, tendo assinado pela última vez um documento da organização quando foi realizado o II Congresso da FRELIMO, em 1968. A saída de Simango parece

Como outras instâncias da FRELIMO no começo da década de 1960, a LIFEMO também se constituiu na Tanzânia, e foi com a liga feminina, no acampamento de Nashingwea, que os primeiros trabalhos de mobilização das mulheres tomaram lugar, avançando a luta pelo norte de Moçambique. No período, a organização contou com a presença de um grupo de mulheres de Cabo Delgado e do Niassa, cuja população havia desempenhado um papel fundamental de resistência à presença colonial portuguesa, com a realização de greves e enfrentamentos diretos, como no caso das denúncias ao massacre de Mueda, em 1960, crime humanitário cometido por Portugal na região e que resultou na morte de centenas de pessoas.

Mulheres de Cabo Delgado e do Niassa (que foram registradas nos *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique*¹⁶⁸) parecem ter constituído o primeiro grupo que prestou apoio a entrada da FRELIMO na região norte de Moçambique. O *Boletim de Informação*, 04, de janeiro de 1964, relatou um evento de contestação que resultou na prisão de uma mulher no posto administrativo de Muidumbe, pelos agentes da PIDE¹⁶⁹. Segundo o *Boletim*, ela foi acusada de contribuir com a fuga dos homens de sua vila. Essa espécie de relato é recorrente nas publicações da FRELIMO no período e, em geral, se associam a pedidos de liberdade e incentivo a protestos contrários as práticas dos “cipaios”. No arquivo da Torre do Tombo há um relatório dedicado a conscientizar a administração colonial que o movimento de libertação já contava com dirigentes de ambos os sexos, incentivando a tomada de providência com políticas de atração das mulheres em favor do regime português¹⁷⁰. O governo colonial, provavelmente em resposta a política da FRELIMO de inclusão das mulheres na luta de libertação e a necessidade de atender as cobranças internacionais em relação a adoção de políticas de participação feminina, passou a realizar o congresso das mulheres da África austral, promovido pelo Centro Moçambicano de Estudos Cooperativos e que contava com a presença dos principais quadros políticos da administração colonial portuguesa em Moçambique. Foram registradas mais três edições anuais entre 1970 e 1972¹⁷¹.

ter sido motivada pela disputa em torno da presidência do Movimento de Libertação quando morreu Eduardo Mondlane, em 1969.

¹⁶⁸ RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique*. Volume 1, [Lourenço Marques - Panoramas da Cidade]. O volume 2 chama-se “Lourenço Marques - Panoramas da Cidade”, o vol. 3 “Lourenço Marques - Edifícios Públicos, Portos, Caminhos de Ferro, etc.”, o vol. 4 “Lourenço Marques: Indústrias e Agricultura, Aspectos da Circunscrições, etc.”, o vol. 5 “Gaza e Inhambane - Aspectos Gerais”, o vol. 6 “Distrito de Quelimane - Aspectos Gerais”, o vol. 7 “Distrito de Moçambique - Aspectos Gerais”, o vol. 8 “Tete e Cabo Delgado (Niassa) - Aspectos Gerais”, o vol. 09 “Companhia de Moçambique - A cidade da Beira. Aspectos do território” e, finalmente, o vol. 10 “Raças, Usos e Costumes Indígenas e alguns exemplares da Fauna Moçambicana”. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/AFDCM.aspx>

¹⁶⁹ Ver anexo X

¹⁷⁰ PIDE DGS SC 234 NT 6981 (RELATÓRIO REFERENTE AO PERÍODO DE 16 A 31 DE MARÇO) folha 21.

¹⁷¹ PT/TT/SCCIM/A/12/54/3 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 533 (ÁFRICA AUSTRAL) folhas 91, 92 e 94.

Na pasta da PIDE dedicada a LIFEMO¹⁷² consta uma reportagem em que Veronica Namiva - apontada como uma ex-dirigente da liga feminina - teria se entregado ao governo português. O trecho anuncia a recorrência das disputas em torno não apenas da direção da FRELIMO, mas também concernentes a atividades de ordem sexual. Segundo o registro, Veronica indica Lázaro Kavandame¹⁷³ como o “grande e prestigioso chefe maconde [que] tem sempre razão”¹⁷⁴ e que a situação no interior do movimento havia se complicado com a prática de assédios sexuais, levando a dissidência também de um grupo de mulheres que já não seriam mais “obrigadas a fazer “brincadeira” com a formatura dos soldados”. Também uma carta interceptada pela polícia secreta, de dezembro de 1966 e dirigida ao “chairman” de Mueda, Agostinho Nankuta, são relatadas tais atitudes: “vão aí 3 camaradas a fim de prenderem três raparigas e os rapazes delas porque andam a fazer coisas feias dentro do governo da FRELIMO¹⁷⁵”. Nota-se que a responsabilidade recai sobre as mulheres já que “antes de mas nada, (...) as raparigas acima citadas são “mafreed” que não querem trabalhar. Pedimos o favor de as trocar por duas doutra localidade. A Josefa não quer trabalhar e só deseja casar-se”¹⁷⁶. O relato revela que a participação das mulheres impunham uma política de educação sobre a violência relativa a opressão de gênero e prática sexuais, além de ressoar as questões que envolviam as contendidas dos diferentes grupos nacionalistas do norte e do sul do país.

A PIDE se refere ao movimento das mulheres quase sempre como parte da LIFEMO até a década de 1970 e, embora reconhecesse a existência do Destacamento Feminino, só deixa de mencionar a Liga com a criação da OMM. O Destacamento Feminino, por sua vez, foi criado em uma reunião do Comitê Central, em outubro de 1966, poucos meses após a realização do congresso da LIFEMO¹⁷⁷. De acordo com a reportagem da revista *Tempo*, foi nessa mesma instância que ficou decidida a fusão da Liga com o Destacamento Feminino, em 1967, quando a organização militar passou a constituir a estrutura em que as mulheres da FRELIMO deveriam

¹⁷² Pasta PIDE SC SR 2278/64 NT 3414

¹⁷³ Lázaro Kavandame foi secretário da FRELIMO para a província de Cabo Delgado até 1969 quando o Comitê Central o suspende de suas funções acusando-o de ter organizado o assassinato de Paulo Samuel Khakomba e de estar envolvido em atividades de exploração do povo. Mais tarde, Lázaro é apontado como colaborador do regime colonial português. Consultar: MUIUANE, Armando Pedro. Datas e documentos da história da FRELIMO. Armando Pedro Muiuane Júnior, Moçambique, 2006. p. 115. LARANJEIRA, Lia Dias. Mashinamu na Uhuru: conexões entre a produção de arte makonde e a história política de Moçambique (1950-1974). 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

¹⁷⁴ Pasta PIDE SC SR 2278/64 NT 3414 folha 7

¹⁷⁵ PIDE DGS SC 234 NT 6981 (RELATORIO REFERENTE AO PERIODO DE 16 A 31 DE MARÇO), folha 81

¹⁷⁶ PIDE DGS SC 234 NT 6981 (RELATORIO REFERENTE AO PERIODO DE 16 A 31 DE MARÇO), folha 101.

¹⁷⁷ Consultar: MONDLANE, Eduardo. Lutar por Moçambique, CASIMIRO, Isabel. Guerra em casa, paz na terra. p. 173, ZIMBA, Benigna. Memórias do Destacamento Feminino. p. 28, Malique e Matusse. Josina Machel: ícone da mulher moçambicana. p. 79. MOZAMBICAN WOMEN, Comitê Central, dezembro de 1972, p. 05.

estar organizadas. Referindo-se na terceira pessoa, como se fosse parte da FRELIMO, o autor da reportagem não assinada escreveu:

“a nossa experiência actual demonstrou, porém, que o Destacamento Feminino tem tarefas bem específicas no quadro do exército. Tal fato não lhe permite incorporar outras mulheres que se ocupam das várias tarefas nos diversos programas da FRELIMO e que não estão diretamente ligadas ao Exército”

Conforme Josina Muthemba, a fundação do Destacamento Feminino contou, no seu início, com a presença de um grupo de mulheres de Cabo Delgado e do Niassa e foi resultado não somente da resolução da direção do movimento, mas também da experiência e da atuação feminina que havia se provado bem sucedida nas linhas de frente da luta por independência. Em texto de sua autoria, intitulado “O papel da mulher na revolução” e publicado pela FRELIMO, Josina afirmou que “as mulheres devem ter um papel mais activo na luta pela libertação nacional, em todos os níveis” participando armadas “como os homens no combate”. Ao relatar a experiência das primeiras combatentes do DF, Josina disse que “com frequência as atividades militares das mulheres era concentrada na defesa das zonas libertas, liberando os homens para as atividades das zonas de avanço”. Ainda segundo a combatente, as mulheres atuavam “no departamento de segurança, constantemente atentas as infiltrações de inimigos”. Havia também aquelas que “preferiam os combates mais ativos nas zonas de avanço |sobre os territórios dominados pelo colonialismo português| lutando junto aos homens na colocação de minas e nas emboscadas, onde provaram a capacidade e coragem de qualquer outro homem combatente”¹⁷⁸.

¹⁷⁸ No original: Women’s military activities are usually concentrated in the defense of the liberated areas, thus freeing men for offensive activities in the zones of advance (...) We also have women working in the Department of Security constantly on the look out for enemy infiltration (...) many of the women prefer the more active combats in the advance zones and choose to fight alongside the men in the ambushes, and mining operations, where they proved themselves as capable and courageous as any of their male comrades”. in: MOZAMBICAN WOMEN, Comitê Central, dezembro de 1972, p. 05.”



Para Josina Abiatar Muthemba, o Destacamento Feminino - formalmente anunciado no II Congresso da FRELIMO, em maio de 1968 - resultava do amadurecimento da formação política e militar das mulheres. A atuação das mulheres havia começado como prefiguração de suas práticas políticas no processo revolucionário e revelava não somente poder de iniciativa, mas ainda, a capacidade das mulheres de cumprir as mais diferentes tarefas¹⁷⁹. Aliás, em muitos aspectos, a presença de combatentes armadas serviu como uma forma crítica de educação política para “acabar com os mitos sobre a incapacidade inata das mulheres”¹⁸⁰. Entretanto, o pequeno número de mulheres – quando em

comparação ao número de homens – que atuavam nos destacamentos militares fez com que a contribuição delas “embora altamente efetiva nos campos de combate, (...) tem sido menos digna de nota”¹⁸¹. Josina Muthemba foi delegada do II Congresso da FRELIMO e, após sua atuação em defesa das organizações femininas no interior do movimento, alcançou o posto de chefe da seção das mulheres no departamento de negócios estrangeiros. Sua atuação ficou marcada pela articulação de apoio e financiamento, em especial com organização internacionais, para a construção de orfanatos que pudessem receber as crianças que, por situação da guerra, estiveram afastadas de sua família. Segundo a transcrição de um dos seus discursos para a base central, em reunião de 1971, Josina anuncia a questão:

“nós compreendemos muito bem as dificuldades que as camaradas têm na realização de certas actividades por causa das crianças. Nós também sabemos que as camaradas têm vontade de trabalhar, mas que não o podem fazer porque as circunstâncias em que se encontram às vezes não facilitam, e por nós estarmos a par disso, dirigimos-nos às camaradas para estudarmos em conjunto o plano e daí começar a trabalhar”¹⁸².

¹⁷⁹ MOZAMBIKAN WOMEN, Comitê Central, dezembro de 1972, p. 07.

¹⁸⁰ idem, p. 08

¹⁸¹ No original: “although highly effective in the field of combat, their contribution has been less noticeable (just because of their relatively small number compared with the men”. in: MOZAMBIKAN WOMEN, Comitê Central, dezembro de 1972, p. 05-6

¹⁸² Tempo, No. 236. 06 de abril de 1975, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 10

O plano adotado em relação a situação das crianças previa a criação de centros educacionais em todas as zonas de combate, já que o orfanato modelo, em Tunduro, não cumpria a demanda das mães guerrilheiras que não queriam deixar seus filhos em regiões distantes daquelas em que atuavam.

A fundação do DF ora aparece associada a uma pressão das mulheres militantes por uma organização específica, como parte da ação de reivindicar a igualdade de atuar armadas durante a guerra; ora como ferramenta utilizada para mobilizar as mulheres a se juntar à luta de libertação e apoiar as novas bases da FRELIMO nas zonas libertas. Segundo Josina, o papel das mulheres foi estratégico “na mobilização e na educação política da população e também dos combatentes (..) explicando a necessidade de lutar, contra quem, por quais razões, com quais objetivos e porque escolheram a luta armada como único meio para a independência”¹⁸³.

A atuação das mulheres oriundas de zonas agrícolas foi mais numerosa e parte delas tinha menos de 18 anos quando foi formado, em Nachingwea, o primeiro centro de preparação política e militar com a presença feminina. No entanto, importa notar que parte expressiva das dirigentes de alta patente, seja na LIFEMO ou no DF, faziam parte de uma elite local, com acesso à escolaridade formal e que viveram próximas das cidades maiores, como Lourenço Marques (Maputo), Beira e mesmo Cabo Delgado.

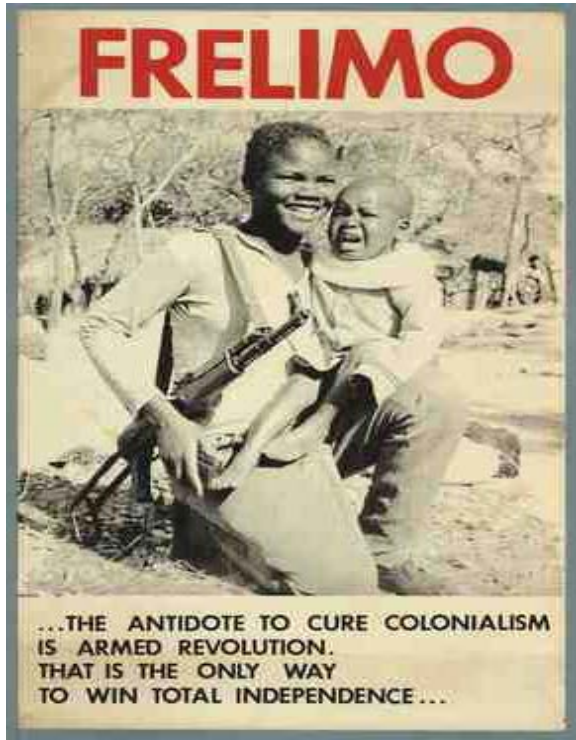
De acordo com Manuel Tomé, chefe parlamentar e ex-secretário geral da FRELIMO, um debate ocorreu dentro do movimento, “tentando dar às mulheres o seu lugar adequado”. Segundo ele, o DF foi um “ponto de viragem para as mulheres na FRELIMO” cujo papel não mais era cuidar de crianças e idosos, mas também “ser combatentes da liberdade”¹⁸⁴. De fato, as pesquisas apontam que o envolvimento das mulheres na guerra deu maior legitimidade a luta por independência da FRELIMO¹⁸⁵.

¹⁸³ MOZAMBICAN WOMEN, Comitê Central, dezembro de 1972, p. 05-6

¹⁸⁴ Tempo, No. 236. 06 de abril de 1975, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 63

¹⁸⁵ ARNFRED, Signe. *Sexuality & gender politics in Mozambique: rethinking gender in Africa*. Boydell & Brewer Ltd, 2011. CASIMIRO, Isabel. "Paz na terra, guerra em casa": feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Promédia, 2004. DISNEY, Jennifer Leigh. *Women's Activism and Feminist Agency in Mozambique and Nicaragua*. Philadelphia: Temple University Press, 2008. p. 50.

Entre os anos de 1969 até 1973, as mulheres tiveram como instância organizativa



apenas o Destacamento Feminino, um braço armado do Exército. Outrossim, as atividades militares cresceram em número de mulheres ativas, com a criação de novas bases de destacamentos femininos nas zonas ocupadas. É a partir deste período, que passa a ser divulgada a imagem da mulher empunhando armas nos veículos de comunicação da FRELIMO. Na capa do periódico *Mozambique Revolution*, n. 55, de 1973, ilustra-se uma mulher que, marchando ao lado de um homem, empunha um livro em uma das mãos enquanto a outra porta uma arma espingarda.

Depois de atuar próxima ao destacamento armado, Josina se casou com Samora Machel (então Secretário do Departamento de Defesa da FRELIMO), em maio de 1969 e, após o matrimônio, sua imagem passa a ser vinculada à do combatente, em geral, retratados juntos e vestidos com o uniforme militar. Mais tarde, em 1970, Samora é eleito presidente da FRELIMO¹⁸⁶ e adota de modo explícito uma orientação política de caráter marxista-leninista, concentrando esforços nas organizações de massa, centralizadas pelas diretrizes do movimento de libertação. Nas palavras de Samora:

O partido que propomos criar é o partido de vanguarda da aliança operário-camponesa. Sob a direção da classe operária a FRELIMO reúne, numa aliança voluntária e militante, os operários, o campesinato, os soldados, os intelectuais revolucionários e outros trabalhadores, forjados e temperados na luta do homem pelo o homem, pela vitória dos interesses populares. A FRELIMO guia-se pela síntese das experiências revolucionárias do povo moçambicano com os princípios universais do marxismo-leninismo, nomeadamente no que respeita seus princípios, organização e métodos de trabalho.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Samora Machel assume a presidência após a morte, em 3 de fevereiro de 1969, de Eduardo Mondlane. As circunstâncias do atentado a bomba que o levou a morte não foram explicadas e constitui ainda hoje fato de grandes controvérsias.

¹⁸⁷ MACHEL, Samora. O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular: relatório do Comité Central ao III Congresso da FRELIMO. Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO, 1978. p.90

Sob sua direção, “as massas populares” foram “enquadradas nas organizações democráticas de massas” constituindo-se em “base de recrutamento e o centro de formação e aperfeiçoamento contínuo dos militantes do Partido”¹⁸⁸. Assim, às organizações da mulher e da juventude se juntariam novas associações de escritores, jornalistas, pesquisadores, as cooperativas camponesas, entre outras. A vontade política de Samora Machel foi compreendida de modos díspares, se parte da militância concordava com as novas diretrizes do movimento de libertação, parte dos setores organizados entenderam na orientação uma maneira de atrelar e controlar todos os movimentos de contestação em Moçambique, anulando as divergências políticas no âmbito da própria FRELIMO.

Para Jennifer Disney, as mulheres foram convidadas a participar do processo revolucionário para alcançar os objetivos nacionalistas dos líderes revolucionários e depois modernizar a imagem das mulheres – e assim também da luta anticolonial – não necessariamente para alterar o processo ou a visão revolucionária em si. Assim, segundo a pesquisadora, a compreensão da realidade a partir da orientação política adotada com o marxismo-leninismo da FRELIMO limitou a compreensão teórica da emancipação feminina, vista como necessária apenas para integrar as mulheres no quadro dos domínios da defesa militar e da produção econômica, sem questionar o quanto essa estratégia poderia ser efetiva para a emancipação das mulheres¹⁸⁹.

Importa notar que a constituição do Destacamento Feminino se relacionou as transições políticas ligadas ao início da luta armada em 1964, contudo, os discursos e ações para as mulheres manteve-se notavelmente semelhantes entre o DF e a LIFEMO já que em ambas o movimento de mulheres e mesmo seus interesses parecem ter sido subordinado a luta anticolonial. A questão que se arrolava entre o reconhecimento da importância da atuação feminina no DF e uma busca pelo alargamento da igualdade e da liberdade nas diversas dimensões societárias no período da luta armada foi relegada a uma categoria secundária, uma vez que, no período, parceria dominar, mesmo com a participação das mulheres, o interesse em conquistar a independência do regime colonial português. Foi em meio as demandas crescentes em relação à pautas próprias - que haviam sido abertas com a participação feminina na luta - que Josina Machel morreu, aos 25 anos, em 7 de abril de 1971 e na data passou a ser celebrado o Dia da Mulher Moçambicana. Embora Josina tenha sido tratada no hospital Muhumbili, em

¹⁸⁸MACHEL, Samora. O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular. Relatório do Comité Central ao III Congresso da FRELIMO. Avante!: 1978.p.110-111

¹⁸⁹ Idem. p. 72

Dar-es-Salaam, não se sabe a causa que levou ao seu adoecimento. A notícia foi recebida com grande comoção e seu sepultamento realizou-se na Tanzânia, no dia 10 de abril¹⁹⁰. Em razão da ausência de Samora Machel, foi Marcelino dos Santos quem conduziu as palavras de despedida, exaltando-a como

“exemplo vivo da mulher moçambicana na construção da nova sociedade, incansável nos trabalhos duros da Revolução; tribalismo e racismo foram seus inimigos e boatos não conhecia (...) o seu trabalho será para nós guia inesquecível na luta que ela nos deixou para continuar”¹⁹¹.

Jornalistas, organizações internacionais tais como a Organização da Unidade Africana, a União Nacional Africana de Tanganica (atual Tanzânia), mulheres do Destacamento Feminino, poetas, entre outros, escreveram sobre a atuação da combatente. A FRELIMO, por ocasião do aniversário de 10 anos da morte de Josina, reuniu em uma única brochura¹⁹² as demonstrações de reverência e afeto a ela realizados. A publicação conta com poemas de sua autoria, de outros poetas e também de Samora Machel em que expressa a importância da sua memória de combatente para incentivar as mulheres a continuarem na luta:

“As flores que caem da árvore vêm preparar a terra
Para que as novas e mais belas flores cresçam na estação seguinte
A tua vida continua naqueles que continuam a Revolução”¹⁹³

De forma semelhante, em 1972, uma nota do Departamento de Defesa da Frente de Libertação de Moçambique emitiu o seguinte comunicado:

“Parece estranho comemorar a morte de alguém. Mas neste caso é importante fazê-lo, para que nosso povo seja animado pelo exemplo da Camarada Josina na luta pela libertação nacional, para a construção de uma nova sociedade e, particularmente, pela emancipação e integração da Mulher na Revolução... Os obstáculos criados pelos preconceitos reaccionários sobre a mulher, existentes na sociedade tradicional ou trazidos pelo colonialismo, começam a ser afastados pelo exemplo da Camarada Josina que protestou abertamente contra eles... Por ocasião do primeiro aniversário da sua morte, o Departamento de Defesa deseja exprimir a sua profunda admiração e respeito

¹⁹⁰ O corpo de Josina e de outros combatentes foi repatriado à Moçambique e seus restos mortais enterrados em cerimônia ecumênica na praça dos Heróis, em Maputo.

¹⁹¹ ¹⁹¹ Tempo, No. 236. 06 de abril de 1975, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 58

¹⁹² anexo X

¹⁹³ anexo X

pela coragem total, determinação e espírito revolucionário patenteados durante a vida pela Camarada Josina”.¹⁹⁴

Ainda hoje, anualmente, o mês é tomado por comemorações reafirmando a construção de Josina Machel como uma heroína da revolução.

II. A Organização da Mulher Moçambicana

A OMM foi criada por decisão do Comitê Central da FRELIMO, em reunião de 1972, quando a participação feminina passou a ser oficialmente submetida à estrutura do partido, integrada ao comissariado político como uma organização de massas, com atuação nacional. Segundo reportagem da Revista Tempo, “após estudo cuidadoso da situação da mulher e constatando que a mulher moçambicana se torna cada vez mais consciente da sua condição, como atestam a mensagens das províncias enviadas nesse sentido, o Comitê Central decidiu formar uma Organização da Mulher Moçambicana”¹⁹⁵.

Entre os dias 4 e 16 de março do ano seguinte, realizou-se o primeiro congresso da OMM em que se estabeleceu o objetivo de “dinamização, uniformização e consolidação da Organização da Mulher Moçambicana”¹⁹⁶. Cabia à organização selecionar quadros políticos que permitiriam a “confiança das massas”, não podendo estar envolvidas em “qualquer forma de corrupção, como adultério, prostituição, devendo ser exemplares no seu comportamento”¹⁹⁷ e “o enquadramento e orientação da mulher moçambicana em geral na batalha pela emancipação da mulher e pela Revolução (...) mobilizando a opinião internacional em favor da nossa luta”¹⁹⁸. De acordo com a direção do partido:

“a mulher para se emancipar necessita de um engajamento político consciente. Isto quer dizer, concretamente, no nosso caso, que a mulher, para se libertar, deve assumir e viver criadoramente a linha política da FRELIMO, compreendida, assumida e vivida no detalhe do quotidiano que fornecerá a organização e a mulher, o sentido necessário da vigilância para detectar no embrião a mais pequena ofensiva ideológica. Mas no combate da mulher os obstáculos maiores provirão da própria mulher, pelo seu hábito de dependência, pela sua

¹⁹⁴ Tempo, No. 236. 06 de abril de 1975, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 8

¹⁹⁵ Tempo, No. 236. 06 de abril de 1975, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 60.

¹⁹⁶ MUIUANE, Armando Pedro. Datas e documentos da história da FRELIMO. Armando Pedro Muiwane Júnior, Moçambique, 2006. p. 315.

¹⁹⁷ idem

¹⁹⁸ ibidem.

passividade, pelo peso que traz da velha sociedade (...) A linha política da FRELIMO é a plataforma da unidade da mulher moçambicana, mas contra ela se erguem o tribalismo, o regionalismo e o racismo”¹⁹⁹.

As combatentes do DF passaram a constituir “o corpo político-armado” e a OMM, em contrapartida, a organização que “engaja todas as mulheres, das que até hoje se encontram à margem da luta até aquelas que se encontram na frente da saúde, da educação, produção, etc.”. Segundo as diretrizes partidária, “entre os dois sectores as relação são de complementaridade e ajuda mútua, o Destacamento Feminino aparecendo como uma força motriz, uma fonte de quadros, a OMM como uma força mobilizadora que faz crescer as nossas bases”²⁰⁰.

A fundação dos movimentos de mulheres no âmbito da luta anticolonial em Moçambique criou, desde o início, um tensionamento entre autonomia e adesão às organizações mais centralizadas, como a OMM. Durante os anos de 1960 e 1970, as instâncias de atuação das mulheres foram ativas e participativas, mas não tiveram soberania para formular, de modo independente, sobre as diferentes dimensões da opressão das mulheres, tampouco liberdade para tomar suas próprias decisões. Embora fosse de fato reconhecida a importância da atuação feminina, parece bastante limitado o espaço que as mulheres tinham para compreender e examinar noções de emancipação a partir de uma perspectiva de gênero ou feminista. Em geral, suas capacidades de ação, tomada de decisão, eleição de líderes e mesmo de emissão de declarações públicas pareciam submetidas ao Comitê Central, onde a participação das mulheres, conquanto existente, não constituía número significativo para moldar as políticas e diretrizes partidárias em favor das suas próprias pautas.

Os temas debatidos nas conferências da OMM foram invariavelmente determinados antes pelo Comitê Central, deixando entrever uma abordagem eclipsada sobre as questões que permeavam a vida das mulheres. É simbólico notar que o principal documento de discussão do Congresso da OMM de 1973 seja, na verdade, o discurso do então presidente Samora Machel, mais tarde publicado em diferentes formatos. Intitulado “A Libertação da Mulher é uma necessidade da Revolução, garantia da sua continuidade e condição do seu triunfo”, o discurso trata de questões fundamentais. Samora defende o acesso das mulheres a educação: “em toda a parte vemos que o analfabetismo é sempre superior nas mulheres que, embora constituam a maioria da população, aparecem sempre como minoria nas escolas, nos liceus, nas

¹⁹⁹ *ibidem*. p. 316

²⁰⁰ *ibidem*. p. 319

universidades”²⁰¹. Aborda também a dupla opressão e a violência de gênero: “duma maneira geral, no seio da sociedade, ela [a mulher] aparece como o ser mais oprimido, mais humilhado, mais explorado. Ela é explorada até pelo explorado, batida pelo homem rasgado pela palmatória, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão e do colono”.

No entanto, anuncia como tarefa das mulheres a formação da mentalidade das crianças e caracteriza a opressão que vivem como parte da dominação “das camadas privilegiadas”. Para o presidente, embora com “qualidades particulares”, a mulher é também “um produtor, um trabalhador” e sua força produtiva foi apropriada “sem resistência pelo esposo, que é amo e senhor”. De acordo com o discurso, “o ponto de partida da exploração da mulher e sua consequente opressão se encontra no sistema de propriedade privada dos meios de produção, no sistema de exploração do homem pelo homem”. Transformar a situação, nesse contexto, passava por negar o tribalismo, as práticas chamadas obscurantistas e engajar as mulheres nas tarefas da produção.

Fragments do discurso passam a ser reproduzidos por dirigentes moçambicanas, anunciando a força das palavras de Samora Machel. Em entrevista concedida a Revista Tempo, por exemplo, Deolinda Guezimane²⁰², importante quadro da OMM, ao responder a pergunta do jornalista sobre qual seria o papel da mulher na revolução, duplica partes inteiras da fala de abertura do presidente da FRELIMO²⁰³. No entanto, há um relevante trecho de seu depoimento em que afirma ser necessário compreender que a libertação da mulher não poderia aguardar a independência de Moçambique e que não é uma pauta artificial e imposta pela FRELIMO. Ao final, Deolinda atesta que “como sabemos, a nossa tarefa fundamental é a produção agrícola, base principal do nosso movimento. Portanto, a OMM tem a tarefa de organizar e mobilizar as mulheres a participar na produção”²⁰⁴.

Observa-se que a idéia de emancipação da mulher da OMM esteve associada à envolvê-las no processo de produção econômica para a “Reconstrução Nacional”²⁰⁵. A organização, em

²⁰¹ MACHEL, Samora. A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade condição do seu triunfo. Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO. Maputo, Julho de 1979. p. 04.

²⁰² Sobre a atuação de Deolinda Guzimane, consultar: ZIMBA, Benigna. Memórias do Destacamento Feminino. Vol 1. OMM: 2016.

²⁰³ Tempo, No. 287. 04 de abril de 1976, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 44.

²⁰⁴ Tempo, No. 287. 04 de abril de 1976, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 45.

²⁰⁵ O programa de “Reconstrução Nacional” foi implementado pela FRELIMO logo após a independência e, entre outras diretrizes, advogava a eliminação de determinadas práticas tradicionais sob o pretexto, também defendido pela OMM, de que estas contribuíam para acentuar a discriminação das mulheres. Consultar: Discurso de Samora Machel na proclamação da independência, 25 jun de 1975. Disponível em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/DECLARA%C3%87%C3%830-DE-INDEPEND%C3%8ANCIA-DE-MO%C3%87AMBIQUE-DE-25-DE-JUNHO-DE-1975.pdf>. Consultado em: ago, 2016

consonância com a direção do partido, estabeleceu como prioridade envolver as mulheres em “trabalho socialmente produtivo e coletivo”, encorajando-as a participar das aldeias comunais, a se juntar às cooperativas e adotando estratégias de inclusão das mulheres no mercado de trabalho assalariado. A questão que se coloca é o que constitui “trabalho socialmente produtivo” do ponto de vista da OMM e da FRELIMO, uma vez que parte significativa das mulheres já estavam envolvidas na agricultura familiar de subsistência. É possível interpelar o quanto tal pauta era de fato inovadora, o quanto propunha uma modificação concreta nas relações assimétricas de trabalho, de acesso ao poder e de autonomia sobre o corpo entre homens e mulheres, também se acrescentava direitos e liberdades às moçambicanas.

Na capa da Revista Tempo, de 11 de abril de 1976, lê-se “é preciso definir o inimigo da mulher”, a chamada ecoa as palavras anunciadas por Samora Machel em reunião com as mulheres da OMM por ocasião do Dia da Mulher Moçambicana. De acordo com o periódico, seu discurso para a plateia de cerca de 300 moçambicanas foi transcrito na íntegra. Nele, o presidente questiona “quais são os fatores que permitiram ao homem ser pouco mais desenvolvido que a mulher?”, para responder declara:

“parece-me que entraremos como base na divisão de tarefas. Há um certo trabalho que impulsiona o crescimento de nossa consciência, impulsiona o desenvolvimento do cérebro do homem. Esse trabalho é que permite a tomada de consciência rápida (...) de que somos vítimas de qualquer coisa. Em geral, todos nós somos oprimidos, todos nós éramos (...) somos colonizados. Mas o explorado gosta de ter o seu explorado muita das vezes. O oprimido gosta de ter seu oprimido. Esta para nós é uma questão central. A definição correcta do nosso inimigo”²⁰⁶

O adversário da mulher, para Samora, era o tribalismo, a tradição e o conservadorismo já que “sobretudo ao nível da mulher (...) há muito conservadorismo. Há muita tradição no seio da mulher, há muito divisionismo no seio da mulher, há muito desprezo e discriminação no seio da mulher”. Tais razões foram sublinhadas como os maiores obstáculos ao desenvolvimento feminino, exigindo das militantes organizadas no interior da OMM a realização do balanço de suas atividades e o cumprimento daquelas que já havia sido estabelecidas como, por exemplo, a limpeza da cidades:

“não queremos capulanas estendidas nas varandas dos prédios. Cabe às mulheres organizarem a tarefa de limpeza de nossas cidades. É preciso ter higiene nas vossas residências.

²⁰⁶ Tempo, No. 288. 11 de abril de 1976, 72 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 17.

Em qualquer sítio. (...) Cabe principalmente à mulher essa tarefa. Vamos desligar os homens da fabrica para virem varrer?"²⁰⁷

Vê-se que, à guisa dos discursos de igualdade, era responsabilidade das mulheres as tarefas relacionadas ao espaço doméstico. Ainda conforme Machel:

“nós criamos a organização da mulher na certeza absoluta que só com a evolução, com o desenvolvimento, com a emancipação da mulher nos levaríamos vitoriosamente as nossas tarefas revolucionárias. Estávamos conscientes de que a mulher é a responsável de todas as gerações. É a mulher que está em contacto permanente com as crianças. É a mulher que transmite as ideias revolucionárias às crianças devido ao seu contacto e à sua responsabilidade particular.”²⁰⁸

Outros problemas apontados são “o complexo de inferioridade que destroem a capacidade de iniciativa (...) e aí não há branca, não há preta, não há mulata, toda mulher tem os seus complexos” e o ponto em comum a todas elas, indicado como “o espírito do conflito” que, em razão dos

“problemas individuais, por causa dos problemas individuais (...) as mulheres podem criar conflitos entre elas com muita facilidade e não tem a facilidade de eliminar os problemas no seio delas (...) uma é capaz de virar a cara porque está ao lado de uma inimiga dela (...) e muitas vezes por causa de nós homens”²⁰⁹.

Depois dessa avaliação, Samora pergunta se tais posturas corroboram a tarefa prioritária da reconstrução nacional e anuncia a mais essencial delas “a destruição das estruturas colonialistas e estruturas capitalistas”.

Segundo Merle Bowen, a solução proposta pela FRELIMO e adotada pela OMM foi inadequada para endereçar a opressão que sofriam as mulheres. Para a pesquisadora, as estratégias agrárias que foram parte da reconstrução nacional da FRELIMO - cujo foco residia em uma estrutura hierárquica, de larga escala, no âmbito do modelo de produção próprio da fazenda estatal - contrariava a experiência das populações locais de produção descentralizada, de pequena escala, em modelo de agricultura familiar²¹⁰. Igualmente, conforme Bowen, em um país onde parte significativa do trabalho agrícola sempre foi realizado pelas mulheres, uma

²⁰⁷ Tempo, No. 288. 11 de abril de 1976, 72 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 21.

²⁰⁸ Tempo, No. 288. 11 de abril de 1976, 72 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 17.

²⁰⁹ Tempo, No. 288. 11 de abril de 1976, 72 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 17.

²¹⁰ BOWEN, Merle L. *The State Against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*. Charlottesville: University Press of Virginia, 2000. p. 13

política modernizadora de tão grande magnitude e controle estatal significava a restrição dos espaços em que sua atuação operava com alguma autonomia.

Por força do peso dado ao caráter econômico da libertação da mulher, as questões culturais foram assumidas como subalternas e, algumas vezes, até mesmo impeditivas à superação da opressão que atingia as moçambicanas. Quando endereçadas, carregavam um peso moral que silenciava uma reflexão mais aprofundada, como o foi caso com o consumo de bebidas alcoólicas e com a prostituição que, para Samora Machel, eram “situações bastante vergonhosas, que humilham e desprestigiam a mulher moçambicana” que “nos finais de semana, participam de bailes organizados com muita bebida alcoólica, dançam, vão apagando as luzes, vão tirando as roupas (...), orgia, nós combatemos isso”.

Foi somente na 2ª conferência da OMM, em 1976 (um ano após a independência de Moçambique), que o conteúdos culturais foram mencionadas na pauta de discussão da organização. Na reunião, além da questão sobre a “mulher ociosa”, foram tratados os temas concernentes ao tribalismo, à atribuição de posições de inferioridade das mulheres, mães solteiras e mulheres divorciadas quando em comparação aos homens, as práticas de sexualidade e adultério:

“O obstáculo principal das mulheres revolucionárias que as impede de participar plenamente no processo revolucionário é a resistência continuada de práticas tradicionais e coloniais que reforçam o sentimento de inferioridade das mulheres e as mantem em uma posição subordinada. Estes incluem ritos de iniciação, casamentos de crianças, pagamento de dote ou lobolo, a poligamia, a superstição e obscurantismo, a prostituição, o alcoolismo e o liberalismo burguês e da corrupção sexual. Além disso, as mulheres que estão envolvidas em atividades socialmente produtivas estão na vanguarda da luta; sua confiança recém-encontrada em sua capacidade de trabalho e sua inteligência obriga-as a lutar activamente contra qualquer coisa que impede o desenvolvimento de sua iniciativa criadora”²¹¹.

Entretanto, a abordagem de foco moralizante, silencia tópicos como liberdade religiosa pagamento do lobolo, expressão de diferentes orientações sexuais, entre outros, que exigiria uma disposição da OMM e da FRELIMO de enfrentar pautas complexas. Destarte, é possível identificar a reafirmação diretriz da libertação da mulher a partir do trabalho.

²¹¹ Documento da OMM, boletim nº 17, ano 5. Consultar: ARNFRED, Signe. *Sexuality and Gender Politics in Mozambique: rethinking gender in Africa*. Suffolk: Nordiska Afrikainstitutet; Uppsala: James Currey, 2011. p. 70

O modo como a OMM apresenta a prática do lobolo, ao não se debruçar sobre as múltiplas dimensões do ritual, acaba por convertê-la em “monetarização da mulher”²¹² em que o “preço da noiva” representa a perda de determinação da mulher sobre sua força de trabalho. Entretanto, o lobolo foi também associado a união simbólica entre famílias, tendo o dinheiro sido introduzido durante a situação colonial, modificando sua simbologia. Nesta chave de análise, é importante perceber como a construção histórico-sociológica destas categorias leva a rupturas explicativas que se atenam a esquemas binários. O lobolo é uma forma de coesão comunitária que permite identificar o espaço social e político das mulheres e a OMM poderia ter se incumbido de considerar como a prática do ritual apresentava diferentes dinâmicas entre diferentes forças da sociedade. Mas a FRELIMO e a OMM desejavam integrar as mulheres no campo de defesa e produção, mesmo que circunscrevendo seu entendimento sobre a emancipação feminina.

As lacunas que abalizaram uma formulação teórica sobre a emancipação das mulheres em Moçambique e suas práticas organizativas, bem como a centralidade do partido nas instâncias de organização feminina, parecem ter constituído os fatores que interditavam a autonomia das moçambicanas para desenvolver uma análise de gênero ou mesmo feministas sobre suas próprias opressões. A adoção da orientação marxista, no modelo que sobrepunha a luta de classes à outras dimensões da opressão, foi repreendida por teóricas feministas (inclusive marxistas) precisamente no que tange a origem da subjugação da mulher, sua perpetuação e os meios adotados para a sujeição. O foco no trabalho produtivo, em geral, definido como o trabalho assalariado, ocultava a importância de compreender as dimensões envoltas no trabalho reprodutivo, não remunerado, associados ao âmbito doméstico²¹³. A inserção das mulheres na tarefa da “reconstrução nacional”, segundo as diretrizes políticas adotadas pela FRELIMO e pela OMM, não modificava a dupla jornada, senão antes a reafirmava. Tais orientações, reduziu todas as formas de opressão material à opressão econômica, permitindo aos homens relegar as mulheres as tarefas vistas como menos importante. É legítimo questionar se de fato havia espaço para ampliar a reflexão em torno da emancipação da mulher, pois suas pautas específicas não encontraram lugar mesmo após a ruptura oficial com a situação colonial. foram vistas apenas como meio para uma ruptura da situação colonial.

A conquista da independência em Moçambique revelou que a emancipação das mulheres não operaria de modo automático e a ausência de autonomia por parte das

²¹² DISNEY, Jennifer Leigh. *Women's Activism and Feminist Agency in Mozambique and Nicaragua*. Philadelphia: Temple University Press, 2008. p. 112

²¹³ Sobre trabalho produtivo e reprodutivo, ver: WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

organizações das mulheres parece respaldar o insucesso da implementação de suas pautas específicas. Com isso, não pretende-se afirmar apenas que elas foram subsumidas e consideradas secundárias em relação aos líderes revolucionários, mas compreender como suas reivindicações e as lutas que travaram para se fazer consideradas, pode recuperar as agências, inclusive individuais, e uma narrativa que permita expôr suas vozes.

As organizações femininas passaram por direções diferentes e experimentaram conjunturas distintas no período de suas existências; é certo que não mantiveram a mesma concepção, mas operaram de modo bastante similar e, em todas elas, não parece ter sido encontrado o caminho que levaria a emancipação da mulher. Dois aspectos parecem ser importantes para a compreensão do período abordado neste capítulo. O primeiro é que a participação de categorias de gênero no trabalho produtivo e reprodutivo. A organização também poderia ter se debruçado sobre as estruturas que permitiram que o trabalho continuasse a desempenhar um papel tão determinante nas relações de poder e desigualdade entre mulheres e homens. O segundo é que o processo de mobilização, participação e organização das mulheres no ativismo político foi uma experiência transformadora para as mulheres nos ambientes públicos e privados, moldando seus próprios relacionamentos e o entendimento de suas agências que, até então, não foram definidas como feminista.

Conquanto as mulheres tenham sido participativas e conseguido se colocar como combatente na luta armada, constituindo efetivamente para as conquistas dos movimentos nacionalistas, a exemplo da atuação de Josina Machel, as noções sobre uma emancipação feminina e as práticas de organização em torno de gênero não permitiram às mulheres a autonomia para desenvolver uma análise própria de sua própria opressão ou não foi dado o espaço para que essa análise se impusesse. Em particular porque a linha política foi de integração das mulheres nos campos de defesa e de produção, sobrepostas a emancipação dentro da esfera reprodutiva da família - incluindo a agricultura familiar, o trabalho doméstico não remunerado, o papel maternal, a autonomia reprodutiva e a violência doméstica. A adoção da FRELIMO em torno de uma análise marcadamente baseada na luta de classes que ofereceu pouca ou nenhuma conceituação das diferenças de valor atribuídas a esfera reprodutiva do trabalho, as formas socioculturais de opressão ou as conexões entre as necessidades das mulheres e os objetivos da revolução.

Neste sentido, a imagem de Josina Machel, como mulher combatente ligada à FRELIMO parece ter se viabilizado como estratégica para a construção de uma memória alicerçada na ideia de “símbolo da mulher moçambicana” como aquela dedicada com o afinco que o partido

queria para uma luta de libertação que eclipsava os temas mais amplos suscitados pela participação feminina.

3º Capítulo | Josina Machel: uma heroína para o pós-independência de Moçambique (1975-1985)

Depois de um extenso período sob a dominação colonial portuguesa, Moçambique finalmente se declarava independente no simbólico 25 de junho de 1975, mesma data que havia marcado a fundação da FRELIMO na década anterior. Como visto, o processo que levou a auto-determinação da população moçambicana articulou uma extensa rede de cooperação entre organizações - inclusive de mulheres - dos movimentos nacionalistas de países africanos, além de apoiadores internacionais. Nesse contexto, a Frente de Libertação de Moçambique, agora pode almejar pôr em curso o programa de transformação socialista, transferindo os esforços despendidos com a guerra de libertação para as políticas econômicas e sociais do estado independente.

Entretanto, sua posição geográfica, dividindo fronteira com a então Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e com a África do Sul - ambos territórios não independentes e submetidos a regimes de apartheid - ocuparam parte de suas estratégias políticas. Essas tensões e conflitos regionais encontraram eco nas discordâncias internas, ensejando a formação de um novo partido, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), datada do mesmo ano de 1975 e que ganhou força entre setores da população que não se viam representados no projeto de governo da Frelimo, em especial, de parte das chefias tradicionais que temia sub-representação e perda de poder político. A RENAMO, com o apoio econômico e bélico dos regimes de apartheid, se organizou militarmente (contando com um destacamento feminino) e ocasionou uma guerra civil que durou 16 anos, cessada com o Acordos Geral de Paz, firmado em Roma, no ano de 1992.

O novo governo contava com a adesão de um número expressivo de mulheres que não somente haviam enfrentado a batalha ao lado dos homens, mas também foram progressivamente ocupando cargos de direção que viabilizava a expressão de suas opiniões por uma sociedade mais paritária. A inserção feminina na luta, ainda que atrelada ao movimento de libertação, permitiu que as mulheres reivindicassem prerrogativas antes destinadas apenas aos homens, como acesso aos cargos políticos, igualdade de tratamento em relação ao divórcio, acesso a educação formal, entre outros.

Mas os anos que se seguiram a independência foram bastantes difíceis, convertendo muitos sonhos em tormentas. A guerra civil que passou a assolar o país e a política econômica adotada pela Frelimo não permitiram uma transformação imediata das condições de vida das moçambicanas e moçambicanos. Em um país marcado por acentuada fragmentação e onde se

fazia necessário criar unidade, o projeto de construção da nação concentrou-se em uma política de integração que, não raro, eclipsou a diversidade e a representação de sua heterogênea população.

Deste modo, o governo marxista-leninista da Frelimo foi sobremaneira contraditório, ao mesmo tempo progressista e conservador. A população vira suas identidades locais transferidas para a categoria de classe sem, necessariamente, conseguirem se identificar como trabalhadores e que poderia constituir uma classe em si, mas não para si. As organizações de massa cumpriram um papel basilar e a OMM era o maior exemplo e decerto o mais bem sucedido em vincular ao partido mulheres rurais e urbanas, do norte e do sul. Nesse contexto, a construção de uma figura heróica de Josina Machel parece ter cumprido a função simbólica de traduzir as diferenças entre as mulheres em uma imagem única de guerreira aguerrida, consciente do bem maior da nação e contrária ao tribalismo que foi acusado de operar as divisões internas. No capítulo presente será abordado o uso da imagem de Josina e de outras mulheres na construção de Moçambique após a independência. Para tanto, serão examinadas a produção de cartazes, além das reportagens nos periódicos da Frente de Libertação de Moçambique e da Revista Tempo. Os cartazes, por sua vez, serão compreendidos como veículos ativos dos processos de comunicação e circulação visual, não como objetos isolados mas como imagens em ação que potencializaram as narrativas de modernização.

II. A mulher na formação do Homem Novo

A edição da Revista Tempo de julho de 1975²¹⁴ reportava as celebrações em torno da independência de Moçambique e transcreveu na íntegra a “mensagem a nação” proferida por Samora Machel. No discurso, o presidente dedicou parte da comunicação “a memória dos heróis (...) gloriosos combatentes caídos no decurso da luta armada de libertação nacional” e pediu um minuto de silêncio para Eduardo Chivambo Mondlane. Do Rovuma ao Maputo, Samora Machel clamou por integração nacional, sublinhando o regionalismo e o tribalismo como “inimigos que deveriam ser combatidos ao mesmo título que o colonialismo”. Também rememorou a criação do Destacamento Feminino como “instrumento da mulher na sua luta histórica por emancipação que alargou a base do apoio das massas à luta e trouxe novas e decisivas forças para o combate revolucionário”.

²¹⁴ Tempo, No. 236. 06 de abril de 1975, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 10

Ao retomar o papel da mulher na revolução, Samora implica a OMM na responsabilidade de desenvolver atividades em todo o país, “à escala dos problemas gritantes a que a mulher faz face”. Ainda segundo o presidente:

“a batalha pela emancipação da mulher é também uma batalha ideológica contra concepções derivadas de tradições decadentes e contra as múltiplas tentativas da burguesia em desvirtuar o combate libertador. O combate é também um combate organizacional, um combate para implantar as estruturas no seio da mulher mais desorganizada, mais atrasada, mais oprimida, mais humilhada, mais explorada. Deverão surgir mais organizações democráticas de massas (...) depois de um trabalho prévio da organização desses setores pela FRELIMO”²¹⁵.

A constituição da República Popular de Moçambique dedicou o artigo 17o a emancipação da mulher moçambicana, tomada como uma das “tarefas essenciais do Estado”, em que “a mulher é igual ao homem em direitos e deveres, estendendo-se essa igualdade nos campos político, económico, social e cultural”. Também as representantes da OMM contavam com duas cadeiras na assembleia popular, órgão de deliberação legislativa com 210 membros e, entre os 15 ministros empossados naquela altura, uma era Graça Simbine (mais tarde, Graça Machel), no posto da educação e da cultura.

Neste contexto de “batalha ideológica”, a Frelimo conclamava a construção de uma sociedade nova:

“a sociedade nova exige a criação de um Homem Novo, um homem libertado. A nova sociedade tem que dar um combate permanente à velha. As ideias novas tem que combater a velha, para que desse combate possa surgir o Homem Novo. Se queremos libertar-nos dos preconceitos antigos, temos que intensificar a luta ideológica de classe. Importa aqui salientar que a noção de Homem Novo não é um conceito abstracto, e muito menos um ser que surge do nada. O Homem Novo cria-se precisamente no combate permanente contra as ideias velhas e erradas e, também, através do estabelecimento de condições económicas novas”²¹⁶

Para as mulheres, o projeto significava “não subestimar o combate pela transformação revolucionária do gosto e das mentalidades”²¹⁷ e, ao lado do “homem novo”, contribuir “para a organização e planificação do trabalho”, recusando “os valores culturais e ideológicos

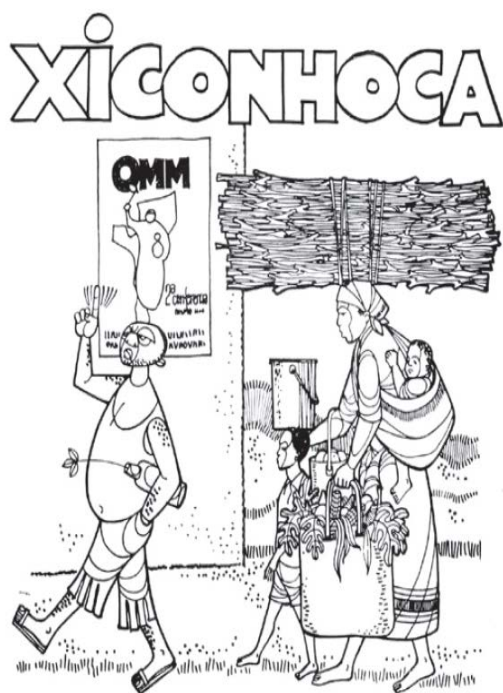
²¹⁵ Revista Tempo, N. 244. 06 de julho de 1975, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 13

²¹⁶ Tempo, 13 de julho de 1976, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka p. 32

²¹⁷ Tempo, No. 495. 06 de abril de 1975, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 10

inculcados pelas sociedades feudal e capitalista”. Os meios para alcançar os novos valores significava “a integração das mulheres nas cooperativas, o acesso ao trabalho remunerado, [a realização] de cursos de costura e culinária, a educação sanitária, a limpeza e ornamentação das casas, sendo os meios para a mobilização e integração das mulheres” porque “da sua atitude no lar depende em grande parte a edificação de uma nova sociedade”²¹⁸.

Vê-se assim que as mulheres cumpriam um papel fundamental. Em termos de conscientização, a experiência foi bem-sucedida em angariar apoio ao movimento de libertação e em transformar a concepção da população moçambicana em prol da luta comprovada sua importância política. Por outro lado, mesmo diante um discurso modernizador, elas ainda carregavam o peso da domesticidade. Para o projeto de estado da Frelimo era necessário convencer os habitantes das diretrizes políticas e econômicas adotadas na construção de uma nova sociedade. Era necessário um “homem novo” e, por conseguinte, uma “mulher nova”.



O “homem velho” foi representado na charge Xiconhoca, que figurava o inimigo²¹⁹ e que era contra a emancipação da mulher. Na imagem, vê-se a representação de um homem insensível a desigualdade de gênero e às tarefas que as mulheres enfrentam no cotidiano. Assim, o “homem velho” reafirmava a dupla jornada de trabalho das moçambicanas. A charge acusava a retrógrada mentalidade colonial em que o homem, baseado no tribalismo e no obscurantismo, utilizava as mulheres para seu proveito econômico. Na sociedade do “homem novo”, as tradições que aprisionavam uma mulher a um modo de vida compreendido como reacionário deveriam ser superadas:

“o homem socialista é o homem novo. Aquele que embora consciente das suas limitações trava consigo mesmo o combate interno permanente para superar as insuficiências e as influências

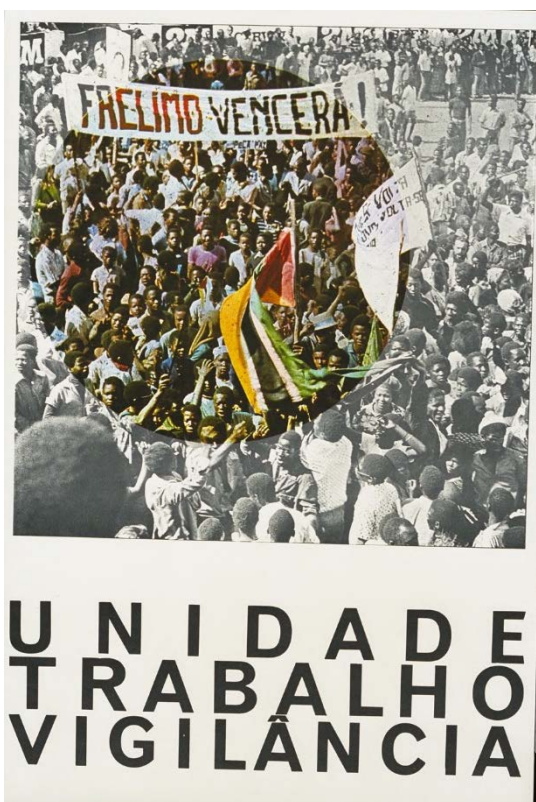
²¹⁸ idem, p. 27-31

²¹⁹ Maria Paula Meneses, « Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique », *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106 | 2015, 09-52.

reaccionárias que herdou. O homem socialista não é aquele que repete a teoria revolucionária e que na sua vida quotidiana continua a se guiar pelo modo de vida reacionário”

Para a Frelimo, o homem moçambicano encontrava-se na convergência de três tipos de sociedades a serem superadas: a sociedade colonial, a feudal e a burguesa. Romper com esses ideais que haviam formado Moçambique passaria por transformar a realidade objetiva e a realidade subjetiva, mas:

“a criação do homem novo não é principalmente o factor subjectivo, mas sim a mudança das condições objectivas. Caso contrário, cairíamos no idealismo. Temos que mudar a base económica e social, temos que mudar as infra-estruturas da sociedade, para se criar o homem novo. (...) O homem novo não pode surgir na sociedade burguesa ou feudal. Retiramos a base económica para a continuação do homem feudal e do homem burguês. A partir daí, e porque destruimos isso e destruimos também a base para a continuação do homem colonizado, podíamos fazer o esforço rentável e não um esforço de catequese, podíamos fazer o esforço da introdução de novos critérios e de novos valores. (...) Foi necessário introduzir a noção de trabalho como um valor. Lembremos o texto do Camarada Presidente, “produzir é aprender”, em que vem uma imagem muito forte que diz: “o nosso orgulho são os calos que temos nas mãos”²²⁰



Educar o “homem novo” para o progresso, com base no trabalho, era o sustentáculo do desenvolvimento da pátria nascente. O objetivo deveria ser alcançado familiarizando a população com os preceitos da Frelimo em grupos dinamizadores nas cidades, na integração às aldeias comunais, nas fazendas, cooperativas e empresas estatais e na inserção a um modelo de produção coletiva, planificada e centralizada com participação popular. Assim, Moçambique deveria compreender sua realidade a partir da luta de classe, sob o lema “unidade, trabalho e vigilância” para superar as divisões que fazia sua população se compreender de modos distintos. Em resumo, o “homem novo” era aquele que falava português – vista como a língua da

unidade –, refutava superstições religiosas, negava a poligamia, o lobolo e o levirato, não bebia e não se corrompia aos prazeres do corpo e do consumo.

²²⁰ “O homem novo é um homem em processo”, Sérgio Vieira in: Tempo, No. 398. 21 de maio de 1978, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 27-38.

De acordo com José Luis Cabaço, sobre o homem novo:

“pensava-se que a deslocação estrutural criada pela incorporação nas forças guerrilheiras e na organização do movimento nacionalista, com a implícita desestruturação das principais referências tradicionais (ritos, símbolos, relações de parentesco, hierarquia linhageira, etc.) representaria uma ocasião rara para que a multiplicidade de experiências de que os militares eram portadores se reorganizasse, por meio da prática e da educação científica, nos valores nacionalistas, nos rituais militares, nos símbolos patrióticos, nas relações interpessoais de solidariedade e camaradagem, na hierarquia e organização que a guerra impunha”²²¹

Igualmente, a construção de heróis nacionais - sem contradições, ligados ao povo e que pudessem congregar tais características para fixar pertencimento social e mobilizar ações devocionais - participou da estratégia da Frelimo de convencimento da unidade política e cultural e da adoção de uma postura exemplar contra os legados da situação colonial. Em 1975, no ano da independência de Moçambique, foi construída a Praça dos Heróis, na região central de Maputo e o dia 03 de fevereiro, data da morte de Eduardo Mondlane, passou a marcar o calendário oficial como o Dia dos Heróis Moçambicanos que “sumariza o sacrifício do povo inteiro”. Em ato de celebração de 1976, Samora Machel descreve o dia como o jubileu “das grandes vitórias do povo moçambicano unido do Rovuma ao Maputo” em que se honra “a memória dos nossos heróis, aqueles que ofereceram as suas vidas preciosas para que Moçambique nascesse, (...) sem discriminação de raças, sem discriminação étnica, sem discriminação religiosa e regional.”²²² O mesmo discurso serviu para demarcar o “aprofundamento na definição do inimigo” que, em relação as mulheres, se materializava no fomento que o colonialismo havia produzido no consumo de drogas, no alcoolismo e na prostituição que “destruía a dignidade da mulher moçambicana”. Segundo Machel, sobre o inimigo da mulher:

“A menina mais civilizada é aquela que fuma, é aquela que pratica libertinagem, a chamada liberdade do mundo livre. A rapariga mais civilizada é aquela que sabe imitar melhor como se vestem os americanos no Vietnam. As raparigas mais civilizadas são aquelas que não têm respeito pelo professor na escola porque é mais civilizada. É aquela que se entrega a todo tipo de imundices, é aquela que quando volta mais cedo pra casa, chegou às três da madrugada. (...) É esta semente colonial que nós encontramos. É este o actual inimigo contra o qual se dirige a nossa luta actual”.²²³

²²¹ CABAÇO, José Luis. Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 304-305.

²²² Tempo, No. 280. 15 de fevereiro de 1976, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 18

²²³ idem. p. 19-20.

Segundo Maria Paula Meneses, para compreender a continuidade do uso da noção e da figura do inimigo, então representado pelo Xiconhoca é fundamental explorar as implicações políticas de tal noção e sua relação com o projeto da FRELIMO :

“quer como Frente de Libertação de Moçambique, quer como partido de vanguarda, de orientação marxista, buscou definir o ‘homem novo’, a ideia do cidadão do Moçambique independente, em oposição à figura do ‘inimigo’ (Frelimo, 1977a; Machel, 1980a; 1980b). A figura de inimigo estimulou o desenvolvimento de uma consciência nacional comum. Este projeto nacional apoiou-se na experiência partilhada da luta contra a opressão colonial, num contexto em que esta luta era assumida como uma rutura radical: com a história colonial e com as relações sociais, económicas e políticas herdadas da relação colonial”²²⁴

O significado do 3 de fevereiro foi descrito como a perpetuação de “um ideal que encontra os melhores defensores naqueles que tombaram pela sua [do povo] defesa” e que tiveram uma “vida exemplar”²²⁵. Em grande ato público, em 1979, os restos mortais e Mondlane, de Felipe Samuel Magaia, Paulo Samuel Kankhomba, Francisco Manyanga, Matheus Sansão Muthemba e Josina Muthemba Machel foram trasladados da Tanzânia e depositados no monumento. O ato marcava uma homenagem de “profundo significado patriótico e revolucionário que ficará para sempre gravado na história”²²⁶. Para o estado independente o projeto nacional seria criado a partir de um conjunto de referências memoriais associadas a uma certa elite política, funcionando como uma estratégia poderosa de afirmação e legitimação da narrativa oficial. No entanto, as memórias coletivas e regionais que não encontram eco neste projeto constituem-se como importantes espaços de debate, onde se confrontam várias forças sociais e políticas. Ainda segundo Meneses,

“A memória é fundamental aos processos identitários, sejam eles individuais ou coletivos. As identidades, sempre plurais, representam processos instáveis e fluídos. Destruir ou atrofiar memórias que estão na base de processos identitários pode redundar na liquidação do passado, das histórias que unem as pessoas e que as fazem ser quem são. As memórias coletivas, e as particulares, insistem em desafiar o pacto de silêncio existente, numa combinação de autocensura e esquecimento formal pelo Estado. Em simultâneo, a(s) memória(s) e as suas expressões simbólicas (tangíveis ou não) refletem os debates políticos pelo poder, assim como críticas ao próprio poder. Que aspetos do passado são lembrados ou esquecidos, o que se esquece ou é propositadamente silenciado, assim como as relações de poder presentes nestes processos, refletem agendas e decisões do presente.”²²⁷

²²⁴ MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 106, p. 09-52, 2015.

²²⁵ *ibidem* p.20

²²⁶ Tempo, No. 436. 02 de novembro de 1979, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 10

²²⁷ MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 106, p. 09-52, 2015.

As histórias nacionais criadas pela Frelimo se fundamentam e alicerçam as questões políticas internas, pautando ainda o debate da identidade nacional. Não sem controversias, tais histórias oficiais se fundam a partir das experiências da luta armada e por isso foram demasiado patrióticas, obscurecendo o desenvolvimento de um governo mais amplamente democrático. As narrativas e memórias da guerra foram reescritas de acordo com o que dava legitimidade política a Frelimo e poderia construir novas tradições, de maneira a mantê-la no poder.

Josina Machel foi a única mulher a alcançar o posto de heroína em Moçambique e em sua figura se representou “a combatente, companheira e esposa (...) a mulher consciente [que] representa a vitória sobre as amarras da tradição, [que] simboliza a total abnegação em prol da Revolução”. Sua imagem também foi utilizada para figurar:

“a mulher libertada, imagem brilhante que toda moçambicana, nesta fase de reconstrução nacional e de endurecimento de fileiras contra o imperialismo, deverá tomar como incentivo para a sua colaboração e engajamento nas tarefas políticas e administrativas do país, na reconstrução nacional, no engrandecimento da pátria”²²⁸

Josina era o exemplo da mulher nova e a nela as moçambicanas podiam se espelhar de modo a atender as tarefas da reconstrução nacional levadas a cabo pela Frelimo com o apoio e vinculação da OMM. Josina tinha colocado “a militância acima do sentimento maternal”²²⁹, tendo proferido discurso em que afirmava:

“Eu também tenho uma criança, ela é ainda pequena, mas deixei-a não porque não queria ficar sempre junto dela, mas devido as circunstâncias de trabalho da Revolução que não me permitem sempre estar com ela. (...) É bom compreender que a FRELIMO ao traçar programas programas (...) não é porque não queira que as camaradas vivam juntos de vossas crianças – a FRELIMO sabe que as camaradas têm amor por elas, mas aqui o que é necessário é fazer um combate interno. Se as camaradas vêem que são militantes da FRELIMO e estão prontas para executar qualquer missão que a FRELIMO lhes confiar é porque sabem porque é que lutam. Há camaradas que dizem, e já disseram que estavam prontas para executar qualquer trabalho indicado pela FRELIMO. (...) o problema está em vocês, porque se vocês mostrarem resistência ao programa que será traçado, então aí será difícil cumprirmos os programas segundo aquilo que pensamos”²³⁰

²²⁸ Tempo, No. 236. 06 de abril de 1975, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 05

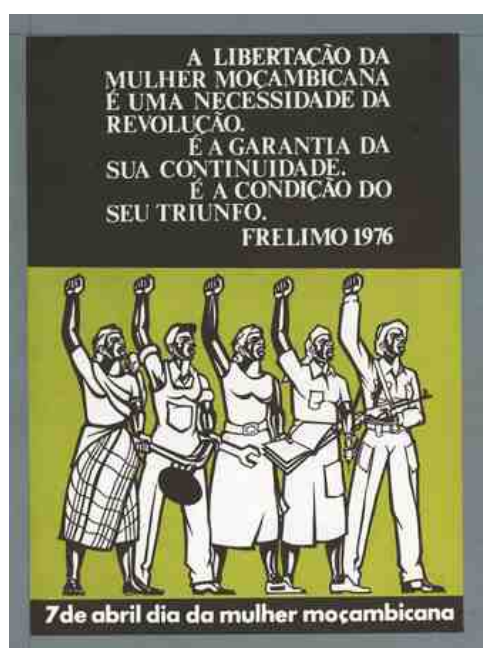
²²⁹ Tempo, No. 236. 06 de abril de 1975, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 05

²³⁰ Discurso proferido na base central do Niassa oriental em janeiro de 1971. In: Tempo, No. 236. 06 de abril de 1975, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 12



Se durante a situação colonial as mulheres viram suas vidas enquadradas segundo um padrão de domesticidade que ressaltava as qualidades “naturais de mães e donas de casa”, durante o governo da Frelimo, a imagem de mulher foi ganhando aspectos de combatente e trabalhadora. No entanto, tal enquadramento, não raro, se furtou a tomar como base uma amplitude maior de mulheres na construção de um modelo feminino para Moçambique após a independência. Esse processo ambíguo e ambivalente, operado tanto pelas dirigentes quanto pelos homens que compunham os quadros políticos mais importantes do movimento, resultou na produção de inúmeros

cartazes.



Realizados em composições geometrizadas, simples e sintéticas, os cartazes reproduziam uma estética de inspiração no realismo soviético em que a comunicação visual intencionava a propaganda e celebrava as organizações de massa ou os feitos políticos. Por força das suas mensagens, os cartazes pressupunham uma identidade compartilhada e operavam a sedução, o convencimento e a disseminação de idéias em apelos a impulsos subliminares que perfaziam uma construção da realidade e de consciência. Aqueles dedicados as figuras heróicas continham fotomontagens, reafirmando a imagem das personagens históricas na memória da

população moçambicana. Com frequência, as mensagens aludiam ao trabalho, às datas comemorativas e as bandeiras políticas da FRELIMO, transmitindo à população as mensagens elencadas pelo movimento e em suporte aos seus objetivos. Parte deles carregavam comunicados patrióticos, mostrando figuras determinadas e com ares otimistas, corroborando uma imagem da justa causa da luta. Outra parte representava as combatentes armadas, em posição de confronto. Em menor número, representavam uma imagem sentimental e afetiva²³¹. Os cartazes produziram mensagens coerentes e aceitáveis mesmo para os discursos mais

²³¹ Ver anexos

difíceis como a abnegação de anseios próprios em prol da reconstrução nacional. Publicados nos periódicos da Frelimo, não foi exequível identificar nominalmente os produtores dos cartazes, em geral, publicados sob a rubrica do Departamento de Informação e Propaganda.

As mulheres figuraram em muitos deles, no geral, em posições ativas carregando livros, armas, ferramentas de trabalho, também lavravam a terra, cuidavam das crianças e se dedicavam as atividades de ensino. O dia 07 de abril gerou uma série que contava quase sempre com a imagem de Josina Machel. Tal reprodução, não apenas em cartazes mas também nas capulanas, possivelmente, fez com que o seu rosto fosse reconhecido em espaços alargados do território. Não se sabe como a população recebia tais mensagens, embora sua efetividade estivesse condicionada a um conjunto de espectadores heterogêneos e ativos. É certo que a apreensão das mensagens divulgadas pelos cartazes não se baseia em uma experiência de apreensão universal e que diferentes espectadores, de diferentes contextos, os entenderam de modos distintos.

Ainda assim, é importante notar que os cartazes foram produzidos de modo a legitimar o pertencimento a nação. Muitas moçambicanas foram incluídas na produção de um imaginário em posições importantes e nunca antes promovidas por um órgão oficial, porém outra parte delas estiveram excluídas deste processo de representação. As memórias criadas a partir dos cartazes foi bastante uniforme, corroborando uma narrativa oficial, única e politicamente sancionada. Estas representações figuravam um momento bastante particular e forneciam índices úteis para os processos de construção da memória e do esquecimento que acompanharam a mudança de regime em Moçambique. Diante da persistência de uma refutação das propostas políticas da Frelimo, é lícito questionar se a promoção das mensagens expressas nos cartazes fixaram os ideais promovidos aquela altura.

Como anunciado, para as mulheres isso representava adotar a noção de que a opressão se dava de modo substancial a partir dos legados de uma estrutura econômica marginalizadora e de que novas circunstâncias políticas modificariam suas vidas, a partir da sua atuação na esfera do trabalho. Nota-se que a 3ª Conferência da Mulher Moçambicana, realizada em Maputo, entre dos dias 27 e 31 de março e intitulada “Engajar a mulher na luta contra o subdesenvolvimento” fazia um chamado para as mulheres adotarem as tarefas da década de 1980, que corroborava a 2ª Conferência, examinada no capítulo anterior desta dissertação. Mas ao contrário daquela, a 3ª Conferência silenciou qualquer tema ligado à gênero e sexualidade, concentrando seus esforços de reflexão e orientação política somente na “organização e planificação do trabalho”. O referido projeto a ser realizado dentro de 5 anos objetivava o engajamento das mulheres no desenvolvimento do país, competindo à OMM “criar todas as

condições para a integração da mulher na nova década”. Foram traçadas as “actividades concretas e objectiva e específicas”, quais sejam: “enquadrar mulheres de todas as classes sociais na denuncia da sabotagem, burocracia, incúria, incompetência, desleixo e corrupção nas empresas, fábricas e serviços públicos”²³². Também foram modificados o estatuto e as orientações de atuação. Para o período, as pautas das mulheres foram conduzidas em torno do combate ao racismo.

Graça Machel, na qualidade de ministra da Educação e Cultura, foi a representante de Moçambique no fórum de balanço dos 5 anos da Década da Mulher da ONU (1975-1985), a propósito da conferência, Graça afirmou: “compreendemos claramente que o imperialismo estava a sobrevalorizar o tal problema da promoção da mulher” em que “havia uma certa tendencia a falar de igualdade entre homem e mulher”, mas “a nossa intervenção foi a única que havia abordado a igualdade entre as raças (...) sublinhando que a preocupação, na nossa sociedade não é criar a igualdade entre o homem e a mulher nas condições em que eles atualmente se encontram”.

O engajamento das mulheres com a produção e as tarefas do desenvolvimento, mesmo contraditórias em relação as suas próprias demandas, são reveladoras da adoção de uma perspectiva dedicada que acreditava na renuncia em nome da nação. Se a Frelimo desempenhou um papel de forte de ingerência sobre a OMM, as mulheres anuíram por acreditarem nas políticas, por estarem envoltas nos ideais do período. Sublinha-se que apontar tal postura, não refuta a contínua contribuição que ofereceram durante os anos após a independência, tampouco sua ativa participação política que, por sua vez, continuava fundamental para o crescimento da OMM em diferentes regiões do país, recrutando mulheres moçambicanas de diferentes contextos para agir no governo.

Ainda que pouco a pouco, as mulheres pareciam tomar as diretrizes de políticas para si e vozes díspares foram se somando as linhas de formulação. A Conferência Extraordinária da OMM, datada de novembro 1984, por exemplo, contou com uma pesquisa nacional realizada por Signe Arnfred, Isabel Casimiro e Ana Loforte, entre outras. Segundo Casimiro:

“O seu principal objectivo foi mobilizar toda a sociedade para o debate em torno de problemas que diziam respeito não apenas às mulheres e retomar o fôlego inicial de organização abrangente. A sociedade estava apreensiva com as transformações havidas, os mais velhos preocupados com a perda de autoridade sobre a juventude, os homens tementes acerca dos caminhos a que a emancipação havia conduzido as suas mulheres e as famílias em desagregação. Generalizou-se a ideia de que a revolução havia conduzido

²³² Tempo, No. 495. 06 de abril de 1980, 68 páginas. Arquivo Histórico de Moçambique, PP 570 AHM apud Aluka. p. 05

a um vazio, sem contudo ter alternativas credíveis. A Frelimo, através da OMM, considerou ser importante realizar um amplo debate em torno dos seguintes assuntos: relações na família, relações entre pais e filhos, ritos de iniciação, casamentos prematuros e 'forçados', casamentos "herdados" e cerimônias de viuvez, amantismo e adultério, divórcio, separação e abandono do lar, lobolo, compensação matrimonial, mães solteiras, prostituição, mulher na produção (mulher camponesa, cooperativista, funcionária, vendedora de mercado, doméstica, operária)." ²³³

Porventura balizadas pelos resultados da investigação, o momento marcou a articulação de mulheres com outras perspectivas na criação de organizações independentes. Anunciando a tomada de iniciativa em relação a autonomia das mulheres. Para Signe Arnfred a Conferência Extraordinária foi um ponto de inflexão na compreensão dos ritos de iniciação, já que os frutos do estudo questionaram o projeto de modernização da Frelimo socialista. Ainda de acordo com Arnfred, o homem novo em sua representação do progresso e da evolução foi incongruente e por isso de tão difícil adesão com a manutenção das estruturas de poder das mulheres, que encontravam nos ritos um espaço de articulação e agência. A família monogâmica da Frelimo foi também patriarcal e assim atribuiu o peso das tarefas domésticas, incluindo os cuidados com os filhos, exclusivamente as mulheres²³⁴. Tais temas foram ensejando a elaboração de pautas feministas em Moçambique que, após 1990, com a aprovação da constituição que tornava o país uma democracia multipartidária, encontraram espaços de auto-organização e atuação.

No mesmo ano, a OMM decreta sua autonomia em relação a Frelimo, na 4ª Conferência da organização. De acordo com Isabel Casimiro:

"A OMM declarou-se uma organização independente do Partido Frelimo, aberta a todas as mulheres, definindo-se como uma organização *umbrella* (itálico da autora), apartidária e autônoma. Ou seja, definindo-se como uma ONG sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Na OMM havia mulheres que não pertenciam ao Partido Frelimo e pretendia-se deste modo dar-lhes a oportunidade de militarem na organização, sem que esta as perdesse, havendo igualmente a possibilidade de outras mulheres aderirem à OMM. Apesar das muitas dificuldades que houve durante os anos que a OMM se manteve como ONG, sobretudo relacionadas com os métodos de trabalho existentes, com a imagem que continuou a existir – duma organização dependente do Partido Frelimo – , esforços houve no sentido da sua autonomia, no relacionamento com as novas organizações de mulheres que foram surgindo e na manutenção da sua estrutura e trabalho de mobilização a nível nacional." ²³⁵

²³³ CASIMIRO, Isabel. " Paz na terra, guerra em casa": feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Promédia, 2004.p. 187

²³⁴ ARNFRED, Signe. Sexuality & gender politics in Mozambique: rethinking gender in Africa. Boydell & Brewer Ltd, 2011.

²³⁵ CASIMIRO, Isabel. "Paz na terra, guerra em casa": feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Promédia, 2004. p. 189



Capulana com a imagem de Josina Machel e com o símbolo da Organização das Mulheres Moçambicanas por ocasião do DIA DA MULHER MOÇAMBICANA, comemorado em 7 de abril.

a organização cumpria uma fator importante nas políticas eleitorais, sobretudo na obtenção de votos. Com todas as questões, Moçambique é, na atualidade, um país com grande representação de mulheres em cargos políticos. Mas a adoção de políticas de inclusão das mulheres nas estruturas administrativas por parte da Frelimo foi, com frequência, voltada a incorporação dos quadros dirigentes da OMM.

Se antes a imagem de Josina cumprira a função de convencer as mulheres a adotarem as políticas de modernização da Frelimo, no período que segue o multipartidarismo em Moçambique, o uso de sua imagem passa a atender a propaganda eleitoral e a afirmação da OMM como a mais verdadeira entidade representativa da mulher. Uma série de publicações foram incentivadas pelo partido ou pela organização através do Instituto de Investigação Socio-Cultural, entidade governamental responsável pela “preservação do património cultural nacional, realizando estudos e pesquisas específicas sobre os modos de vida, os rituais, as cerimónias tradicionais, celebrações, festividades, as danças, a história de Moçambique, a diversidade e a identidade cultural nacional”²³⁶. Destaca-se o projeto mais dedicado a “História da Libertação Nacional” que, com financiamento do estado, produziu uma série de livros sobre a “vida e a obra dos heróis nacionais”. A edição sobre Josina Machel²³⁷ constituiu uma das fontes bibliográficas dessa pesquisa, embora em relação a ela o cuidado tenha sido redobrado, tendo em vista o grande alinhamento editorial com a Frelimo. Recentemente também foi produzido pela OMM um livro de memórias dedicado ao Destacamento Feminino. Nele, se

²³⁶ Disponível em: www.arpac.gov.mz/sobre-arpac

²³⁷ MATUSSE, Renato; MALIQUE, Josina. Josina Machel: ícona da emancipação da mulher moçambicana. ARPAC, 2008.

elencam um grande número de participantes da luta de libertação que conta com uma seção de tributo a duas mulheres, sendo uma delas a Josina Machel. No entanto, a bibliografia produzida pela ARPAC e pela OMM nega as tensões e conflitos em torno do desenvolvimento do movimento de mulheres em Moçambique, reiterando uma imagem de “símbolo da mulher moçambicana” como aquela dedicada a luta armada, sem ponderar as ideias envolvidas em noções de emancipação.

Considerações finais | Crises são momentos de verdade

No curto período entre os anos 1960 e 1980, Moçambique teve sua realidade política, econômica e cultural profundamente modificada, contando com a agência de homens e mulheres de todas as camadas da população, fossem do campo – a maior parte - ou da cidade - que constituíram o foco desta dissertação. As mulheres participaram ativamente do processo que levou a independência do país, com uma pluralidade de ações, mesmo quando suas pautas foram sobrepostas por ingerências dos dirigentes da FRELIMO e do estado independente ou mesmo pelas alterações das suas próprias concepções de prioridade.

Propor um novo olhar sobre Josina Machel, personagem exaltada na História de Moçambique, implicou em um questionamento do uso da memória criada acerca desta combatente por organizações como a OMM e a FRELIMO, enquanto produtoras e detentoras de um tipo de discurso laudatório, também presente em boa parte dos documentos escritos referentes ao período, o que exigiu um cuidadoso exame crítico de todos os escritos.

De outra parte, a escolha por uma história das mulheres em uma chave de análise que possibilitasse trabalhar a articulação entre luta política e atuação feminina com maior escopo de abrangência, fez com que o foco recaísse no exame dos processos de contestação à situação colonial, de reivindicação por direitos e por igualdade, na adesão as associações estudantis e ao movimento de libertação. Diante disso, não refutamos os discursos, símbolos e linguagem, percebendo como na estrutura discursiva, a imagem e a figuração da mulher se modificaram no período abordado nesta dissertação. Se durante a situação colonial as mulheres viram suas vidas enquadradas conforme um padrão de domesticidade que as ressaltava como “mães e donas de casa”, durante o governo da Frelimo, a imagem de mulher foi enriquecida com aspectos próprios de combatente e de trabalhadora. No entanto, tal enquadramento, não raro, se furtou a tomar como base uma amplitude maior do número de mulheres em diversas regiões de Moçambique voltadas para a construção de um modelo feminino para o estado e a nação que estavam sendo criados.

Assim, além do instrumental teórico da história das mulheres, as especificidades da atuação plural que tiveram em Moçambique exigiram uma verticalização da investigação, tendo como central a recolha, em particular, dos documentos da Liga Feminina de Moçambique que ainda não haviam sido consultados para os trabalhos apresentados até os dias atuais. Nos documentos da PIDE coletados no arquivo da Torre do Tombo, se tornou possível identificar o papel político das mulheres do norte de Moçambique na LIFEMO silenciado até os dias de hoje.

Um segundo aspecto se refere aos discursos sobre a LIFEMO no processo de transição para o Destacamento Feminino. O acesso à base de dados *Struggle for Freedom* possibilitou identificar, a partir das atas de conferências, resoluções de congressos, entre outros registros, aponta a participação da Liga Feminina em fóruns continentais e transcontinentais, espaços de diálogo e conscientização, mostrando que, como as mulheres de outros países (por exemplo, a Argélia), também as moçambicanas tinham plenas possibilidades de se engajar nas fileiras da luta armada pela libertação.

A substituição da Liga pelo Destacamento Feminino, justificada por Samora Machel por conta de sua pouca disposição para o combate difere substancialmente da documentação examinada. Coincidência ou não, o que se sabe é que a LIFEMO foi substituída pelo Destacamento exatamente quando Paulo Gumane e Uria Simango deixaram a FRELIMO e com eles suas esposas, Priscila Gumane e Selina Simango, apontadas pela documentação como as principais dirigentes da Liga naquele período. Frente a este fato, quem sabe a FRELIMO tenha sentido sua coesão interna ameaçada, também a tenha levado a mudar a narrativa sobre a LIFEMO.

As relações entre os movimentos de massa e as organizações político-partidárias – na FRELIMO e também na RENAMO – fizeram parte de inúmeras publicações, como panfletos e brochuras, que influenciaram boa parte das investigações acadêmicas sobre a história da participação política das mulheres na luta de libertação.

Um terceiro ponto se relaciona a fundação da OMM e sua atuação como a maior organização de massa da FRELIMO e, portanto, a maior base social de apoio ao projeto marxista-lenista e, na passagem para a década de 1990, a maior base eleitoral da FRELIMO. A OMM, mesmo com ambivalências e ambiguidades, se mantém como a mais expressiva representante política das mulheres em Moçambique, graças a sua capilaridade no interior do país. A consulta sistemática a *Revista Tempo* revelou que a OMM, entretanto, pouco a pouco se afastou de uma política voltada para as pautas das mulheres e passou a atuar com temas referentes à “reconstrução nacional” e às políticas modernizadoras e desenvolvimentistas. As novas diretrizes em relação às mulheres apontaram um recuo político e ideológico, na medida em que o trabalho tornou a ganhar um foco primordial, levando a uma sobrecarga, somando o trabalho reprodutivo ao trabalho produtivo em larga escala, levando-as a uma forte e significativa perda de autonomia.

Outro aspecto que cabe sublinhar é como as fontes documentais dos diversos arquivos consultados têm uma natureza predominantemente androcêntrica, sobretudo os produzidos por funcionários da PIDE, deixando entrever sua inobservância em relação à agência das mulheres durante a luta armada e, com frequência, seus nomes foram silenciados ou registrados a partir do sobrenome dos seus maridos.

O último ponto a ser ressaltado refere-se a trajetória histórica de Josina Machel e sua relação com o Destacamento Feminino, com a OMM e com a FRELIMO. Os avanços e recuos e a própria mudança na pauta de reivindicativa foram, por um processo de inversão ideológica, transformados em uma trajetória unívoca e absolutamente coerente, sem ambiguidades, paradoxos ou contradições de Josina Machel, aspectos fundamentais para a construção da narrativa heróica da líder que se tornou símbolo da mulher moçambicana. Representá-la como protagonista de uma vida sem contradições retira sua própria humanidade, ao mesmo tempo em que cria um exemplo de mulher difícil de ser alcançado. Foi como se construiu, Josina Machel, a heroína

Referências bibliográficas

AMADIUNE, Ifi. *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society*. London/New Jersey: Zed Books, 1998.

_____. *Reinventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture*. London: Zed Books, 1997 p. 115.

_____. "Cheikh Anta Diop's theory of matriarchal values as the basis for African cultural unity." *The cultural unity of black Africa: The domains of patriarchy and matriarchy in classical antiquity* (1989).

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989

ANDRADE, Mario Pinto de. *As origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997

ARNFRED, Signe. *Sexuality and Gender Politics in Mozambique: rethinking gender in Africa*. Suffolk: Nordiska Afrikainstitutet; Uppsala: James Currey, 2011.

AMSELLE, Jean-Loup. "Etnicidade e identidade em África". In CORDELIER, Serge. *Nações e Nacionalismos*. Lisboa: Dom Quixote, 1998

BALANDIER, Georges. *A situação colonial: abordagem teórica*. Cadernos CERU, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 33-58, dec. 2014.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989

_____ *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da História Oral. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

CABAÇO, José Luis. *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CAHEN, Michel. (2006), "*Lutte d'émancipation anticoloniale ou mouvement de libération nationale? Processus historique et discours idéologique. Le cas des colonies portugaises et du Mozambique en particulier*". *Revue Historique*, 637/1: 113-138.

CAPELA, José. *Moçambique e seu povo*. Porto: Afrontamento, 1974

CASIMIRO, Isabel. *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2004.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Porto: Cadernos para o diálogo, 1971

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique. Experiência Colonial e Territórios Literários*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005

CLEMENTS, Barbara. *A History of Women in Russia: From Earliest Times to the Present*. Indiana University Press, 2012.

COELHO, Paulo Borges. "Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 106, 2015. p. 153-166.

COQUERY-VIDROVIT, Catherine. *African Women: a Modern History*. Routledge, 2018.

CORFIELD, Penelope J. "History and the challenge of gender history." *Rethinking History* 1, no. 3 (1997): 241-258.

CORNWALL, Andrea. "*Perspectives on gender in Africa*". In: CORNWALL, Andrea (Ed.). *Readings in Gender in Africa*. Bloomington: Indiana University Press, 2005.

COSTA, Emilia Viotti. *Coroa de glória, lágrimas de sangue*. São Paulo: Cia das letras, 1994.

CORREIA, Sônia; HOMEM, Eduardo. *Moçambique: primeiras machambas*. Rio de Janeiro: Margem, 1977.

CRUZ, Helena Farias e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. "*Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*". Projeto História. História e Imprensa. Revista do Programa de Pós-graduação em História – Departamento de Social, PUC-SP. n. 35, jul-dez, 2007

DUBY, Georges & LARDREAU, Guy. *Dialogos sobre a Nova História*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FERREIRA, José Carlos Reis; VEIGA, Vasco Soares da. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. Lisboa: 1957.

FRY, Peter (org). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

GOLDMAN, Wendy. "Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936." São Paulo: Boitempo, 2014.

GINZBURG, Carlo. "Saques rituais: preâmbulo de uma investigação em curso". In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. P. 169-178

HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo. A contestação da situação colonial, 1945-1961. In: *História de Moçambique*, vol. 3. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane/Departamento de História, 1993

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

_____. Os filhos da terra do sol: a formação do estado-nação em Cabo Verde. Selo Negro, 2002. p. 159

HARDING, Sandra. "The Instability of the Analytical Categories of Feminist Theory." *Signs* 11, no. 4 (1986): 645-64.

HARTMMAN, Heidi. "Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex." *Signs* 1, no. 3 (1976): 137-69.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1990

IGLÉSIAS, Olga. Resistência e Clandestinidade. In: *Africanologia: Revista Lusófona de Estudos Africanos*, n. 1, Lisboa, 2008.

ISAACMAN, Allen e ISAACMAN, Barbara. *Mozambique: from colonialism to revolution*. Boulder: Westview Press, 1983

ISAACMAM, Bárbara e STEFHAN, June. *A mulher moçambicana no processo de libertação*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1984.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Edusc, 2006.

KRISTA Jacob, e Adela C. Licon. "Writing the Waves: A Dialogue on the Tools, Tactics, and Tensions of Feminisms and Feminist Practices over Time and Place." *NWSA Journal* 17, no. 1 (2005): 197-205.

LEVI, Giovanni. "*Usos da biografia*". In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

LOFORTE, Ana Maria. *Género e poder: entre os Tsonga de Moçambique*. Promédia, 2000.

MACAGNO, Lorenzo. O discurso colonial e a fabricação dos usos e costumes: Antonio Enes e a Geração de 95. FRY, Peter. *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, p. 61-90, 2001.

MACHEL, Samora. *A Libertação da mulher*. São Paulo: Parma, 1979

MACHEL, Samora. O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular: relatório do Comité Central ao III Congresso da FRELIMO. Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO, 1978.

MAZULA, Brasão. Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985. Maputo: Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa/Edições Afrontamento, 1995.

_____. NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. O movimento associativo africano em Moçambique. Tradição e luta (1926-1962). 2009.

MALIQUE, Josina e MATUSSE, Renato. *Josina Machel: ícone da emancipação da mulher moçambicana*. Maputo: ARPAC, 2008.

MATA, Inocência e PADILHA, Laura Cavalcante. *A Mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri, 2007

MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro. *Nacionalistas de Moçambique*. Lisboa: Editora Texto, 2010

MATTHEWS, Jill. "Feminist History." *Labour History*, no. 50 (1986): 147-53.

MAZRUI, Ali A. Introdução. IN: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (ed.) *História Geral da África: África desde 1935*. Brasília: Unesco, 2010.

MBEMBE, Achille. "As formas africanas de auto-inscrição". *Estudos Afro-Asiáticos*, v.23 n.1, Rio de Janeiro, jan/jun, 2001.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: História e civilizações: Tomo II: Do século XIX aos nossos dias*. Colab. Sophie Le Callennec e Thierno Bah. 2ª ed. Trad. Manuel Resende. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967

MENESES, Maria Paula. "Poderes, direitos e cidadania: o 'retorno' das autoridades tradicionais em Moçambique" in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2009.

MUIUANE, Armando Pedro. *Datas e documentos da história da FRELIMO*. Armando Pedro Muiuane Júnior, Moçambique, 2006.

MIKELL, Gwendolyn (Ed.). *African feminism: The politics of survival in Sub-Saharan Africa*. University of Pennsylvania Press, 1997.

MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo: Coleção Nosso Chão, 1995

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Sintra: Publicações Europa-América, 1997

NGOENHA, Severino Elias. *Das independências às liberdades*. Porto: Ed. Salesianas, 1993

O'LAUGHLIN, Bridget. "Class and the Customary: The Ambiguous Legacy of the 'Indigenato' in Mozambique." *African Affairs*, vol. 99, no. 394, 2000.

OSÓRIO, Conceição. "As instâncias partidárias exprimem modelo de dominação masculina", ago. 2009. Disponível em: <http://port.pravda.ru/cplp/mocambique/13-08-2009/27740-dirmulhermoz-0/>. Acesso em 05 dez 2015

_____. *Buscando sentidos: Género e Sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique*. WLSA Moçambique, 2008.

OKEKE, Philomina E. *Postmodern feminism and knowledge production: The African context*. *Africa Today*, v. 43, n. 3, p. 223-233, 1996.

OYEMÙMÍ, Oyèrónké. *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota, Press. 1997

PAOLI, Maria Celia. *As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão do gênero. Novos Estudos*. CEBRAP, v. 31, n. 1, p. 107-120, 1991.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio, in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

PÉLISSIER, René. *História de Moçambique*. (2 vol.). Lisboa: Ed. Estampa, 2000.

PENVENNE, Jeanne Marie. *Women, migration & the cashew economy in Southern Mozambique: 1945-1975*. Oxford: James Currey, 2015.

_____. "A Xikomo Xa Lomu, Iku Tira'. Citadines Africaines à Lourenço Marques (Mozambique), 1945-1975." *Le Mouvement Social*, no. 204, 2003

_____. "João Dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique." *The Journal of African History*, vol. 37, no. 3, 1996, pp. 419-464.

PURVIS, June; WEATHERILL, Amanda. Playing the gender history game: A reply to Penelope J. Corfield. *Rethinking History* 3, no. 3 (1999): 333-338.

RANGER, Terence O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu. *História Geral da África*, VII. Africa sob dominação colonial. Brasília: UNESCO, 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROY-CAMPBELL, Zaline Makini. "Pan-african Women Organizing for the Future: The Formation of the Pan African Women's Liberation Organization and Beyond". In: *African Journal of Political Science/Revue Africaine de Science Politique*, 1996, pp. 45-57

SAFFIOTI, Heleieth. "Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres." *Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil* (2009), p. 13 - 19.

SANTANA, Jacimara. *Mulheres africanas de Moçambique na Revista Tempo (1975-1985)*. Rio de Janeiro: Casa Aberta, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez. 2010

SCHNEIDER, Graziela. "A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética." *São Paulo: Boitempo* (2017).

SCOTT, Joan Wallach. *História das mulheres*. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992

_____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20 New York, Columbia University Press. 1989

SILVA, Teresa Cruz e. *Igrejas Protestantes e Consciência Política no Sul de Moçambique: o caso da Missão Suíça (1930 – 1974)*. Maputo: Promedia, 2001

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Folgado. "*Folgado Carnavalesco, Memória e identidade sócio-cultural*" in *Resgate: Revista de Cultura do Centro de Memória – Unicamp*, Campinas, 1991, n. 03 pp.55

SOPA, António. *Catálogo dos periódicos moçambicanos, precedido de uma pequena notícia histórica, 1854-1984*.

TIERNEY, Helen, (org). *Women's studies encyclopedia*. Vol. 1. Greenwood Publishing Group, 1999.

THOMAZ, Omar Ribeiro. "*Contextos cosmopolitas: a sociedade colonial e a invenção de Moçambique (1930 – 1961)*". São Paulo: CEBRAP, 1999

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

URDANG, Stephanie. "Precondition for Victory": Women's Liberation in Mozambique and Guinea-Bissau. *African Issues*, v. 8, n. 1, p. 25-31, 1978.

VANSINA, Jan. "As artes e a sociedade após 1935". In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (orgs.). *História Geral da África*, vol. VIII, África desde 1935. Brasília, São Carlos: UNES- CO, MEC, UFSCar, 2010

ZAMPARONI, Valdemir. "As 'escravas perpétuas' e o 'ensino prático': raça, gênero e educação no Moçambique colonial, 1910 - 1930". In *Revista de Estudos Afro-asiáticos*, vol. 24, n. 1. Rio de Janeiro: UCAM, 2002

ZIMBA, Benigna de Jesus Lurdina Mateus Lisboa (Org.). *A mulher Moçambicana na luta de libertação nacional: memórias do Destacamento Feminino*, vol. 1. Maputo: Centro de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional, 2013.

WORELL, Judith (ed). *Encyclopedia of women and gender: sex similarities and differences and the impact of society on gender*. Vol. 1. Harvard Academic Press, 2001;

Fontes:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - ANTT: Cartas, informações, jornais e relatórios dos arquivos Oliveira Salazar, PIDE e Serviços de Centralização e Coordenação de Informações. Fundos diversos.

PT/TT/SCCIM/A/24/1 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 1642 PT/TT/SCCIM/A/14/104/10 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 864 (ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA (OUA): APOIO À FRELIMO E MPLA)

PT/TT/AOS/D-N/25/27/5 - Arquivo Salazar, UL-48, cx. 845, pt.5 (MOÇAMBIQUE. FRELIMO-FERENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE)

PT/TT/SCCIM/A/14/147 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 910 (ALL-AFRICAN WOMEN'S CONFERENCE)

PT/TT/SCCIM/A/2/1 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 29 (INFORMAÇÕES SOBRE PESSOAL E MATERIAL DE ANTI-ESPIONAGEM)

PT/TT/SCCIM/A/14/201 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 964 (CONFERÊNCIA DAS MULHERES AFRICANAS (CFA))

PT/TT/AOS/D-N/25/27/4 - Arquivo Salazar, UL-48, cx. 845, pt.4 (MOÇAMBIQUE. FRELIMOFERENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE. ESTATUTOS E PROGRAMA)

PT/TT/SCCIM/A/14/74 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 825 (PAN-AFRICAN WOMAN'S CONFERENCE)

PT/TT/SCCIM/A/14/115 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 878 (INTERNATIONAL FEDERATION OF UNIVERSITY WOMEN)

PT/TT/SCCIM/A/20/212 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 1415 (MOVIMENTO CONVENCIONAL DO POVO DE MOÇAMBIQUE/MOZAMBIQUE PEOPLE'S CONVENTIONAL MOVEMENT)

PT/TT/SCCIM/A/12/54/3 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 533 (ÁFRICA AUSTRAL)

PT/TT/SCCIM/A/20/166/3 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 1362 (MOZAMBIQUE AFRICAN NATIONAL UNION (MANU))

PT/TT/SCCIM/A/22/116 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 1564 (RELATÓRIO DE SITUAÇÃO N.º 8/71)

PT/TT/SCCIM/A/22/115 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 1563 (RELATÓRIO DE SITUAÇÃO N.º 7/71)

PT/TT/SCCIM/A/22/117 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 1565 (RELATÓRIO DE SITUAÇÃO N.º 9/71)

PT/TT/SCCIM/A/14/146 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 909 (PAN-AFRICAN WOMEN'S UNION)

PT/TT/SCCIM/A/14/81 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 832 (MOVIMENTO FEMININO PRÓ-LIBERTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DEPENDENTES)

PT/TT/SCCIM/A/22/116 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 1564 (RELATÓRIO DE SITUAÇÃO N.º 8/71)

PT/TT/SCCIM/A/22/117 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 1565 (RELATÓRIO DE SITUAÇÃO N.º 9/71)

PT/TT/SCCIM/A/14/28 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 779 (WOMEN'S INTERNATIONAL DEMOCRATIC FEDERATION COUNCIL (WIDF))

PT/TT/SCCIM/A/18/20 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 1042 (INCURSÕES SUBVERSIVAS - CABO DELGADO)

PT/TT/SCCIM/A/6/5 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 82 (MULHERES SOLDADOS)

PT/TT/SCCIM/A/6/4 - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 81 (A MULHER: RECORTES DE IMPRENSA)

PT/TT/PIDE/DGS SC Processo 6681 NT 7457 - (LIFEMO)

PIDE SC SR 2278/64 NT 3414 (Josina ou Joselina Sansão Mutemba)

PIDE DGS SC 4276 NT 733667337

PIDE DGS SC 234 NT 69776981

PIDE DGS SC CI(2) 18114 NT 7811 (Movimento de Libertação das Mulheres)

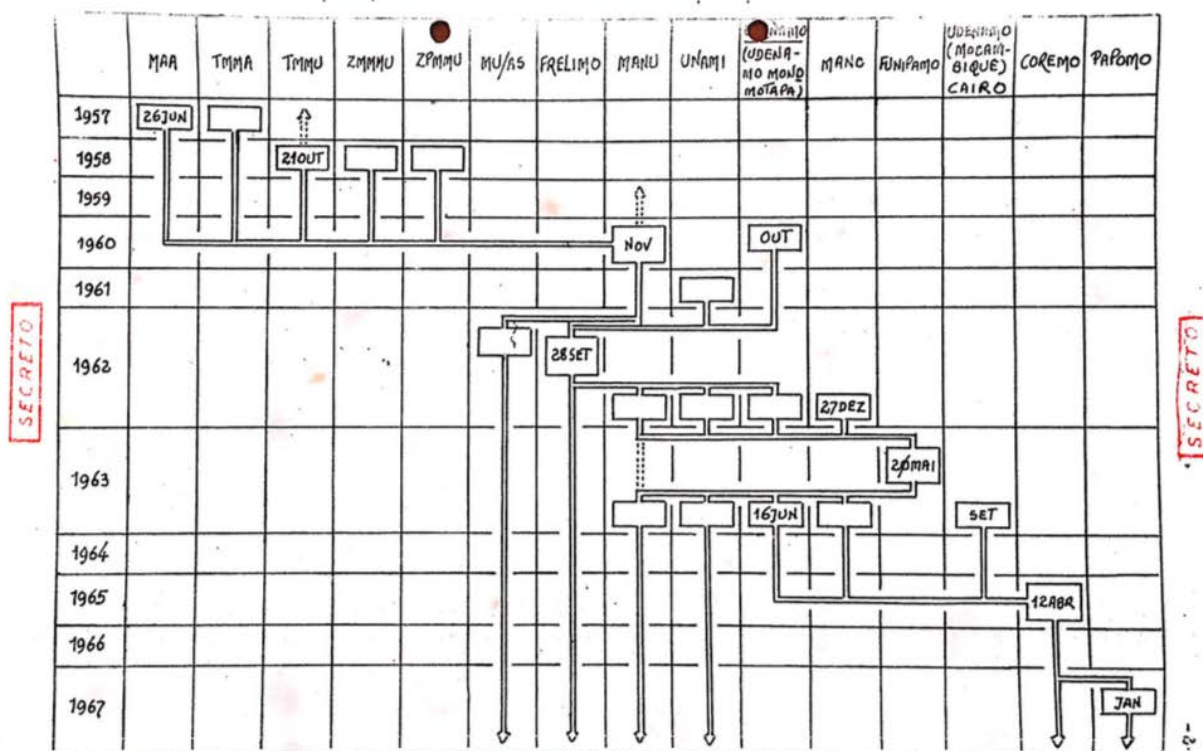
PIDE DGS SC 4276 NT 7336-7337 (Elementos presos pela PIDE)

PIDE DGS DEL A GAB 8044 NT 8208 (JANET MONDLANE)

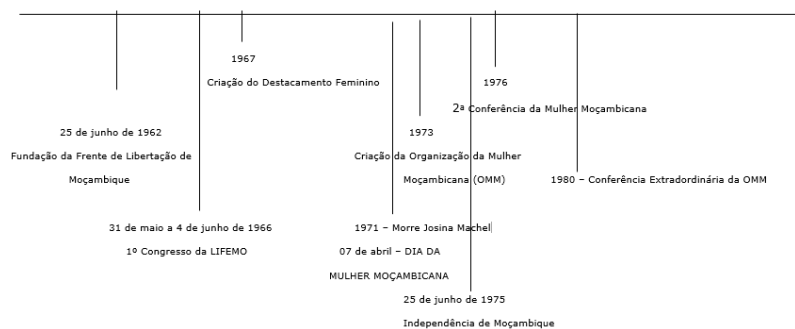
PIDE DGS SC SR 1446762 NT 3195 (UNIÃO DAS MULHERES DE ANGOLA)

Anexos

Cronologia dos movimentos nacionalistas



Cronologia dos Movimentos de Mulheres em Moçambique



Árvore Genealógica

